

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE
JANEIRO**

Dario de Sousa e Silva Filho

**DEGREDDADOS FILHOS DE EVA
POPULAÇÃO DE RUA E A ECONOMIA DA MISÉRIA NO
RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2007

Dario de Sousa e Silva Filho

**DEGREDADOS FILHOS DE EVA
POPULAÇÃO DE RUA E A ECONOMIA DA MISÉRIA NO RIO DE
JANEIRO**

Tese apresentada ao Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Ciências Humanas: Sociologia

Dario de Sousa e Silva Filho

DEGREDADOS FILHOS DE EVA
POPULAÇÃO DE RUA E A ECONOMIA DA MISÉRIA NO RIO DE
JANEIRO

Tese de doutoramento em Ciências Humanas: Sociologia

Banca Examinadora:

Prof. Nelson do Vale Silva (orientador)

Prof. Adalberto Moreira Cardoso

Profa. Letícia Veloso

Profa. Irene Rizzini

Profa. Sarah Escorel

IUPERJ
Rio de Janeiro
2007

Para Joana
e Viviane

Agradecimentos

Este trabalho resulta de um esforço coletivo. A pesquisa, seu planejamento, o trabalho de “sujar as mãos” indo a campo, as discussões teóricas e dificuldades, foram divididos com um conjunto de apoiadores e amigos aos quais devo mais do que posso expressar no conteúdo desta tese. Cada um à sua maneira, esses profissionais, colegas e deixaram sua marca neste pequeno extrato do que foi minha vida nesses anos.

Agradeço a Nelson do Valle, que me orientou desde o mestrado e a Carlos Hasembalg pelas críticas e sugestões. Para ser fiel ao estilo direto e franco de ambos, digo apenas que me orgulho de ter merecido a confiança de cada um em meu trabalho.

À equipe que participou da pesquisa de mapeamento dos usos da rua em 1999 ,devoto especial admiração pela dedicação ao trabalho e compromisso ético. São eles _ os melhores pesquisadores de campo com que se pode contar: Minhas colegas Cristina Parayba Dias, Dahir Inez de Azeredo, Tiana Maria Sento-Sé e Vera Campelo; os entrevistadores Aída Lima Rodrigues, Alexandre do Rosário Soneira, Altahyr da Silva, Amauri Ferreira Macedo. Ana Célia pereira de Almeida, André Leonardo de Oliveira Pereira, Camila Passeado branco Ribeiro, Carmem Rodrigues Morganti Ferreira, Claudia Cristina Dias de Oliveira, Eduardo da Cunha Matos, Heloísa Helena Alves dos Santos, Ivanilze de Souza Domingos, Ivete Moreira Lago, João Marcelo Corrêa, Johannes Theofil Gerardus Dam, Jorge Rodrigues dos Santos, Júlio Bastos de Souza, Lúcia Helena de Carvalho, Lúcia Helena Alves de Souza, Luiz Carlos Martins de Oliveira, Márcia Mello da Silveira, Marcos Antônio da Silva, Marília Teixeira Lopes, Marta Lúcia Ribeiro, Manuel César do Nascimento Coutinho, Paulo César Souza de Assis, Roberto Carlos Teixeira, Sandra Soares Otero, Sandra Maria Jesus dos Santos, Valdelice Sampaio, Vicente de Paulo Costa Saldanha e Wanda da Silva Barbosa, os estagiários Tatiana Bukowitz,, Angélica Estanek, e Helio Ventura. Esta pesquisa não teria sido possível sem o apoio da FAPERJ e da Vice-Governadoria do Rio de Janeiro, na gestão da senhora Benedita da Silva.

Eu não teria chegado até este ponto do trabalho, ou ao menos não teria gostado tanto da viagem sem a parceria de meu amigo e colaborador José Augusto Rodrigues que, com sua inteligência me ajuda a explorar o melhor da minha insistência. Agradeço aos amigos e professores Antônio Carlos Peixoto e Helena Bomeny pelo apoio solidário e incentivo.

Nas vezes em que as vicissitudes do trabalho, como da vida, fugiram da rota planejada grandes amigas estiveram por perto. Agradeço a Márcia Lima e Mariellen Lima pelo abrigo generoso de sua amizade. Muito me inspirou a chance de participar da energia com que os amigos do LEAR Puc-UERJ, Paulo Jorge Ribeiro, Ronaldo Castro, Laura Moutinho e Felícia Picanço unem criatividade e solidariedade na produção da ciência.

Agradeço a cada um dos funcionários do IUPERJ e a todos com quem venho aprendendo a profissão de sociólogo: os professores do IUPERJ e meus colegas e alunos da UERJ.

Destaco ainda o amor e o carinho de Dario e Lindaura Silva, meus pais.

Minha gratidão mais profunda a cada um dos informantes. E a Viviane Rocha, que me acompanha do trabalho para casa...

Resumo:

A principal contribuição desta tese é a abordagem do fenômeno da exclusão representado pela população de rua, a partir dos diferentes perfis e trajetórias que caracterizam a desigualdade da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com base em pesquisa de campo realizada em 1999, por meio de questionário e fichas de contagem, a pesquisa parte da definição de população de rua como aquela que depende de ao menos um pernoite semanal nas ruas para abrigo ou para desempenho de estratégias de sobrevivência.

São tratados como condicionantes do fenômeno da população de rua as características da pobreza no Rio de Janeiro comparadas ao cenário nacional nas últimas décadas. O cenário econômico local é pano de fundo do enfraquecimento do poder de incorporação do mercado de trabalho e da economia fluminense. Este quadro é relacionado ao perfil de desempregados pelo mercado formal encontrado na pesquisa. A tese discute como as recentes transformações no mundo do trabalho se refletem na experiência que leva às ruas ex-assalariados formais. Observa-se a rua como ponto de contato de diferentes trajetórias no processo de exclusão em que vínculos e estratégias precisam ser atualizados a todo o momento.

Os dados empíricos são o ponto de apoio para o debate do tema da exclusão, a partir da herança teórica e política das abordagens sobre marginalidade. São enfocados tratamentos teóricos sobre o tema do trabalho e da marginalidade como fatores fortemente ligados à vulnerabilidade dos mais pobres no Brasil. A tese faz uma revisão do debate recente sobre teoria de classes e situa o fenômeno das underclasses urbanas em relação às proposições críticas sobre exclusão.

Palavras chaves:

Pobreza; exclusão; vulnerabilidade; população de rua; trabalho; underclass; marginalidade; Rio de Janeiro; desigualdade da pobreza; destituição

Sumário

Introdução	13
1. Evolução da Pobreza no Rio de Janeiro até os Anos Noventa	19
1.1 Os números segundo a renda	13
1.2 A Pobreza Referida ao Espaço Urbano	24
2. Marginalidade e seus diferentes tons na bibliografia	36
2.1 Merecedores e não merecedores: abordagens sobre a prescrição e a identificação dos riscos	36
2.2 Os primórdios do Rio de Janeiro urbano	38
2.3 O imaginário em torno da pobreza	41
2.4 As teorias da marginalidade	46
2.5 Pobreza e as associações com as desigualdades	56
3. Trabalho, classe e exclusão – Pontos de observação da pobreza	61
3.1 Apresentação	61
3.2 Inclusão pelo mundo do trabalho	63
3.3 Trabalho: Categoria Chave	63
3.4 Subdivisões da categoria: esferas na produção de significados do trabalho	66
3.5 A necessidade de uma nova teoria sociológica da estrutura e do conflito	73
3.6 Classe, Exército de Reserva, Identidade e Ação Coletiva	75
3.7 Exclusão como um fenômeno de classe	81
4. Referências Empíricas: O que descreve a população de rua	89
4.1 Metodologia da pesquisa de campo	89
4.1.1 Definição e elegibilidade para a pesquisa	89
4.1.2 Estratégias de pesquisa	89
4.1.3 Instrumentos de pesquisa	91
4.1.4 Áreas pesquisadas	93
4.1.5 Relação da pesquisa com Fontes oficiais sobre população de rua	94
4.1.6 O que qualifica os dados coletados_ A variabilidade nas rotinas	96

4.2	Quadro descrito pela pesquisa de campo	98
4.2.1	Foco de Microscópio sobre a Vida na Rua	100
4.2.2	Visão Aérea das Populações de Rua	103
4.2.3	Sexo da população respondente	106
4.2.4	Como a Cor participa da Auto-identificação	108
4.2.5	Idade	109
4.2.6	Escolaridade	114
4.2.7	Motivo para a ida para a rua	115
4.2.8	Distribuição espacial	118
4.2.9	Sobrevivência	119
4.2.10	Inserção no mundo do trabalho	120
4.2.11	Formas de obtenção de recursos	123
4.2.12	Expectativas individuais de permanência na rua	131
4.3	Tipologia da população de rua	132
4.3.1	Os ex-assalariados	132
4.3.2	Maloqueiros	134
4.3.3	Os trabalhadores sexuais	135
4.3.4	Os autônomos (loucos, bêbados, idosos)	137
4.3.5	As crianças e adolescentes	138
4.4	Proposta de interpretação da pobreza nas ruas	140
4.5	Discutindo os tipos ideais: um lugar no mundo para os “sem teto”	143
5.	Trabalhando à margem do patrão, cooperando à margem da família	147
5.1	Trabalho acesso a recursos e gastos na rua	155
5.2	Moradia na rua : comunicação e isolamento	159
5.3	População de rua <u>não desabrigada</u> : a pobreza <i>na</i> Rua	162
5.4	Mobilidade espacial em vista das estratégias.	163
5.5	Estratégias e Subgrupos da Rua	167
5.5.1	Extremos de idade: População de meninos de rua e de idosos	171
	Considerações finais: A nova exclusão de sempre	179
	Referências Bibliográficas	189
	Anexo 1: Questionário	199

Lista de Tabelas

Tabela 1:	Características do pessoal ocupado: Comparação para as Metrôpoles do Rio de Janeiro e São Paulo – 1995	16
Tabela 2:	Indicadores de Pobreza no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil entre 1993 e 1995	19
Tabela 3:	Indicadores de Pobreza; Brasil, Rio de Janeiro e Respective Estratos – 1995	20
Tabela 4:	Características das Famílias pobres e não-pobres Metrôpole do Rio de Janeiro – 1995 (%)	21
Tabela 5:	População respondente segundo tempo em que moram na rua	104
Tabela 6:	População respondente segundo tempo em que <i>trabalha</i> na rua	105
Tabela 7:	Sexo da População Respondente	107
Tabela 8:	População respondente que está na rua há até 6 meses segundo o sexo	107
Tabela 9:	População respondente que está na rua há mais de 10 anos segundo sexo	107
Tabela 10:	População respondente segundo cor	108
Tabela 11:	Grupos de idade da população respondente (respostas válidas)	110
Tabela 12:	População respondente que reside há até 3 meses na rua segundo idade	113
Tabela 13:	População respondente que está há mais de 10 anos morando na rua segundo idade	113
Tabela 14:	Comparação dados sobre escolaridade da pesquisa com dados do PNUD (2000) para Região Metropolitana do Rio de Janeiro	114
Tabela 15:	População residente com até 18 anos segundo motivo da ida para a rua	116
Tabela 16:	População residente com mais de 18 anos segundo motivo da ida para a rua	117
Tabela 17:	Distribuição do total da população contada e entrevistada	118
Tabela 18:	População respondente com trabalho fixo	120
Tabela 19:	População respondente com trabalho fixo, conforme as atividades	120
Tabela 20:	População respondente que já teve carteira assinada	122

Tabela 21:	População respondente com mais de 18 anos quanto a já ter carteira assinada atual ou no passado	122
Tabela 22:	População respondente por tipo de trabalho atual principal	124
Tabela 23:	População respondente quanto a ter trabalho fixo, pelo trabalho que tem hoje	125
Tabela 24:	População respondente segundo forma mais freqüente como consegue dinheiro (desagregada)	127
Tabela 25:	Total da população considerada (n=3535) segundo forma como consegue dinheiro a partir de observação ou resposta	129
Tabela 27:	População acessada por questionários ou fichas (de um total de 3.535) segundo substituição	131
Tabela 28:	Localização para obtenção de conjuntos de recursos pagos (apenas respostas válidas)	156
Tabela 29:	Regiões de trabalho x Regiões de descanso ao longo do dia	166

A vós bradamos, degredados filho de Eva.

*A vós suspiramos gemendo e chorando neste
vale de lágrimas.*

Oração “Salve Rainha”

Introdução

“Ajude um menor de rua antes que ele se volte contra você”. Esta é a frase que serve de legenda a um grafite em um muro do centro do Rio de Janeiro. Foi pintada sob o desenho em que um jovem negro em perspectiva aponta ao observador uma arma em primeiro plano na murada que cerca um centro cultural próximo à praça Pio X. A área é conhecida como Candelária, e mais tristemente famosa pela chacina em que oito crianças e adolescentes que dormiam nas ruas foram mortos a tiros e um jovem foi gravemente ferido em 1993. A afirmação do grafite é rica em significados que genuinamente revelam como a sensibilidade à injustiça e também o medo estão presentes no imaginário fluminense. É uma frase que, na verdade, tem muitos possíveis autores de diferentes orientações ideológicas. Mas seu texto não chama atenção apenas para a forma como a sociedade vê a pobreza das ruas, um campo por si só merecedor de aprofundamento e análise. Esse grafite revela, para a leitura atenta a outro foco, uma das idéias bases que motivaram a pesquisa sobre a população de rua: a premissa de que, se não são geradas soluções inclusivas que partam dos incluídos para os excluídos, os que vivem na pobreza das ruas são capazes de inventar uma. Nosso foco não foi a possibilidade de que esta invenção necessariamente caminhe para a criminalidade ou comportamento anti-social, mas o fato de que a exclusão não elimina a capacidade de criatividade social que redesenha comportamentos no cotidiano de pobreza e desigualdade.

O que foi feito dos que nunca trabalharam, dos que não mais trabalham e dos que provavelmente nunca trabalharão sob o regime do salário protegido é o subtexto da frase com a qual o grafiteiro espera “conscientizar” a sociedade ou fazer uma denúncia. Sua mensagem é a de que, se não se amplia aos excluídos a solidariedade social, eles voltam-se contra os incluídos. É a emergência das garantias reivindicadas não a partir de sua condição como direitos mas a partir do medo de que quem nada tem, nada respeite. Na verdade, a história do Rio de Janeiro “dos incluídos” pode ser interpretada pela história dos excluídos. O Rio é um ponto de observação importante sobre o Brasil, seus conflitos, desigualdades, antigas e novas formas de exclusão e suas conseqüências para a sociabilidade. E para tanto, os limites das generalizações devem ser apontados.

A existência de populações de rua evidencia o encontro dos limites da exclusão pelo mundo do trabalho com a criatividade com que recursos escassos e condições perversas são contornados pelo que podemos chamar de trabalhadores da rua.

O que este trabalho discute é que os que vivem das ruas no Rio de Janeiro não são essencialmente desabrigados nem desocupados. Daí deriva sua originalidade. Não são passivamente expulsos para uma zona de não sociedade comunicável. São ao mesmo tempo excluídos e inquietantemente próximos dos demais estratos sociais.

Qual o espaço ocupado e as distâncias sociais definidas pela pobreza nas grandes cidades? A miséria das favelas dos anos setenta não é mais tão homogênea hoje. No caso do Rio de Janeiro, seria de se esperar que os pobres decaíssem para situações de mais intenso desprovisionamento nas condições de desabrigo, até lançando mão do “amortecedor” do trabalho informal com o enfraquecimento da economia do estado nas últimas décadas. Mas não é o que acontece. Ao que parece, não há mais um espaço específico onde se possam localizar os mais pobres. A mobilidade entre favela e rua é rotina sem que pertençam exclusivamente a uma delas. Os dados da pesquisa de campo mostram que a circulação entre a população de rua não se dá em um raio extenso nem aleatório. Circulam pela periferia de suas referências domiciliares de origem ou dos pontos de fixação e demarcação de suas estratégias nas ruas.

A desigualdade da pobreza é outro dos pontos importantes deste trabalho. Ainda que não seja um padrão, a pobreza pode se verificar em bairros populares da zona norte com mais intensidade que em algumas favelas da Zona Sul, como mostrou a pesquisa de Licia Valladares (2003). Ou ainda, em favelas da Zona Oeste – ou onde não há recursos a serem explorados na comunicação entre segmentos e atividades diversos – mais que nas ruas do centro da cidade como sugere o confronto com os dados a seguir sobre a população de rua e sua economia da miséria. Essa economia da miséria é como denomino a organização e manipulação de recursos, entre eles a experiência no campo do trabalho pelos que vivem nas ruas.

A rua é, sem dúvida, uma importante fonte de recursos materiais, ou assistenciais para os mais carentes. Haja vista que, como observamos pelas entrevistas, 77% da população de rua já passou uma ou mais vezes por alguma instituição de abrigo, seja por vontade própria, seja involuntariamente nas campanhas de recolhimento. Essas pessoas circulam entre casa e abrigo e voltam para as ruas onde são absorvidos por algo que não é um teto. Além dos recursos econômicos a rua é o espaço onde criativamente se desenham redes de apoio, novas famílias e identidades que escapam cada vez mais da noção da mendicância basicamente representada nos loucos, bêbados e vadios anti-sociais. Por tudo isto, a rua é também fonte de recursos afetivos e formas de cooperação que se expressam nos agrupamentos numerosos e nas famílias formadas na rua que coexistem com os tradicionais “mendigos” que observamos em campo. Além dos “vadios”, típicos representantes do lumpensinato da era industrial, somam-se à ecologia do espaço público as levas recentes de marginalizados da sociedade do trabalho flexível.

A população de rua ganha importância como reflexo da crise nas grandes cidades, mas a figura do mendigo isolado enfraquece. Os dados mostram uma nova composição em que valores, medos e experiências unem a sociedade abrangente aos desempregados vivendo do sustento das ruas. E é assim que se chamam entre si: desempregados, mas com ocupação. Os que se identificam como “pobres, mas trabalhadores” são os que mais conseguem articular estratégias coletivas de sobrevivência. Estratégias que vão além das famílias, conectando os que possuem a recente experiência comum de trabalhadores de carteira assinada entre si aos demais segmentos nas negociações por espaço, abrigo, comida ou acesso a material reciclável.

O que caracteriza a experiência mais comum da nova população de rua é a simultaneidade da decadência do trabalho e a sua reconstrução simbólica nos vínculos desenvolvidos nas ruas. Este trabalho procura flagrar as condições em que, no Rio de Janeiro, a desigualdade entre os pobres de rua participa da formação de solidariedades sociais no uso da rua.

No primeiro capítulo é apresentado um quadro sintético da evolução recente da pobreza no Rio de Janeiro, segundo a renda e condições de incorporação ocupacional dos mais pobres. Neste quadro a pobreza da região metropolitana do Rio de Janeiro é referida no espaço, evidenciando a não pertinência de um único referencial de lugar “típico” da pobreza no cenário urbano. Sob esse contexto é apresentada a novidade percebida nos novos perfis da população de rua, fenômeno contemporâneo ao desaquecimento da economia fluminense que expulsou do “mundo do trabalho protegido” um expressivo contingente de trabalhadores. Essa contextualização da experiência recente dos que chegaram à rua desde 1995 relaciona a presença dos ex-assalariados entre a população de rua a novas formas de associação em que as redes de “mendigos trabalhadores” são geradas e evidenciam sua importância.

O objetivo do segundo capítulo é abordar a bibliografia brasileira sobre a pobreza orientada e agrupada segundo noções que marcam enfoques específicos da pobreza nas ciências sociais brasileiras. São elas:

- A herança de Booth (1902) e Mayhew (1861), nas versões históricas e atuais acerca dos pobres merecedores e não merecedores. Não específica da sociologia e antropologia. Aborda as narrativas de filantropos, juristas, engenheiros, assistentes sociais e médicos e se orienta pela oposição fundamental entre trabalhador e vadio.
- A bibliografia que associa pobreza, mundo do trabalho, atualizações do conceito de exército industrial de reserva em torno do tema da marginalidade.
- E, finalmente, uma sociologia que refere pobreza em vista do quadro de desigualdade social que se ramifica pelas manifestações da pobreza na vida política e da pobreza na vida econômica.

O terceiro capítulo aborda como o tema do trabalho é tratado nas definições de classe e, de forma correlata, na identificação dos processos que levam à exclusão. O capítulo faz uma revisão das análises sobre mudanças que afetam o mundo do trabalho como pontos de

observação da pobreza. A orientação da exposição é feita a partir do debate acerca das classes como chaves de interpretação, em função de sua atualidade analítica e empírica. O que se discute neste capítulo é a vigência do poder alocativo do trabalho na vida social. O capítulo associa uma definição dos fenômenos chamados de exclusão às interpretações sobre as novas configurações do trabalho e sobre classe social, tomando como premissa que os excluídos são personagens que participam da dinâmica desses três conceitos.

No capítulo quatro são tratados os dados da pesquisa de campo com populações de rua da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1999. É apresentada a definição de população de rua utilizada pela pesquisa, suas justificativas e as características da pesquisa que a comunicam e diferenciam dos levantamentos oficiais. No início do capítulo são apresentados e discutidos: a metodologia, o critério de formação da equipe, a execução da pesquisa de campo, formas de registro de informação e as circunstâncias que dão significância aos dados de que trata a pesquisa.

Ainda no terceiro capítulo é discutida uma tipificação da população de rua. O objetivo é descrever condicionantes à reconstrução de vínculos permeados pela experiência do trabalho e da ocupação. São expostos os dados colhidos em campo, primeiro numa descrição microscópica de um exemplo do seu cotidiano; depois pelos dados descritivos que apresentam o que a composição e as dinâmicas da população de rua da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Neste capítulo argumenta-se que o trabalho constrói ou reconstrói solidariedades, gerando “um lugar no mundo para os sem teto” que é a proposta de interpretação do caso fluminense dentro do debate sobre exclusão.

No quinto capítulo são descritas as modalidades de associação entre diferentes segmentos da população de rua. E as leituras da associação entre viver na rua e ter na rua a complementação das estratégias de sobrevivência dos que têm casa e trabalho. A descrição é analisada em vista dos comportamentos e símbolos tomados como necessários para a comunicação e para as estratégias de sobrevivência. São abordadas as variações de condição de intercâmbio que determinam maior vulnerabilidade de determinados grupos em vista de sua experiência no mundo do trabalho e idade. Complementando a análise dos

grupos, o capítulo conclui que a dimensão básica para o entendimento da população de rua é a sua não-exclusão absoluta no que se refere aos contatos simbólicos ou concretos com o universo do trabalho e sua identidade referente às percepções da população que não vive nas ruas.

Finalmente, a exclusão da população de rua do Rio de Janeiro é relativizada em vista de algumas das suas bases descritivas e das conclusões acerca de relações possíveis entre o debate teórico sobre exclusão, marginalidade trabalho e classes e os dados empíricos.

Capítulo 1

Evolução da Pobreza no Rio de Janeiro até os Anos Noventa

Os números segundo a renda

O Rio de Janeiro diminuiu a pobreza nos anos setenta, seguindo tendência nacional e empobreceu nos anos oitenta, apresentou pequena recuperação entre 1993 e 1995, subindo a um patamar ainda assim inferior ao que se encontrava em 1981. Nesta contextualização o objetivo é seguir as pistas sugeridas pela linha que defende que a particularidade da evolução da pobreza no Rio de Janeiro é a forma como o estado perdeu vitalidade econômica por décadas (Rocha, 1997).

O fenômeno da pobreza envolve múltiplas dimensões. Sua medição em termos de renda representa a escolha de uma das resultantes de fatores que concorrem para a explicar sua incidência e sua dispersão geográfica, tais como o processo de urbanização e o ritmo da atividade econômica. Considerando que o Rio de Janeiro é um centro urbano importante onde o nível de bem estar está fortemente associado à renda, podemos traçar um quadro de referência entre a situação característica da pobreza local em vista da evolução da pobreza no país. Mais que isto, trata-se de apresentar a pobreza fluminense em sua comunicação com as especificidades locais que determinaram o enfraquecimento da economia do estado como uma dimensão qualitativa do fenômeno.

Diversamente do que costumava ser o ponto de partida dos debates sobre a pobreza metropolitana no Brasil, segundo Rocha, na década de oitenta a população do Rio de Janeiro presenciou o fenômeno da emigração e, segundo dados censitários, esteve abaixo da taxa de crescimento demográfico nacional (1,13% a.a contra 1,93% a.a). O Rio de Janeiro foi original na forma como gerou pobreza pela degradação econômica local. Esses

dados, lidos à luz das condições do sistema produtivo local sugerem que o tratamento dado à pobreza urbana fluminense parta de alguns pressupostos:

1) No Rio de Janeiro há uma associação entre como se chega à pobreza, ou se permanece na pobreza, e as condições de absorção ao trabalho, influenciadas pela vitalidade econômica do estado;

2) Em termos de atributos produtivos da população urbana do sudeste o pobre do Rio de Janeiro é mais provavelmente de trabalhadores não abarcados pela capacidade de absorção da estrutura de empregos que necessariamente inaptos ao trabalho. Desta forma há uma semelhança, por definição, entre informais e pobres.

Tabela 1:

Características do pessoal ocupado: Comparação para as Metrôpoles do Rio de Janeiro e São Paulo – 1995

Características	Rio de Janeiro	São Paulo
Participação setorial (%)		
Indústria de Transformação	13,49	25,39
Serviços	56,23	48,44
Anos de Estudo (%)		
0 a 3 anos	16,33	14,79
4 a 7 anos	29,03	34,20
8 a 10 anos	19,02	20,52
11 a 14 anos	23,22	19,77
15 anos ou mais	12,28	10,70
sem declaração	0,12	0,02
Rendimento médio (R\$ de setembro de 1995)		
Total	447,85	673,22
Indústria de Transformação	453,47	710,57
Serviços	452,49	684,02
Recebendo menos de 1 SM (%)	0,79	0,59

Fonte: IBGE/PNAD – 1995 e PME (outubro de 1995). Apud Rocha 1997

Os baixos rendimentos do trabalho, em comparação com São Paulo, independem da qualificação a mão de obra. Esses baixos rendimentos que aproximam a indústria de transformação e o setor de serviços repercutem na renda e no emprego se considerarmos que normalmente a indústria oferece os melhores rendimentos do trabalho. O setor de serviços é caracteristicamente heterogêneo e responde pela maior absorção de trabalhadores aí sujeitos à grande competição por pagamentos menores. Ainda que não se possa traçar uma relação direta entre pobreza e estagnação da renda *per capita*, que caracterizou a passagem dos anos oitenta a meados dos noventa no Rio de Janeiro, é possível considerar que esse quadro geral impediu a ação de fatores distributivos relacionados ao crescimento da renda dos mais pobres.

Para Rocha (1997:6) as variações de crescimento de diferentes setores produtivos até os anos noventa foram relativamente estáveis. A redução da indústria naval e eletroeletrônica teria sido compensada pela expansão do setor químico. Essas mudanças não influenciaram a evolução do PIB e da renda. Isto é, o efeito da estrutura produtiva sobre a pobreza não se deveu a um ou outro setor específico. Foi resultado de um processo geral de decadência associada à fuga de capitais e de falta de investimentos que fossem eficazes para o crescimento da economia local.

A dinâmica que explica a evolução da renda no Rio de Janeiro não é tão recente. A menor sensibilidade ao crescimento nacional já é marcada perda do dinamismo econômico do Rio de Janeiro pelo menos desde o período de expansão da chamada era do milagre econômico

A diminuição da pobreza em termos absolutos sem redução da desigualdade caracterizou a década de setenta. Isso não significou que os brasileiros abaixo da linha de pobreza e os que estão abaixo da linha de miséria mostrassem igual sensibilidade ao processo que aumentou a renda *per capita* no Brasil. Tampouco significou que a desigualdade entre o conjunto dos segmentos favorecidos pelo milagre tenha se anulado. O movimento de

crescimento econômico afetou a pobreza, que foi cortada pela metade, mas não aproximou distâncias sociais que caracterizam a coexistência da pobreza com a da desigualdade no Brasil. O crescimento econômico teve como objetivo a ação global, focado no dinamismo econômico, coerente com o princípio da prioridade para o “crescimento do bolo”. No caso do Rio de Janeiro houve um acompanhamento da tendência nacional. Para Rocha, o estado diminuiu sua participação para o total de pobres metropolitanos no país de 32%, em 1970, para 26% em 1980. Entretanto, essa redução deu-se em ritmo mais lento no Rio que no Brasil.

A elevação da renda pelo processo de estabilização econômica nos anos 90 teve efeitos sobre o Rio de Janeiro. O plano Real levou ao incremento da atividade econômica em todo o país e concorreu para a estabilidade dos preços de produtos importantes para a população de baixa renda. Os efeitos redistributivos da estabilização econômica levaram a um aumento da renda na base da distribuição de rendimentos, sobretudo trabalhadores do setor de serviços, diferentemente do que ocorrera em outros momentos de expansão da economia. Em consequência, a pobreza diminuiu no Rio de Janeiro. Entretanto, ainda assim, dados da PNAD mostram que em 1995 o Rio de Janeiro era responsável por um contingente de 2,6 milhões de pobres, ou 20 % de sua população, sendo que a quantidade de pobres no Brasil era de aproximadamente 30,4 milhões de pessoas ou 20,6% da população, segundo linhas de pobreza locais definidas por renda.

Mesmo os efeitos positivos da estabilização na diminuição absoluta da pobreza não fizeram com que a participação do Rio de Janeiro na proporção de pobres no Brasil se alterasse.

Tabela 2:

Indicadores de Pobreza no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil entre 1993 e 1995

	1993			1995		
	No. de pobres (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)	No. de pobres (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)
Rio de Janeiro	3.816	30,2	8,8	2.634	20,3	8,7
Brasil	43.277	30,2	100	30.438		

Fonte: IBGE/PNAD – 1993 e 1995 (tabulações especiais) Apud Rocha, 1997.

Note-se que a metodologia de medição da linha de pobreza não segue as linhas regionais sugeridas por Rocha.

A pobreza do Rio de Janeiro é majoritariamente metropolitana como é comum nas áreas urbanizadas do sudeste. Cercada por municípios sem grande dimensão econômica, a metrópole do Rio de Janeiro é a região mais populosa e onde mais se concentra a população abaixo da linha de pobreza no estado. A proporção de pobres metropolitanos no Rio de Janeiro é superior à média para o conjunto das regiões metropolitanas.

Duas outras características merecem destaque na situação do Rio: Seguindo o padrão nacional, a incidência relativa de pobreza se localiza nas áreas rurais. Isto é, segundo os dados do IBGE, os mais pobres estão proporcionalmente mais concentrados em áreas rurais. Além disso, não ocorreu periferização da pobreza fluminense. Ou seja, o aumento da participação da população da periferia na população da metrópole (de 45,26 para 47,07%) foi superior ao aumento da população de pobres da periferia na população metropolitana total (de 57,9 para 58,5%).

Tabela 3:

Indicadores de Pobreza; Brasil, Rio de Janeiro e Respective Estratos – 1995

	No. de pobres (mil)	Proporção de pobres (%)	Contribuição no Brasil (%)	
			Pobres	População
Brasil	30.438	20,6	100,0	100,0
Urbano	14.065	19,2	46,2	49,6
Rural	7.289	24,7	24,0	19,9
Metropolitano	9,084	20,1	29,8	30,5
Rio de Janeiro (UF)	2.635	20,3	8,7	8,8
Urbano	356	14,0	1,2	1,7
Rural	145	25,1	0,5	0,4
Metropolitano	2.134	21,6	7,0	6,7
Município do Rio de Janeiro	885	16,9	2,9	3,5
Periferia	1.249	26,9	4,1	3,1

Fonte: IBGE/PNAD – 1993 e 1995 (tabulações especiais) Apud Rocha, 1997.

Importa ainda destacar o que distingue pobres de não pobres no Rio de Janeiro, quais as características que compõem o perfil da pobreza e como sua freqüência difere em relação a não-pobres. Considerando que a família funciona como unidade econômica solidária, algumas observações podem ser feitas a respeito de fatores normalmente associados à condição de vida de famílias pobres no Brasil. Se destaca o fenômeno da chefia feminina que condiciona a propensão a uma menor eficiência na obtenção de recursos pela indisponibilidade de membros adultos e pela presença de dependentes. Esse indicador, normalmente revela que o chefe consegue auferir uma renda menor que a média devido às

desvantagens da mulher no mercado de trabalho. Outra característica é a da pobreza associada ao ciclo de vida dos mais jovens, em especial às crianças menores de 10 anos. A presença de chefes jovens indica a sua dificuldade de incorporação aos postos de trabalho.

Tabela 4:
Características das Famílias pobres e não-pobres
Metrópole do Rio de Janeiro – 1995 (%)

	Região Metropolitana		Núcleo**		Periferia**	
	Pobres	Não - Pobres	Pobres	Não-Pobres	Pobres	Não-Pobres
Famílias chefiadas por mulheres	35,67	27,18	39,21	29,45	32,98	24,04
Chefes jovens (15 a 20 anos)	5,51	0,72	5,57	0,54	5,47	0,96
Crianças com menos de 10 anos	30,70	13,62	30,50	12,41	30,84	15,18
7/14 Anos que não freqüentam a escola	8,37	3,94	6,13	2,21	9,92	5,86
10/14 Anos que trabalham *	3,27	3,52	3,83	2,65	2,89	4,56
10/14 Anos que trabalham * e não freqüentam a escola	0,77	0,36	0,96	0,17	0,64	0,60

Fonte: IBGE/PNAD – 1993 e 1995 (tabulações especiais) Apud Rocha, 1997.

*15 horas ou mais

** Núcleo é o Município do Rio de Janeiro e Periferia o conjunto dos demais municípios da metrópole.

A freqüência de crianças em idade escolar fora da escola e trabalhando não sustenta a crença manifesta em debates públicos sobre a infância carente, segundo a qual a evasão escolar pode ser explicada pela mobilização precoce para o mercado de trabalho. Esse fenômeno atinge menos de 1% em todos os segmentos geográficos.

A recuperação da renda *per capita* costuma ter efeito sobre a melhoria dos indicadores de pobreza. Mas esta recuperação depende fortemente da capacidade de geração de empregos e de melhoria dos ganhos do trabalho, que por sua vez, requerem investimentos no crescimento econômico. O panorama nacional sugere que os efeitos positivos da estabilização econômica _ainda que tenham estabilizado o nível de pobreza_ não perduraram a longo prazo. Barros, Henriques & Mendonça (2002) utilizam uma generalização nacional das linhas de pobreza para a Região metropolitana de São Paulo), diversamente de Rocha que adota linhas regionais. Os autores apontam os momentos que se seguiram ao impacto do Plano Real e a tendência da evolução da pobreza ao longo da década de noventa. Há uma queda significativa de 6,9% de pobres na população entre 1992 e a metade da década. De 1995 até 1999, o percentual de pobres oscilou na casa dos 33% e chegou ao ano de 1999 à proporção de 34% do total da população. Esse percentual se refere a cerca de 53 milhões de pessoas, sendo que 22,6 milhões encontram-se na condição de indigentes. A economia fluminense não parece dar sinais de que sua vitalidade econômica vá ser recobrada proximamente.

Mas se no cenário nacional a pobreza diminui em termos percentuais, mesmo variadas as linhas de pobreza utilizadas, os pobres brasileiros estão ainda na casa das dezenas de milhões. A migração rural-urbano não recrudescer no Rio de Janeiro, o que leva a crer que a pobreza fluminense é primordialmente autóctone, sendo 81% metropolitana.

Nessa visão aérea dos milhões, as condições da pobreza local examinada segundo a renda e segundo o nível de remuneração pelo trabalho dão pistas sobre como a pobreza é um fenômeno do Rio de Janeiro urbano. A metrópole do Rio de Janeiro configura um caldeirão de desigualdades e de perversas condições de inclusão, onde o trabalho formal é mal recompensado, suas condições são freqüentemente degradadas.

Tal como a economia, a sociabilidade entre os diferentes estratos sociais que compõem a pobreza, e entre pobres e não pobres, se alimenta de um substrato próprio da sociedade fluminense: O mesmo estado que apresenta 80 % de mobilidade intergeracional total é marcado pela desigualdade de oportunidades que vem se caracterizando pela diminuição

das chances de mobilidade ascendente (Pero 2002). Este traço distingue o Rio de Janeiro dos demais estados do Brasil e serve de pano de fundo para as formas como as populações mais carentes fazem face a este quadro, ao mesmo tempo dinâmico e desalentador.

As conseqüências do que faz a pobreza do Rio de Janeiro singular são observadas também na participação política, nas constituições de projetos pessoais e familiares, e na forma de solidariedade social que permeia a vida coletiva. Esta seção procurou sumarizar singularidades que são especialmente expostas pela disposição das diferenças no Rio de Janeiro. Isto importa por que viver na pobreza e, portanto, depender do sustento obtido nas ruas no Rio de Janeiro, é uma experiência singular e irreduzível a outras partes do país. Trata-se de um cenário original que produz estratégias e mapas de sociabilidade que destacam tanto a crueza quanto a criatividade dos chamados excluídos.

1.2 A Pobreza Referida ao Espaço Urbano

A cidade apresenta desigualdade também no que se refere à divisão de seu território e espaços sociais. A espacialidade da pobreza vem evidenciando que os pobres são um conjunto heterogêneo. Mesmo a favela, normalmente associada a um espaço típico de concentração de população pobre vem sofrendo mudanças profundas das quais emerge a desigualdade entre as áreas pobres de forma cada vez mais clara. O espaço é desigual e mesmo as áreas pobres não podem ser reduzidas a um tipo ideal. A escassez de pesquisas que partam do princípio da desigualdade entre os pobres e das formas de economia dos recursos deixa a descoberto a pluralidade característica dos espaços ocupados pelos pobres (Valladares & Preteceille, 2002).

Favelas são distintas realidades e formas como se expressam as condições de acesso à moradia, à legalização de terrenos, de formalização de contratos de aluguel, em síntese, de presença de desiguais no espaço desigual.

A melhoria da oferta de equipamentos urbanos para áreas faveladas põe em cheque a capacidade das famílias pobres de arcar com os custos de viver nessas áreas. A

formalização decorrente da chegada de serviços públicos implica em uma nova rotina de gastos com impostos e taxas que representam um importante impacto na economia domiciliar pobre. A verticalização das edificações das favelas e o deslocamento da pobreza da favela para ocupações em áreas ainda menos urbanizadas da zona oeste são uma consequência perversa do processo de urbanização de onde tradicionalmente se concentravam habitações populares. A expulsão dos estratos mais pobres das favelas tradicionais vem fazendo com que a cidade cresça em direção às áreas em que a ocupação territorial ainda não se concentrou, especialmente a Zona Oeste.

O estudo do todo e não da parte do espaço social mostra que a habitação típica da pobreza é cada vez menos típica. Favelas devem ser consideradas no plural sem o pressuposto de unidade.

No que se refere ao acesso de equipamento urbano, estudos recentes mostram que 30% dos setores censitários localizados em áreas consideradas como favelas não diferem de bairros cuja urbanização é regular (Valladares & Preteicelle, 2002). A favela não é a exclusiva localização da pobreza. Os mesmos estudos mostram que a condição de ocupação é caracterizada pela predominância de setores censitários onde não há a propriedade do solo, somente da construção. Novamente em outros 30% a propriedade do terreno e da edificação é um ponto que aproxima a favela a alguns dos bairros “do asfalto”. Tomados indicadores das características sócio-culturais, percebe-se que a escolaridade em geral é menor que a média para o estado do Rio de Janeiro. Distintos subgrupos apresentam variações importantes e há mesmo 12% de setores em que se verifica escolarização ligeiramente superior à média.

O que vale ressaltar é que, segundo esses mesmos indicadores, uma comparação com o conjunto da região metropolitana mostrou que há mais domicílios construídos em terrenos sobre os quais não há propriedade legal e que há pior qualidade de equipamentos urbanos em setores censitários localizados fora da favela. A exclusividade da precariedade não está mais nos morros. A concentração espacial pode não ser equivalente, mas as condições de habitação demonstram a precariedade e instabilidade da condição fundiária. Os dados

sobre educação formal revelam que não há diferenças entre favela e não-favela. Em outras palavras, alguns dos indicadores de pobreza cujos valores se acredita normalmente concentrados na favela, em flagrante, distinção com o conjunto da região metropolitana, são, na verdade, dispersos por bairros populares e áreas de recente ocupação no município.

É claro que políticas focalizadas tendem a deixar descobertos aqueles estratos da pobreza que migraram da favela ou que não são originários dessas áreas e vivem em bairros onde a qualidade de vida decresceu. As explicações podem estar no efeito perverso da urbanização que elevou o custo da moradia. É provável que o quadro de referência das políticas públicas tenha se originado da repetição do princípio baseado em uma visão defasada das áreas pobres a serem atendidas. A realidade se modificou em um ritmo vertiginosamente mais dinâmico. Em outras palavras a promoção da qualidade de vida dos realmente carenciados pode, não só não ter sido atingida, como piorada pela negligência de áreas menos imediatamente visíveis para os planejadores.

Não são recentes a importância e a repercussão política de ações voltadas exclusivamente para as tradicionais áreas de concentração de pobreza nos morros da capital, sobretudo. Nos últimos vinte anos a associação entre pobreza e ações violentas parece ter obrigado o tratamento diferenciado dessas áreas seja no aspecto preventivo da antecipação da subcultura da violência, seja na atividade repressora policial. Positiva ou negativamente a favela não é tratada como as demais áreas pobres do Rio de Janeiro. Isso ocorre, não obstante a pobreza seja mais aguda em regiões mais dispersas ou distantes do núcleo metropolitano. A reprodução da premissa falsa pelos agentes que elaboram e aplicam as políticas sociais determina parte da ineficácia dessas políticas e realimenta a crença popular na subcultura da pobreza favelada. O fato é que a não atenção à desigualdade da pobreza envolve mais que a má gestão da pobreza. A qualidade da solidariedade das áreas vizinhas, como do conjunto da cidade também é afetada. Por uma perspectiva solidária a sociedade pode se unir na crença de que é preciso se antecipar ao supostamente natural desenvolvimento de sociabilidades perversas entre os jovens pobres, por exemplo. Ganham expressão os clamores por maior vigilância das áreas que precisam se defender do fato de serem vizinhas ao perigoso espaço da pobreza. Há inequívocos motivos para

ambas as preocupações. Entretanto nem a pobreza varia explicando a violência, nem é exclusiva ou facilmente localizável só nos morros. No imaginário urbano, os medos são reproduzidos na ambigüidade com que a sociedade se relaciona com esses espaços plurais chamados favelas. De uma forma ou de outra não se pode dizer que a favela seja o lócus ou que reflita a forma de sociabilidade típica da exclusão.

Os dados e indicadores podem permanecer sub-utilizados ou desconhecidos. As variáveis que ordenam as percepções coletivas na metrópole podem estabelecer mapas limitados ou fantasiosos mas que efetivamente promovem a modalidade de relação que a metrópole trava com o pobre.

A extensão da desigualdade entre os pobres é ainda menos nítida para aqueles sobre quem dados censitários e históricos não estão disponíveis. Os sem abrigo, temporária ou permanentemente, são invisíveis quer seja pela escassez de metodologias e pesquisas abrangentes, quer pela diversidade de princípios definidores que balizam os enfoques dos pesquisadores.

Debates sobre o fenômeno do desabrigo têm ocupado crescente espaço nos últimos anos nos EUA. Como um problema crônico de desfiliação, de política habitacional, de assistência social, de desemprego, doença mental ou mesmo como um efeito combinado de todos esses fatores, o desabrigo é abordado sem que suas origens sejam especificadas de forma generalizada. A quantidade de *homeless* norte americanos varia nas pesquisas entre 250 mil e três milhões de indivíduos. Neste mesmo conjunto de pesquisas, aponta a compilação de Rossi, Wright, Fisher e Willis (1987) a doença mental é observada com uma frequência que varia de 20% a 90% dos casos. São muitos os obstáculos a pesquisa envolvendo este público.

Nos EUA, como no Brasil, as estatísticas oficiais do censo nacional pouco informam sobre esta população, já que as bases de dados oficiais normalmente se valem do estudo de residências fixas. Sem uma referência histórica em séries estatísticas comparáveis, abre-se espaço para que observações pontuais definam o campo da pesquisa. Instituições de

assistência, levantamentos governamentais e estudos empíricos em antropologia ou sociologia urbana imprimem leituras específicas que não necessariamente se comunicam. Daí decorre a variação das descrições que não raro resultam em grandes números ou em variações importantes.

A marca das instituições que abordam o problema parece ser a focalização de uma ou outra característica que tende a sumarizar artificialmente o conjunto de motivos e perfis do desabrigo. De fato a maior lacuna envolve a definição de desabrigo capaz de abarcar um consenso mínimo de referência. Superficialmente podemos conceber os desabrigados como aqueles que não têm acesso regular a alguma forma convencional de abrigo ou residência.

É um desafio metodológico convencionar residências improvisadas, moradias temporárias e casos ambíguos em que a regularidade da permanência pode ser questionada como as formas convencionais de abrigo. Isto é mais que uma questão metodológica ou conceitual. Trata-se da procura de uma conclusão objetiva que estabeleça o patamar de qualidade de vida abaixo da qual não se deve admitir nenhuma pessoa. Não apenas quanto à habitação e posse de recursos econômicos ou presença de quadros clínicos e mesmo disposições psicológicas, esse patamar envolve alguma definição de justiça abrangente.

No caso brasileiro, quem são os *homeless* e quanto deste perfil pode ser comparado com a população de rua, são perguntas que devem partir da diferenciação de características e trajetórias. Isso não responde o problema da definição, mas ilumina sub populações e permite evitar a eleição de uma característica definidora isolada entre pobres verdadeiramente desiguais.

A desigualdade da pobreza se verifica em um cenário de recursos irregulares. Em um grupo solidário de adolescentes envolvidos em atividades ilegais, por exemplo, um ano a mais de diferença na idade tende a predispor ao isolamento por aproximar os mais velhos da punibilidade penal. A antiguidade da fixação em um determinado território pode facilitar o reconhecimento de um indivíduo ou grupo, o que permite confiança de

moradores e acesso à caridade pública. Deficiência física, presença de crianças, a percepção da sociedade quanto à localização permanente em determinadas áreas concorrem analogamente para que recursos como dinheiro, roupas, remédio, abrigo temporário ou mesmo tolerância sejam diversamente franqueados aos moradores de rua. Exemplos que se multiplicariam ilustrando uma infinidade de artifícios, discursos, estratégias e usos de recursos objetivos para subsistência. Em outras palavras a desigualdade da pobreza nas ruas se dá pela diversidade de usos de recursos objetivos escassos, mas principalmente pela perícia típica no manejo de recursos subjetivos muito variados e pela comunicabilidade, seja entre pobres, seja entre pobres e não pobres.

Mas podemos segmentar estas duas ordens definidoras do desabrigo pelo uso feito dos recursos. Podemos estabelecer uma hierarquia entre os desabrigados literais e os de abrigo incerto. Por outro lado os níveis de formação de redes sociais e de comunicação, que permitem a subsistência, destacaram o aspecto relacional da pobreza desigual. Se alguma confluência entre os dois quadros for possível, as perguntas formuladas acima podem ser respondidas com alguma sustentação empírica.

A pesquisa de campo e os dados que serão tratados a seguir procuraram trazer à tona as diferentes manifestações da pobreza que usa a rua para suprir suas carências. O desabrigo que, supostamente, aproximaria a população de rua do que é chamado de *homeless* ou trabalhador itinerante, foi abordado como uma entre várias estratégias de sobrevivência, envolvidas na fixação ou utilização da rua como fonte de recurso.

A premissa da pesquisa envolve as condições de relativa impermeabilidade de segmentos pobres do Rio de Janeiro aos impulsos de crescimento econômico. De forma diversa, há um contingente importante de indivíduos que chegaram às ruas no momento em que as variações da esfera econômica ocorriam nos anos oitenta e noventa. Ao longo desses anos, no universo do trabalho garantido por condições legais e salário regular, os rendimentos foram se reduzindo. Os 0,79% dos pobres metropolitanos ocupados vivendo com menos de um salário mínimo se referiam, na metade da década passada, a cerca de 8.700 pessoas. A qualidade das garantias do trabalho para esse contingente e a capacidade

inclusiva dos postos de trabalho sugerem que esses indivíduos ocupam uma posição limítrofe entre a pobreza com domicílio e salário e a pobreza não fixada ao teto, sem vínculos com o trabalho formal.

Dados da pesquisa de campo sugerem que cerca de 60% da população de rua adulta já teve carteira de trabalho assinada. São, em sua maioria, indivíduos homens com média etária na casa dos trinta anos. São, portanto, em geral, ex-assalariados que, durante as décadas de crise, ingressaram no mercado de trabalho, saíram e foram para as ruas onde encontraram estratos que nunca participaram da estrutura produtiva ordenada pelo trabalho protegido.

Se é possível admitir que os pobres ocupados que tangenciam a linha de indigência ou de miséria têm como destino possível a queda para as ruas, uma ordem de grandeza aproximada de expulsos para a rua pela miséria pode ser estimada. Em decorrência disso, a trajetória desse contingente o vulnerabiliza a viver das estratégias do submundo da miséria como população de rua e condiciona sua fixação. Mas dos que cumprem a rota que se inicia no mundo do trabalho em crise e chega às ruas nem todos seguem sobrevivendo com a renda baixa dos estratos mais baixos dos trabalhadores. A pesquisa de campo que debateremos nos próximos capítulos sugere que em 1999, a metrópole do Rio de Janeiro tinha 19,2% da população de rua formada por indivíduos incapazes de atingir rendimentos superiores ao salário mínimo da época¹. Seu ganho médio é de R\$1,35 por dia, o que soma R\$40,50 por mês. Este percentual é ainda assim bem superior ao que valia quatro anos antes para trabalhadores sub-remunerados formais. Vale olhar para o outro segmento que a pesquisa descreve: Nas ruas, mais de 80% dos indivíduos foi capaz de manter rendimentos superiores a um salário mínimo. Como se verá no decorrer da pesquisa, a identidade de trabalhador foi um dos fatores que permitiu que, em média, a população de rua consiga chegar a uma renda individual de R\$504,50². Guardadas as especificidades e a grande variação, é especialmente provocativo perceber que esse valor supera em R\$ 56,65 a média total de

¹ O valor do salário mínimo de 1999 até junho de 2000 era de R\$ 136,00_ Ministério do Trabalho, 2002.

² A média é a projeção esquemática do ganho reportado por dia pelos informantes. Na prática os ganhos são irregulares. Servimo-nos desta projeção para ilustrar o ganho máximo mantidas as condições encontradas no dia da pesquisa (Silva Filho e Rodrigues, 1999).

salários que a pesquisa de Sônia Rocha apontou para os ganhos dos trabalhadores em indústria de transformação e em serviços para a metrópole do Rio de Janeiro.

Mas os ganhos possíveis em condições não significam que a vida nas ruas seja compensadora. Não pode haver dúvidas quanto à severidade das condições de vida nas ruas do Rio de Janeiro. A aparente eficiência das estratégias de sobrevivência medida em termos de renda não pode ocultar o conjunto de carências e as baixas condições de saúde, segurança, e freqüente degradação moral da população de rua. No entanto, sua miséria é mais que econômica e talvez não mostre sua complexidade pela abordagem que focalize exclusivamente a renda. A desigualdade entre os pobres de rua envolve fatores subjetivos que participam do desenho das redes sociais da rua. A complexidade destas redes condicionam as ocupações, sua duração e a lucratividade de cada expediente posto em prática.

Foram apresentados pontos de apoio para a hipótese que é mais uma defesa de um ‘posto de observação’ que sirva à tradução do que a rua representa como lócus de uma economia da miséria, que, contudo, não é uma economia “marginal”.

Para concluir este preâmbulo devo marcar algumas constatações que saltaram dos dados da pesquisa de campo e que orientaram a argumentação que será desenvolvida nos capítulos seguintes: Nem a coesão de famílias nucleares, nem contatos freqüentes com membros da família de fora das ruas, nem escolaridade explicam *isoladamente* os ganhos ou a eficácia das estratégias múltiplas ou sazonais para sobrevivência nas ruas. Todos estes fatores dialogam com o tipo de atividade fixa a que o indivíduo se dedica nas ruas. Ter atividade fixa explica em 19,8% a renda segundo a pesquisa. Atividades fixas foram referidas freqüentemente como “trabalho” em contraste ao que foi nomeado como “ocupação” ou “biscate” por aqueles que tem atividades múltiplas ou sazonais que se referem ao trabalho como o que caracterizava sua profissão antes de irem para as ruas. Foram estas algumas das primeiras pistas que seguimos para caracterizar a vida nas ruas como resultante da economia de recursos escassos.

São dados que sugerem que uma viagem pela economia das ruas e seus personagens deve fazer estação nas referências teóricas sobre pobreza, exclusão e mundo do trabalho. Neste capítulo observamos a situação específica da pobreza no Rio de Janeiro a partir dos dados. Destacamos a importância de relativizar as percepções acerca dos lugares onde a pobreza se concentra.

Estas pontuações dão suporte inicial à afirmação que motiva o argumento do capítulo seguinte: a de que o tema da pobreza e da exclusão ainda são observados sob aspectos muito semelhantes aos que alimentaram o debate sobre marginalidade. É preciso buscar um lugar no mundo para a população de rua, tanto quanto oferecer bases originais para sua interpretação.

Capítulo 2

Marginalidade e seus diferentes tons na bibliografia

2.1 Merecedores e não merecedores: abordagens sobre preceitos e a identificação dos riscos

Muito do que foi absorvido do imaginário social que permeia instituições de assistência e políticas sociais descende de uma oposição primordial entre pobres merecedores e não merecedores. No Brasil esta oposição pode ter se comunicado com a tradição da moral religiosa em que o tema foi expresso em termos de pobres dignos e pobres indignos. Mas o fato é que o grande impulso para uma racionalização do tratamento dado à pobreza foi a aplicação das prescrições de análise originárias das pesquisas empíricas de Charles Booth (1971) e John Mayhew (1987).

A contribuição essencial desses autores foi a de levar a pobreza à condição de problema nacional de resolução não doméstica, como antes acontecia nas paróquias. Para tanto, os procedimentos de atendimento do pobre devem ser padronizados. O pano de fundo foi a evolução rápida do mercado de trabalho assalariado na Inglaterra da década de oitenta do século XIX e a emergência da pobreza como experiência coletiva também em dimensão nacional. Isto fez com que a pobreza fosse lida a partir das avaliações morais orientadas pelo julgamento valorativo de caráter.

A entrada da pobreza na esfera pública pelas mãos dos teóricos vitorianos foi marcada pela taxonomia necessária à distribuição de direitos e deveres sociais. Himmelfarb (1991) observa que o que ocorre neste momento é o diálogo de representações e argumentos, construindo a agenda pública. As mentalidades da época se expressavam na prática sob a narrativa da racionalidade. No entanto não é a razão que domina o debate e sim a requalificação dos indivíduos frente às novas condições sociais da sociedade industrial.

A assistência pública enfatizava a centralização da filantropia e da assistência pública com o propósito de favorecer a formação de uma ética do trabalho. As pesquisas de Booth e Mayhew apontaram diferenciações importantes que primeiro definiram desigualdades a serem percebidas entre os pobres para a administração da assistência. Era preciso distinguir entre os pobres e os indigentes, entre os trabalhadores para quem uma fração de moeda era a diferença entre conforto e necessidade e aqueles que não esperavam ingressar no mundo do trabalho. São tornadas visíveis condições e carências iluminadas pelo sentido do trabalho como fonte de dignidade. A grande engenharia do fim do século XIX era a ciência legitimada como método, e no limite, como base do julgamento que ordenava a distribuição de direitos.

A ciência de Booth procurou utilizar levantamentos estatísticos para a identificação das manifestações da pobreza urbana. Mas seus estudos eram mais que isso. Objetivavam captar estilos e vida e características subjetivas entre os pobres úteis e inúteis, distinguindo-os em vista das características anti-sociais da vadiagem que predisponha ao parasitismo dos recursos dados à assistência.

Mayhew utilizou um método monográfico para desenhar as trajetórias de seus informantes. O enfoque era nos trabalhadores e nas suas formas de solidariedade representadas pelas caixas de assistência dos setores proletários mais organizados. Observou o custo da sobrevivência dos pobres e como eram desigualmente vulneráveis os mais jovens e os velhos que não podiam ganhar sentido naquela sociedade em vista da sua força de trabalho. Seu estudo traçou um perfil dos hábitos “intempestivos” e “depravados” das classes trabalhadoras. Seu livro sobre os carpinteiros de Londres relatou a forma como reagem os trabalhadores pobres às pressões do desemprego e da dificuldade diante da comunicação com os patrões. A desvalorização do trabalho tinha uma consequência desagregadora, acreditava Mayhew. O trabalhador desvalorizado econômica e socialmente extrapolava os limites da licenciosidade e abria mão da auto-estima. Mesmo trabalhadores melhor qualificados, quando reduzidos à máquinas pela exploração capitalista apagam os traços morais que os vinculam à civilização.

A crença no trabalho era um objetivo tão caro a esses autores quando a difusão do comportamento previdente por parte dos pobres. Seriam eles próprios os disseminadores de valores que tenderiam a superar a necessidade da coerção pelas *work houses*.

2.2 Os primórdios do Rio de Janeiro urbano

Ao longo do processo de urbanização do Rio de Janeiro, desde a Belle Époque, diferentes narrativas sobre a identidade da pobreza foram produzidos a partir dos mais diversos pontos de vista. A diversidade de representações sobre a pobreza, ora localizada no cortiço, ora na favela, ora nas ruas ilustra a forma como o Rio de Janeiro absorveu e deu nome às rápidas mudanças que evidenciaram as desigualdades no Brasil moderno. No final do século XIX o lugar da pobreza já era mais que uma referência geográfica. A pobreza incorporava função simbólica de advertência dos perigos a serem superados rumo à civilização (Benchimol,1990). A pobreza era representada nos comportamentos indesejáveis do homem pobre. O Estado adota as políticas de intervenção física no cenário urbano. A forma como a República recente pretendeu lidar com as distâncias sociais é emblemática. Seu pressuposto contém o recorrente dilema entre atraso e progresso, entre civilização e desordem. Esse dilema é freqüentemente reapresentado sob os diversos nomes da marginalidade social desde então.

Os dilemas dos pesquisadores da Europa industrial desembarcaram em um Brasil que enfrentava rupturas históricas importantes na sua estrutura social e política. Na capital foram sentidas as mudanças com a República, a industrialização, a intensificação do contato com outras culturas, a migração rural-urbana; a imigração de trabalhadores europeus. Era preciso lidar com a massa de negros libertos e mulatos pobres que se concentravam na capital. A nação que nasceu entre a Casa Grande e a Senzala passava rapidamente a ver o Brasil originalmente desigual dos Sobrados e Mucambos.

A formação do operariado carioca se desenvolve na indústria manufatureira da década de noventa do século XIX. Nos bairros da Gamboa e São Cristóvão e as antigas periferias de Laranjeiras, Gávea e Tijuca as primeiras vilas operárias abrigam o embrião do proletariado

moderno. As vilas operárias são as novidades no espaço urbano, enquanto cortiços e moradias improvisadas do centro da cidade foram sendo combatidos. A intervenção governamental foi vigorosa a ponto de dar corpo a um exército industrial de reserva pioneiro no país (Fausto,1986). Mas isso não significa que a expansão da cidade e sua nova classe trabalhadora não estivesse convivendo com uma expressiva massa de “mão de obra sobrente”³ destinada a ocupar posições marginais de remuneração baixa ou esporádica. O grande risco percebido pelo Estado era de que essa massa de trabalhadores marginais não completasse a transição que os levaria à proletarização. Havia, ainda, os vadios e capoeiras cuja proximidade concorria perigosamente com as opções de ocupação modernas e disciplinadas. Aos pobres imorais e vadios as autoridades atribuíam o poder de contágio de hábitos avessos à orientação moralizada e disciplinada do trabalho. Essa ameaça foi combatida através da intervenção sanitária e acompanhada pela urbanização planejada. Abreu (1989) analisou como o perigo da pobreza, ou mais especificamente do pobre, percebido como fator desagregador e promotor de uma ecologia urbana perigosa, torna-o objeto das intervenções físicas que caracterizaram o processo de evolução Urbana do Rio de Janeiro até metade do século XX.

Rago (1985) destaca como a oposição entre trabalhador e vadio herdou da preocupação vitoriana o problema da intervenção estatal dirigida à planificação do comportamento. A autora observa que a premissa da intervenção estatal era a de que homens adultos, mulheres e suas crianças precisavam ser colonizados pela noção de civilização burguesa. Esta visão era expressa desde a planta da cidade até as suas leis, argumenta. Para Rago, a intervenção estatal buscava a “gestão higiênica da miséria”, exercendo ação policial respaldada pelo cientificismo do saber médico. A autora analisa como a percepção do pobre na condição de portador de comportamentos “patológicos” localizou o problema da marginalização do pobre como resultado de características intrínsecas dos miseráveis.

³ O exército industrial de reserva difere conceitualmente da mão de obra sobrente. Enquanto o primeiro é uma reserva com possibilidade de incorporação ao processo produtivo quando necessário, a mão de obra sobrente só pode ser absorvida pelas ocupações mais degradadas do setor de serviços com baixa produtividade. Ainda sim, a mão de obra sobrente tem sua função marginal, como mostra a citação que Boris Fausto faz de Aníbal Quijano e Francisco Weffort _ Populismo, marginalización y dependencia. São Jose, Costa Rica, 1973. em América Latina

A transição da cidade indisciplinada para a que espelharia a disciplina da fábrica nas relações sociais e no espaço oferece uma primeira representação do confronto entre a face moderna-urbana e a face arcaica-rural do país. No Brasil, imediatamente após a abolição, os saberes científicos e o direito positivista incorporam energicamente a tarefa de superar o que Sergio Buarque de Holanda (1982) chamou de herança rural. Analogamente, a tradição aventureira que Hollanda identificou no caráter do colonizador português passou a ser a representação do atraso e da incivilidade.

Seguindo a linha das idéias opostas no caráter da formação do Brasil, algumas das pesquisas sobre o despertar para a pobreza urbana pelo Estado desenvolvem aspectos do que foi simultaneamente a ruptura com o que ainda era influência da cultura colônia, e a adoção de uma matriz de civilização capitalista orientada pela influência da Inglaterra e da França. Não estão distantes, por exemplo, a imposição da disciplina pela intervenção dos sanitaristas e a preocupação taxonômica e prescritiva representada pela ciência de Booth (1971) e Le Play (1989). Essa preocupação constitui uma espécie de substrato em que se desenvolveram as políticas médicas enfocadas no livro de Engel (1988). A pesquisa de Magali Engel ilustra como a ação governamental expressa nas posturas Municipais estava orientada à prescrever comportamentos e conduzir os vadios para o lar ou para a fábrica, as fundamentais formas de inclusão. Além das abordagens que percorrem aspectos da história social, destaca-se a abordagem que explicita a gestão da pobreza associada ao processo de formação nacional ou *nation building*. Esta relação está representada no trabalho de Rizzini (1997) que aborda a preocupação das autoridades públicas quanto à classificação e enfrentamento das condições em que viviam as classes populares.

Como essas abordagens demonstraram, uma parte da bibliografia sobre a pobreza no Rio de Janeiro evidencia como as instituições públicas desenvolveram sua ação alimentada pela herança de uma ciência instrumental defendida por Booth, Mayhew e Le Play. De certa maneira, a bibliografia sobre a identificação dos riscos e das prescrições médicas/sociais e policiais/arquitetônicas denunciam que o caráter positivista da urbanização do Rio de Janeiro da República Velha criou sua própria versão de uma “cultura da pobreza, inconveniente e contagiosa que representava o atraso a ser superado. Explícita ou

implicitamente a mentalidade representada nas idéias de pobres merecedores e não merecedores teve desdobramentos além da distinção do gabarito entre os perigosos e os úteis. Conectou esse dilema ao processo de superação do Brasil rural tradicional e redefiniu formas de inclusão e de marginalização sancionadas pela legitimidade da lei e pelo poder simbólico da ciência. Esse primeiro segmento da bibliografia aborda, sobretudo o caráter policial e repressivo como as políticas sociais tiveram origem no Brasil.

2.3 O imaginário em torno da pobreza

Referências ao trabalho, a éticas opostas a ele associadas não são propriamente novidades entre as explicações globalizantes sobre o Brasil. Desde as metáforas clássicas das éticas do sementeiro, por oposição a do ladrilhador, que compuseram o empreendimento colonial ibérico (Hollanda, 1955), o país se tem definido de maneira comparável a de uma unidade de produção onde o produto final são representações híbridas das relações. É uma comparação talvez excessivamente esquemática, mas coerente e ilustrativa do *ethos* da civilização brasileira. Para além do sentido econômico esse “país- empreendimento” têm sido interpretado como produtor de singularidades que derivam do caráter histórico de seus habitantes, estrutura hierárquica e das inclinações das elites.

De uma forma ou de outra as explicações sobre a origem estão desde sempre orientadas pelo produto final. Se esse produto final são formas inteligíveis de solidariedade e de inclusão na vida social, vale decompô-las em suas peças para compreensão das suas sutilezas.

Trabalhadores e vadios são mais que balizamentos impostos por planos dos dominantes na educação dos dominados. São princípios de identificação criativamente entalhados pelos atores trabalhadores, vadios e dominantes. As classes reagem ativamente e propõem soluções para o enquadramento simbólico de indivíduos e de coletividades. Entretanto não é a oposição de pobres a não pobres que governa o desenho dos significados dados ao animal *laborans* no Brasil.

“ Os significados atribuídos ao mundo do trabalho pelas classes pobres não correspondem necessariamente a formas acabadas da ideologia dominante, nem tampouco são contrários a ela. A realidade social e as

interpretações acerca do mundo social são sempre construções que se realizam através de forças em permanente tensão , onde interação manifestações de subordinação, contestação, conformismo e resistência”
(Leal,1997:15)

O Brasil tem a originalidade de desenvolver uma organização social capitalista em convivência com o significado do ócio plebeu como marca de prestígio. A fidalguia se manifestou ao longo da história mais pelos paramentos, aparência e comportamento que pelo exercício de valores éticos típicos de um espírito capitalista anglo-saxão. Este significado dignificante do ócio se ofereceu “democraticamente” a cada patamar da hierarquia social brasileira. Um viajante inglês descreve em 1818 a forma, para ele, inusitada, como os trabalhadores livres mais humildes se recolhiam para a sesta, se negavam a carregar as próprias ferramentas, deixando-as ao escravo e se adornavam com unhas tão longas quanto se lhes permitisse o básico de seu ofício. Era num ritual onde se devia ler: “não preciso usar as mãos sempre” (Luccock,1975). Mesmo entre os escravos da casa e da lavoura ou de ganho se estabelecia um padrão de relações onde as possibilidades de maior ou menor ócio conferiam prestígio desigual e também desiguais possibilidades de formação de redes.

Mais que isso, a figura do vagabundo de rua foi incorporada à fundamentação moral-religiosa da opulência, ou ao menos da desigualdade. O mendigo inválido e mesmo o válido mas humilde em sua postura de suplicante adquirem funcionalidade. Em cerimônias religiosas, enterros, testamentos ou mesmo em circunstâncias menos solenes dar trocados ao pedinte, ao mendigo, aos órfãos, às moças pobres e solteiras tornou-se um código de incorporação dos desvalidos e de legitimação da hierarquia, ainda que a esmola servisse mais a quem dava. (Leal,1997). Menos simples que se poderia supor, as possibilidades de trabalho e não trabalho ilustram as regras de tolerância e coerção de que pobres e não pobres puderam se valer no Brasil.

É claro que ao ócio também se atribuíram estigmas. Entretanto, não é sem importância o fato de que o não trabalho pôde estar associado à alguma dignidade sem negar o trabalho como fundamento normatizador. O projeto de ascender socialmente como trabalhador teve

e tem um sentido marcante nas receitas de regeneração moral, maturidade e independência pessoal no imaginário brasileiro.

Novamente os pobres processam criativamente o trabalho e sua própria versão do vagabundo, do bandido, do não trabalhador por indolência, construindo um referencial seu das classes perigosas. (Zaluar, 1985). As “classes perigosas” elegem, pois, suas “classes perigosas”. E estas estão freqüentemente abaixo na hierarquia. A eleição de párias referenciais parece ser o norte da bússola de todo brasileiro que espera se localizar na hierarquia social: um personagem típico-ideal que ilustra onde não se deve chegar senão pelo infortúnio e fatalidade. O popular “mendigo” é aquele personagem que se enquadra nesta função. É uma forma como o povo representa as características do vadio como uma espécie de pária.

Uma outra direção da bibliografia que tematiza o imaginário em torno da pobreza busca cronologias das principais abordagens sobre favela, pobreza, moradias populares. São modelos que mostram que a pobreza nunca significou uma única coisa no imaginário urbano, como na academia. A favela nunca foi só um tipo de lugar. Ao lado das teorias sociológicas, outros narradores emitiram suas teses sobre a pobreza e sobre o que veio a se chamar marginalidade, a ela associada.

A resenha de Valladares (1991) sobre os cem anos do tratamento da pobreza urbana é uma referência ao mesmo tempo sintética e provocativa. A cronologia de Valladares leva a considerar que, ao longo de cem anos, abordagens hegemônicas sobre a pobreza se sucederam sem que a presença de um novo modelo superasse os anteriores. As abordagens se especializaram, mas os agentes por elas enfocados coexistiram e dialogaram. De fato, cada transformação na imagem do pobre trabalhador e do pobre vadio se comunica com teorias leigas e crenças estudadas pela academia e pelos próprios segmentos populares. Daí surgiram respostas às imagens da pobreza descritas pelos discursos sanitarista, jurídico, político e econômico. O argumento de Valladares é que, ao final dos anos 80 completa-se um ciclo segundo o qual a criminalização da pobreza atualiza o debate sobre as classes perigosas. Da horda de capoeiras para o crime organizado das favelas, o pobre habita o

mundo do não trabalho. Sua inclusão na agenda pública se dá pelo risco que pode vir a representar. É uma afirmação contundente, mas que, em parte, pode ser respaldada em certas visões alarmistas em voga no imaginário urbano brasileiro. Nestas visões, pobreza e violência são necessária e intimamente ligadas. A atenção às demandas populares seria uma forma de evitar que soluções criminosas ganhem espaço.

A literatura antropológica focalizou as reações interpretativas da pobreza associada à violência e ao abandono dos direitos. O trabalho de Milito e Silva (1994) sobre meninos de rua procura recuperar as manifestações da vida nas ruas segundo o cotidiano de seus agentes. A crueza da rotina de abandono é descrita de forma contundente como se supusesse a necessidade de sensibilizar emocionalmente o leitor para tornar clara a iniquidade do desperdício da juventude nas ruas. O componente trágico das narrativas dos informantes é caracterizado como vivência e também como linguagem. A auto-associação à destituição e à estabilidade como algo passageiro e raro está representada no resultado do trabalho etnográfico de Alvito (2001). O autor argumenta que os moradores da favela de Acari são “hermeneutas por excelência”. São agentes capazes de traduzir as relações adversas do convívio com facções violentas (aí incluindo a polícia) utilizando-se da *hermenêutica do terror* segundo a qual os moradores convivem com a incerteza.

“O que os moradores procuram, com essa incessante atividade hermenêutica, não é tranquilizar-se, o que seria um perigoso descuido. Buscam apenas transformar terror em medo, tentando administrar o pavor na medida em que traçam um quadro das violências possíveis”.

(Alvito, 2001;112)

A reivindicação de posições deve dialogar com os riscos da identificação, tais como o perigo por parte das forças policiais, dos moradores da cidade e de segmentos rivais de favelas inimigas. A prudência e a perícia das lideranças são necessárias à diplomacia quotidiana. Esta diplomacia procura garantir segurança ou interesses comunitários negociados entre forças políticas ou criminosas. Saber ser reconhecido dentro e fora do espaço da favela é uma forma de domar a imprevisibilidade da violência em um meio em que a categoria nativa fundamental é “a consideração”.

As formas de esboço do que é típico ou relacionado ao pobre no Rio estão ilustradas pelos argumentos que articulam pobres e não pobres na vida cotidiana. Primeiramente essa articulação não é cativa das leituras com pretensões científicas. Pode ser dito sem exagero, que ao longo do tempo o Rio de Janeiro aprendeu a demarcar linhas de fronteira e assim construir suas margens de tolerância e significação da presença do pobre.

Uma “taxonomia” do pobre ganhou, como vimos, na República referência nas diferentes versões sobre os espaços onde as classes populares imprimiram sua forma de se inserir na sociedade. Nas cidades o pobre trabalhador não incorporado pela fábrica chegou a ser percebido afetivamente como resquício bucólico de um Brasil rural que se dissipava rapidamente, como analisou Jane Souto (1998). Sua pesquisa buscou as formas como representações populares, tais como as músicas e descrições de cronistas e jornalistas se referiram à favela e a seus habitantes. Características tomadas como típicas se tornaram recorrentes e se cristalizaram no imaginário do povo, influenciando as formas de interpretação sobre a favela. A beleza natural, o caráter passional, a valentia, a sensualidade das caboxas, a informalidade, o samba, a religiosidade e a malandragem dos mulatos são componentes comuns a muitas das formas que descrevem o que é típico da favela, da gente humilde e do Brasil. A pesquisa de Souto sobre a apreensão da imagem que se fez do pobre aponta quatro vocações que as pesquisas percebem para a favela a partir das interpretações de músicas populares no Rio de Janeiro dos anos 20 aos anos 90. Uma cronologia do imaginário carioca sobre a pobreza emerge e a favela é examinada como espaço típico do pobre; como espaço do samba; como não-cidade e como lócus da marginalidade urbana. Além do que, sugere a pesquisa de Souto, no que se refere à pobreza e a como ela se associa à favela, pode-se estabelecer uma cronologia análoga a esses modelos descritivos na literatura sociológica mais recente sobre a espacialidade da pobreza na favela:

Nos anos 50:

A pobreza rural, típica do Brasil arcaico;

A pobreza dos migrantes nos cortiços e favelas, resquícios do Brasil rural à margem da civilização urbana;

Nos anos 60/70:

A pobreza do trabalhador proletarizado à margem do desenvolvimento;

A pobreza sem cidadania, sem moradia, sem direitos.

Nos anos 80:

A pobreza violenta das classes perigosas localizadas nas favelas;

Nos anos 90:

A pobreza que se espalha, levando consigo seus estigmas e símbolos, para além dos limites da favela e confunde fronteiras sociais.

Como se pode perceber, a pobreza ora é percebida em vista de suas manifestações culturais, ora em vista de limites geográficos da favela e das áreas identificadas com o que é arcaico, com o que ainda não chegou a ser colonizado pelo processo de desenvolvimento. O desenvolvimento desigual do país e da América Latina deu origem ao campo temático de um conjunto de teorias específicas que emergiram da sociologia do desenvolvimento e da dependência e foram agrupadas sob o nome de “teoria da marginalidade”.

2.4 As teorias da marginalidade

Nas décadas de cinquenta e sessenta as desigualdades econômicas e as condições de dependência eram as matrizes para o entendimento da política na América latina. Mesmo antes disso, uma abordagem pioneira trouxe à cena o problema da manifestação mais primária da destituição: a fome. Em Geografia da Fome publicado em 1946, Josué de Castro procurou mapear as áreas de carência alimentar do Brasil. O inovador foi proclamar que as opções políticas orientadas por interesses externos ou ancoradas na elite formam um vínculo indissolúvel entre o Brasil arcaico rural e o Brasil moderno urbano. Há fome também no sudeste do Brasil, denuncia Castro. E ao longo do país, onde não há fome endêmica há subnutrição crônica. A raiz do problema foi identificada pelo caráter

predatório da utilização dos recursos naturais e, sobretudo, no padrão de investimento no desenvolvimento das regiões já desenvolvidas, abandonando as não desenvolvidas.

“Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial. Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda riqueza potencial _a riqueza do seu solo e de sua mão de obra_ por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender à necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso.”
(Castro, 2001;267)

Embora Castro não seja incluído entre os típicos teóricos da marginalidade ligados à CEPAL dos anos 60 e 70 ou aos centros de pesquisas que se notabilizaram pela temática, sua abordagem contém algumas das bases que seriam desenvolvidas pelos autores que abordaram a dependência nacional e os comportamentos das elites nacionais. Em síntese, o autor aponta que há segmentos marginais por que há economias marginais. Castro mapeou os efeitos da opção pelo atraso. Os cientistas sociais que formularam a teoria da marginalidade procuraram esquematizar as formas de reprodução da dependência das economias marginais da América Latina.

Nos anos 60, a predominância da preocupação de teóricos e políticos se voltava às profundas desigualdades regionais. A oposição entre o moderno e o arcaico estava na base explicativa da iniquidade no Brasil ao longo da década. O destino recomendável e esperado por teóricos e planejadores era o do crescimento ordenado, presidido por uma representação objetiva de que o lado arcaico do país deveria ser absorvido pelo moderno em direção ao desenvolvimento.

Neste cenário, os estudiosos da América Latina tomaram por bases duas linhas de abordagem: a sócio cultural funcionalista e a sócio estrutural marxista, fundamentada no materialismo histórico.

A abordagem funcionalista focava a marginalidade como fenômeno residual ao processo de modernização, lendo-a de forma não politizada em termos de conflito. A marginalidade,

desta maneira, era vista como um deslocamento psicológico individual refletido em comportamentos desajustados. No aspecto macro, estabelece dualidades entre tradicional e moderno como fruto da marginalidade econômica. Essa corrente é influenciada pela sociologia urbana norte americana. Há um parentesco com a concepção de ecologia humana da Escola de Chicago. A analogia que Robert Park pretendeu traçar entre vida urbana e o mundo animal deu origem à identificação da Escola de Chicago como escola ecológica. Vigorou entre os autores de Chicago um poderoso direcionamento no sentido da pesquisa empírica e da busca de soluções para o conflituoso convívio nas precárias condições em que contingentes imigrantes de várias nacionalidades se concentravam na cidade durante os anos vinte e trinta do século XX. De fato o termo marginalidade entra em cena, pela primeira vez, referido ao deslocamento individual no artigo publicado por Park em 1928 “*Human migration and the marginal man*”. O texto revelou a concepção de marginal como aquele que se caracteriza por ser um “híbrido cultural”, um personagem que se desenraizou de sua cultura e não pôde se inserir naquela para a qual migrou. A condição desse indivíduo culturalmente híbrido é ambígua. Park (1987) reconhecia que embora o processo que gera a imigração depende de fatores macro-sociais. Mas, além disso, importam as disposições da mente do indivíduo marginal. Este indivíduo que migra de um referencial cultural a outro anima as transformações culturais característico da formação das grandes cidades. Portanto, a marginalidade é um processo constitutivo da modernização. Na que talvez seja ainda a obra de referência sobre teorias da marginalidade e seus reflexos no Brasil, Janice Perlman observa que o tema da exclusão é explicitamente relacionado ao da marginalidade por Robert Merton em *Social theory and social structure*. Merton diz que o marginal é um aspirante à inclusão em um grupo determinado. Uma vez excluído do acesso, o marginal abandona as referências de seu grupo de origem e reproduz valores e normas de comportamento daquele segmento a que pretendeu se dirigir. Esse processo chamado de socialização emancipatória faz com que, num sistema pouco aberto à mobilidade, indivíduos passem a gravitar em torno de vários grupos sem participação plena em nenhum deles. É claro que ao se generalizarem as experiências de frustração de expectativas, ocorre o criação de uma “cultura da marginalidade”. Essa noção não coincide com a de cultura da pobreza por que a vida na cultura da marginalidade supõe comunicação e não o isolamento e fatalismo que impedem que os indivíduos superem a reprodução da

precariedade e das atitudes da cultura da pobreza desenvolvida por Oscar Lewis (1971). Lewis procurou demonstrar que a pobreza envolve mais que a privação. Dela decorrem atitudes e planos de vida, uma personalidade ancorada e limitada pelas mesmas estratégias que garantem a sobrevivência do pobre. Lewis apontava setenta traços psicológicos, sociais e econômicos que acreditava serem característicos de uma cultura do pobre em sociedades oriundas de diferentes contextos históricos. Em linhas gerais são características das sociedades onde pode emergir a cultura da pobreza:

- 1) uma economia doméstica com produção para benefício imediato;
- 2) a persistência recorrente de oportunidades escassas a trabalhadores não qualificados e desemprego;
- 3) salários muito baixos;
- 4) Fracasso na consecução de organizações econômicas, políticas e sociais (seja sob base voluntária, seja por imposição governamental para a população de baixa renda);
- 5) predomínio de um sistema bilateral de parentesco sob um sistema unilateral e, finalmente,
- 6) a existência de um conjunto de valores nas classes dominantes que insiste na acumulação de riquezas e propriedades, na possibilidade de mobilidade ascendente e na vigência de uma base valorativa que explica a baixa renda como resultado da inadequação e inferioridade pessoal (Lewis, 1971).

Pode-se perceber como, mesmo contendo aspectos críticos à sociedade que a produz, este tipo de concepção encontrou diálogo possível com o imaginário social brasileiro. Não se pode dimensionar, no entanto, até que ponto as ações no campo das políticas públicas brasileiras partiram diretamente de versões parciais ou distorcidas sobre uma leitura teórica da cultura da pobreza ou, em que medida, estas ações são derivadas de orientações culturais e morais sem pretensão sociológica. Entretanto, está claro que o pobre foi objeto de análise por referências próximas às que tinham o propósito de julgar seu caráter e disposições morais.

Na América Latina a marginalidade como inadaptação associada à pobreza e à exclusão do espaço urbano deu origem à escola Arquitetônico-Ecológica. Perlman (1977) observa que as condições de moradia precária em favelas eram associadas à predisposição à desintegração social. A eliminação física das favelas e sua substituição por moradias de baixo custo pelas agências governamentais reinterpreta o propósito de disciplinar os marginais, sugere a autora. Desta vez a marginalidade, tipicamente retratada pela presença de fluxos de trabalhadores pobres para as cidades, desenhava a solução do problema em termos materiais. O acesso ao teto não reverteu a condição perversa do marginal. Na experiência brasileira é comum localizar aí o cruzamento entre as características do ambiente marginal e traços de personalidade anti-social daquele que vive nas áreas marginais. A favela passou a adjetivar os que ali viviam.

A tendência teórica que ganhou espaço ainda nos anos sessenta foi a Escola Etnográfica. Desenvolvida a partir da mudança dos profissionais empregados pelo Estado para tecer considerações sobre as condições específicas das favelas, a escola etnográfica percebeu a favela como reproduções de comunidades rurais deslocadas em meio urbano. Perlman critica a forma como os sociólogos e antropólogos que sucederam os arquitetos pretenderam explicar cientificamente a não integração do favelado. Era a leitura da favela como uma aldeia, como entidades culturais relativamente autônomas. Essa tendência objetivou descrever a dissolução das instituições socializadoras de origem rural no espaço urbano. Além disso, esperava instrumentalmente determinar a potencial funcionalidade desses mecanismos para adaptação à sociabilidade urbana.

O *continuum* rural-urbano participa ainda da escola do tradicionalismo x modernização. Essa perspectiva fundada no dualismo estrutural gerou abordagens traçadas em termos de atitudes sócio-psicológicas, em que os indivíduos marginais sentiam a dificuldade de integração ao transitarem dos valores tradicionais aos valores modernos da sociedade urbana e industrial. Uma derivação desse desencontro entre valores atrasados da formação tradicional e valores necessários ao progresso industrial foi a abordagem da marginalização como incapacidade de integração das massas de migrantes rurais por lhes faltarem o conjunto de atitudes e disposições modernas. Essa dicotomia foi devidamente criticada pela proposta de análise integrada do desenvolvimento.

“É possível criticar este esquema [o de análise tipológica de sociedades modernas e tradicionais] com certo fundamento segundo dois pontos de vista. De um lado, os conceitos ‘tradicional’ e ‘moderno’ não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas_ por exemplo, subdesenvolvimento e desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações, etc.- e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’ “

(Cardoso & Faletto, 1981:17)

O Centro para el Desarrollo Económico y Social da América Latina _ DESAL revestiu o estudo da marginalidade de um novo quadro ideológico e de uma preocupação com o respaldo empírico. Com inspiração democrata-cristã, como observou Perlman, o DESAL identificou a marginalidade como resultado da ausência de integração interna e participação política. A partir dessa carência a adoção e gerenciamento de recursos financeiros se torna condição de intervenção necessária. O propósito era atingir a integração do marginal, substituindo o dualismo subdesenvolvimento x desenvolvimento pelo dualismo marginalidade x integração⁴

A integração dos marginais deu visibilidade a seus interesses e lhes abriu uma janela crítica sobre sua condição política. Em especial, no Chile, os marginais mudaram sua postura, passando a se ver como agentes de transformação em uma situação de classe oposta a outros segmentos sociais.

Essa experiência foi inspiração para uma abordagem latino americana crítica, porém com uma fundamentação marcadamente doutrinária. Esta corrente foi a Teoria do Radicalismo Político, segundo a qual as frustrações e a desorganização social a que os pobres marginais urbanos estão expostos os predisporia a atitudes e inclinações de esquerda. Daí derivariam anseios por mudanças estruturais. Aqui se inverte a percepção do marginal, agora como elemento de progresso do sistema. O marginal é deslocado para a condição de correia de transmissão da revolução através da consciência de classe.

⁴ DESAL, Marginalidad en América Latina; un ensayo de diagnóstico. Citado por Kowarick em Capitalismo e marginalidade na América Latina, 1977.Santiago, DESAL, 1969.

Inaugurando um outro bloco de abordagens acerca da marginalidade, a linha sócio estrutural do materialismo histórico envolve contribuições mais elaboradas que a tese do radicalismo. Os enfoques passam a ser sobre a teoria da dependência, sobre as características das relações radicadas na produção e reprodução do capital, e sobre as formas de inserção marginal frente ao conflito capital x trabalho. A marginalidade é estrutural e funcional ao capitalismo.

Tal ênfase gerou debates que procuram contestar ou atualizar as teses marxistas em vista das condições empíricas da América Latina (Germani, 1973; Quijano, 1973).

Valladares & Freire-Medeiros (2001) identificam uma influência importante da sociologia urbana francesa na forma como as influências marxistas traduziram a marginalidade urbana, rechaçando as abordagens comportamental e funcionalista. O pano de fundo é a premissa de que o espaço urbano não é regido por uma tendência ao progresso ou à integração com “acidentes” nas formas marginais de inserção. Os teóricos críticos tomam o urbano como espaço socialmente produzido, onde diferentes configurações se animam segundo vários modos de organização sócio econômica e de gestão política históricos. Os sociólogos latino americanos compartilhariam com os neomarxistas franceses, sobretudo com Caste (1998) _ o descontentamento quanto à premissa sustentada pela Escola de Chicago, segundo a qual, haveria um urbano em si, a partir do que seria possível dar sentido aos fenômenos sociais territorializados.

A teoria brasileira sobre a marginalidade focalizou as condições de dependência ciente das especificidades que obrigam a consideração de uma análise integrada do desenvolvimento brasileiro em face de seus agentes. As determinações da estrutura e as sutilezas do processo em determinações recíprocas foram a contribuição original de Cardoso e Falleto. A inserção marginal pelo padrão com que se criaram postos de trabalho, sua qualidade e remuneração abriram espaço para uma sociologia da marginalidade embasada na realidade empírica do mercado de trabalho de uma economia subdesenvolvida.

No Brasil, um dos nomes mais significativos da abordagem sobre inclusão marginal dependente vista pelas condições do trabalho foi Lúcio Kowarick. Em seus trabalhos a presença da noção orientadora da existência de um exército industrial de reserva é marcante. Em *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (1977), Kowarick aborda as interpretações físico-ecológicas em suas limitadas possibilidades de entendimento da marginalidade como elemento sistêmico. O autor também sintetizou as críticas da vertente marxista à cultura da pobreza e à homogeneização artificial das propriedades de emprego e família.

A principal crítica às abordagens comportamentais ou funcionalistas é a que evidencia a imprecisão da abordagem localizada geograficamente. Quando a pobreza se espraia, a marginalidade não pode ser lida como fenômeno apenas dos pobres, mas dos sistemas que condicionam suas chances de incorporação. Da mesma forma a personalidade do marginal, dividida por duas culturas, tende a se caracterizar por reações de apatia e predisposições internas de não identificação com padrões culturais dominantes. A perspectiva de Kowarick é apoiada em autores latino americanos ligados a CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina) e a centros de pesquisa que tomaram o tema da marginalidade interpretações em interpretações de base materialista⁵. Nessa vertente a noção de “população de baixa renda com incongruência de status” da pobreza com base cultural é abandonada pela incapacidade explicativa.

“Como se prestou para analisar múltiplos processos, situados em diversos níveis de abstração, e desde perspectivas teóricas as mais variadas, o conceito de marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, numa forma de **exclusão** dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial. Desse modo, nas palavras de Nun, a marginalidade tornou-se ‘um destes significantes de uso comum, do qual se pode pedir, e do qual se pode obter, quase tudo o que se queira’”

(Kowarick, 1977: 16, _grifo meu_)

⁵ José Nun – Superpoblación relativa, ejército de reserva y masa marginal revista latino americana de Sociología, v (2) jul. 1969 e José Nun, Miguel Murmis & Juan Carlos Marín, La marginalidad en América Latina _ informe preliminar, Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, Centro de Investigaciones Sociales, 1968 Anibal Quijano _ notas sobre el concepto de marginalidad social, CEPAL, 1966. ; Carlos Acedo Mendoza, *América Latina, Marginalidad y subdesarrollo*, Caracas: Fondo Editorial Común, 1974.

De fato, o grande referencial que paira na crítica alternativa oferecida por esses autores é o do exército industrial de reserva originário da inclusão periférica dos países latino americanos no capitalismo tardio. Os marginais devem ser analisados em vista de sua articulação com o sistema econômico e com formas históricas de produção de riquezas. Essa teoria afirma que a análise das economias latino americanas tem base na interpretação na capacidade do sistema de gerar empregos propriamente industriais.

Kowarick admite a necessidade de distinguir as formas de marginalização de formas mais detalhadas e além das manifestações superficiais aparentes. A discussão sobre a distinção feita por Quijano entre pólo marginal e mão de obra marginalizada é um exemplo. Para Quijano, a baixa produtividade do trabalho nas economias periféricas diminui a importância de alguns setores, gerando empregos marginais. Nestes setores torna-se mais crônica a impossibilidade de emprego estável e regular. Assim, observa Quijano, exclusão e marginalidade coincidem e a ideia de pólo marginal deve fugir a uma nova dicotomia entre pólo marginal e pólo evoluído da economia, como a noção de “pólo” sugere. As atividades nele contidas integram o processo produtivo que não é fechado no âmbito dos próprios “setores marginais”.

“(…) se é correto colocar o processo de acumulação como gerador de ‘mão de obra marginal’, torna-se necessário especificá-la. Se o modelo proposto acerta quando coloca corretamente as causas que a originam, peca pela imprecisão quando imprime no fenômeno categorias sociais distintas, a não ser que entenda por marginalidade os grupos sociais ‘excluídos’, presentes nos ‘níveis mais baixos da economia’, Se esta colocação for aceita, não se pode mais equacionar o trabalho marginal enquanto formas específicas de inserção nas estruturas produtivas, mas sim como mecanismos que redundam em últimas instâncias na pauperização. E a exclusão assim definida, por ser um processo demasiadamente genérico, visto englobar tanto a ‘renda’ como ‘salários marginais’, perde seu poder explicativo pois calca-se em processos econômicos díspares, marcados por diversas formas de apropriação de excedente.”

(op. Cit. P. 103)

O trabalho marginal, ainda que não forme um setor à parte, aparentemente tem uma importância pequena no sistema. Mas isto é ilusório. Os produtos e serviços advindos dos setores marginais podem ser geradores de um quadro de barateamento do custo de reprodução da força de trabalho. O custo das habitações precárias, as ocupações autônomas ou informais permitem que a mão de obra marginal ou não se reproduzam em níveis de

subsistência baixos mas que exibem a alta taxa de exploração da força de trabalho⁶. Como não são os salários dos estratos elevados que ditam o valor do salário mas frequentemente o dos segmentos mais baixos a ênfase que se dedicou daí para diante ao estudo do salário mínimo no Brasil aparece como uma forma de compreensão da dinâmica do exército industrial de reserva.

Mas um problema importante ocorre. Quijano e Kowarick concordam que é preciso atualizar o conceito clássico de exército industrial de reserva. Há um excedente disfuncional sendo gerado na América Latina dizem os autores. A sociologia dos segmentos aparentemente “supérfluos” deve promover uma separação analítica entre sua gênese estrutural e seus efeitos. Sendo assim considera-se que a revisão do conceito de exército industrial de reserva para “mão de obra marginalizada” deve considerar:

- a- expansão da produção ;
- b- a pressão salarial não mais pela quantidade mas pelas características qualitativas de conhecimento tecnológico do trabalhador;
- c- o fato de que em condições modernas diminui a concorrência entre trabalhadores ativos e trabalhadores inativos.

A conseqüência é a expansão do estudo da marginalidade para o estudo dos trabalhadores informais agrupados como “mão de obra marginalizada”.

No capitalismo monopolista moderno ainda sobrevive o interesse em rebaixar os custos do trabalho para obtenção da mais-valia. Mesmo o trabalho qualificado não tem preço aleatório, o que reafirma a funcionalidade dos informais. Na prática, os grupos de trabalhadores informais tornaram-se uma rotina nas sociedades latino americanas. Fechando um ciclo lógico das teorias de matriz marxista, temos a marginalidade como padrão de acumulação do capital nas sociedades periféricas. O marginal e suas trajetórias de exclusão _ primeiro econômicas, depois em largo sentido _ são funcionais aos sistema econômico. São, portanto parte da ordem que se reproduz gerando desigualdade social.

⁶ Ver citação de Kowarick (1977) a Francisco de Oliveira _ A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, 1972.

2.5 Pobreza e as associações com as desigualdades

Nos anos 70 as desigualdades regionais brasileiras, sobretudo do Centro-sul e Sudeste em relação ao Nordeste, continuavam a existir, embora tenham cedido centralidade ao problema da disparidade entre o crescimento econômico e o aumento das distâncias sociais. Os bolsões de pobreza absoluta e a profunda concentração da renda no país compunham o novo contexto de análise do paradoxo do modelo de desenvolvimento. O país foi percebido novamente como um híbrido de "dois Brasis", onde riqueza e desenvolvimento conviviam com atraso, pobreza e o pior da tradição política num mesmo corpo. Mas a disponibilidade de postos expressos pela estrutura ocupacional brasileira mostrou que o problema fugia novamente ao dualismo.

A tradição da cultura política do mando bloqueou o desenvolvimento de uma noção clara de cidadania e de direitos universais entre os pobres. Não só entre eles a distância entre a dádiva e o direito permaneceu um traço da sociabilidade que condiciona as formas de inclusão dos pobres (Oliveira;1994).

A noção de desigualdade perversa, politizada a partir da abertura, fez a discussão ir além da verificação de características definidoras da pobreza econômica ao longo dos anos oitenta. A iniquidade é então admitida como característica da desigualdade brasileira (Lopes, 1994). Supunha-se que a relação entre os que receberam fatias desiguais no prometido "crescimento do bolo" tomava contornos mais incômodos, inclusive pelo convívio possivelmente conflituoso dos grupos num mesmo espaço. A pobreza, mesmo a pobreza absoluta, se tornava cada vez mais visível e incomodativa nas metrópoles. A carência ia além do desprovimento material. No cotidiano dos carentes se incluíam relações clientelistas ou de subordinação, em consequência das distantes possibilidades de representação política. A pobreza representava as condições desiguais, relacionadas com o crescimento da criminalidade urbana e a existência de um grupo de "deserdados" pelo milagre econômico (Abranches, 1985). As metrópoles apresentavam nova face paradoxal:

os desiguais se afastavam materialmente, ocupavam lugares distintos politicamente, embora geograficamente próximos e participantes da ecologia urbana.

Na passagem dos anos 80 aos 90, começa a se destacar, entre os estudiosos brasileiros, o tratamento da iniquidade sob o tema da exclusão social. A questão mais sensível é a do aumento da desigualdade a limites drásticos, gerando dilemas sem precedentes, quanto à participação no que tange ao mundo do trabalho, em relação aos direitos civis, à segurança e à ordem públicas. Criam-se personagens cuja identidade e perspectivas de assimilação ao "mundo dos incluídos" continuam difusas.

A noção de exclusão é, ela própria, difusa entre os pesquisadores. Autores brasileiros (Nascimento, 1994) e estrangeiros (Wacquant, 1995) ocupam-se em caracterizar as visões sobre os processos de exclusão e os perfis dos grupos excluídos sob perspectivas comparativas, em que pesam as modalidades conflituosas de diálogo entre os atores sociais e os impactos das transformações econômicas de tendência mundial sobre os contextos nacionais. O termo exclusão tem participado de diferentes abordagens sobre variados temas, sem que os cientistas sociais necessariamente comunguem das mesmas referências conceituais.

Nos anos 90 a noção comumente evocada nesse debate parece situar a exclusão como uma condição em que marginalidade e discriminação cumulativamente contribuem para a apartação social crônica. Uma outra percepção, decorrente, parece ser a de que o dito excluído se encontra, segundo uma escala de gravidade, mais afastado que o marginalizado em relação aos princípios que organizam os limites da ordem jurídica e do mundo do trabalho (Telles, 1992; Nascimento, 1994). Nessa última noção, a condição de excluído aparece como aquela em que são tênues ou inexistentes as possibilidades de fazer parte da estrutura reconhecida como civilizada. Em outras palavras, no limite, exclusão é a condição comum àqueles que rompem com os nexos simbólicos que ordenam as instituições sobre as quais a sociedade se sustenta moral, política ou economicamente.

A visibilidade do problema se inscreve também no alcance do ponto de vista que discute a possibilidade do Estado participar das respostas à chamada dívida social. Defensores desse debate vêem a gravidade da pobreza como destituição de direitos agravada pela desestruturação das referências públicas que se haveriam projetado, movidas por alguma esperança de progresso, de justiça ou de igualdade. Destaca-se, nessa lógica, no quadro das transformações contemporâneas, a erosão da própria noção de bem público (Telles, 1994).

O complicador está na possibilidade dos vazios causados pelo desaparecimento de alguns dos princípios de sociabilidade poderem gerar identidades compostas por referências fragmentadas, auto centradas, e crescentemente desconhecidas ou excludentes entre si.

O debate sobre os aspectos políticos da relação pobreza x exclusão apontam a necessidade de perceber a interação dos pobres com a estrutura desigual. Os variados e limitados critérios de identificação obrigam o reconhecimento da pobreza como uma noção essencialmente normativa.

A noção de pobreza é, antes de tudo, um mapa das necessidades básicas, de um conjunto convencionado de carências mínimas. Essa foi a tarefa assumida pela extensa bibliografia referida à mensuração da pobreza e dos patamares de suficiência. O IPEA vem sendo um importante órgão em que pesquisadores exploram a disponibilidade de dados econômicos sobre o Brasil (Rocha 1998; 1992; Paes e Mendonça, 1992). Esses autores se ocuparam de perceber as conseqüências da adoção de um ou outro patamar de suficiência no direcionamento tomado por base pelas políticas públicas.

A pobreza é um ponto de observação por onde se pode também perceber quanta carência segmentos diferentes da sociedade julgam suportáveis, sem comprometer perigosamente sua reprodução. Pelos padrões de renda e de consumo o problema da fome voltou a cena recentemente no debate público (Peliano, 1993). A destituição é mais que uma síndrome de desprovimento material. Ela evidencia as condições desiguais de aproveitamento dos incrementos econômicos por diferentes segmentos sociais atingidos pela pobreza ou marginalmente incorporados (Silva e Hasenbalg, 1988).

Deve-se acrescentar à noção de existência de uma relação inversa entre pobreza e cidadania (como inclusão plena) as noções de como ou quais são as opções de intercâmbio, de dependência ou de mobilidade negociáveis, apesar das condições materiais desfavoráveis.

No passado o clientelismo, o compadrio, como formas de intercâmbio entre desiguais, de certa forma se cristalizaram no imaginário brasileiro de pobres ou não. Hoje a idéia de exclusão parece guardar um temor quanto à possibilidade de que algumas das esferas interpessoais estejam se autonomizando em nichos "bárbaros". Regiões em que a exclusão possa criar fragmentos sem comunicação com valores caros à civilização. Mas, segundo quais novos padrões a sociedade se fragmenta e como esses segmentos se comunicam permanecem sendo perguntas que não admitem generalizações simplificadoras.

Uma outra composição importante hoje associada à noção de exclusão é o familismo brasileiro (Escorel, 1998). O impacto da exclusão, habitualmente referida à desvinculação do trabalho, deve ser relativizado no caso brasileiro. A constituição do trabalho assalariado protegido deu-se de forma incompleta. De fato o trabalho formal não envolveu um processo institucional ou de formação de mentalidades que fizesse do desemprego periódico, dos ciclos de informalidade e desemprego um fenômeno recente no Brasil. Ainda que não difira em intensidade, a desvinculação ao trabalho no Brasil difere em natureza daquela que se verifica na Europa, onde a noção de exclusão se desenvolve.

Sociólogos brasileiros como Machado da Silva (1999) têm argumentado que a desfiliação e o fenômeno dos chamados supranumerários descritos por Castel (1998) devem ser observados ante as capacidades criativas que resultam da decomposição de uma forma histórica de solidariedade social baseada no trabalho protegido. As vinculações ao trabalho como rotina ou como referencial de projeto de vida distingue e determina as chances de sobrevivência das famílias pobres. Entre populações de rua, o quadro é o da condição extrema onde formas de economia de recursos muito escassos precisam ser postas em prática.

Esta bibliografia foi agrupada segundo a orientação de grandes chaves de abordagem. Para os propósitos deste trabalho, o importante é destacar a forma como o fenômeno da marginalidade pode ser lido com certa clareza nos diferentes empreendimentos de análise de pesquisa emergem, em especial no Rio de Janeiro.

Capítulo: 3

Trabalho, classe e exclusão – Pontos de observação da pobreza

3.1 Apresentação

O objetivo desta seção é fazer um mapeamento do plano das escolhas e dilemas conceituais que participam do que seria uma nova conceituação da pobreza. A chave escolhida para expor o parentesco conceitual da nova pobreza refere-se a pontos emergentes de debate nas ciências sociais: 1) a crítica ao modelo de análise social centrado no trabalho; 2) os questionamentos mais evidentes ao conceito de classe; 3) a alternativa do conceito de *underclass* e sua origem na crise do Welfare como referência da pobreza como do novo sentido do trabalho; 4) a possível aplicabilidade de conceitos e leituras contemporâneas que circunstanciem a pobreza e a exclusão.

Pobreza, destituição, desfiliação ou como quer que se definam as sutilezas dos fenômenos ligados às diferentes formas de carência, são referências normativas. Ganham sentido e forma no desenho dos mapas de estratificação e participam das formas de sociabilidade resultantes. Onde há alguma sociabilidade está descrita uma ou mais formas de inclusão.

Importa saber se e como o trabalho, concreto ou como projeto, participa do que se possa chamar de identidade do pobre que vive na rua. Como princípios organizadores dos projetos pessoais dos pobres, tais como liberdade, futuro, sobrevivência, formação de grupos de apoio, ambições e reivindicações de status, dialogam com a ética do trabalho. A socialização orientada pelo trabalho e sua carga moral não estruturam apenas a forma de inclusão dos pobres. O mundo do trabalho ainda aloca identidades, classes, grupos de status e de poder. Não é possível dimensionar globalmente o quanto desse poder classificatório é derivado da vida econômica e afeta as bases subjetivas do pertencimento. Mas é possível partir das teorias da inclusão pelo mundo do trabalho e focalizar na experiência dos mais pobres, onde as tradicionais vias de inclusão tendem a ser mais visivelmente limitadas.

Importa, portanto, rever o debate sobre como a sociologia de influência marxista pôde estender a validade do conceito de exército industrial de reserva até as condições onde o trabalho da massa não parece ser tão funcional às formas de reprodução e acumulação do capital. O que vale para aqueles que não tem e não terão ingresso garantido ao grupo dos que participam do processo de acumulação? A classe trabalhadora existe empiricamente com fronteiras bem definidas? Há também a polêmica se as coletividades e suas ações possam ser bem explicadas em termos de filiação de classe.

Para o problema que nos importa aqui, a visita a este tema deve ser orientada pela premissa que a pesquisa com a população de rua da Região Metropolitana do Rio de Janeiro sugeriu: aqueles que dependem das ruas se distanciam da condição homogênea de “vadios”. Eles aprenderam a se utilizar freqüentemente das credenciais morais do trabalho. São indivíduos cujo desemprego recente se cronificou ou que acabaram desenraizados de suas redes de proteção familiar. O perfil que emerge da pesquisa de campo mostra adultos que já trabalharam ou trabalham sob formas legais ou precárias e jovens que mantém vínculos com famílias abrigadas nas favelas e que dependem dos recursos que a rua oferece. Distanciam-se do lumpem e não podem ser descritos apenas pelo que não possuem.

As definições de “sem-teto”, como as de “sem-trabalho” apresentam evidentes restrições explicativas. Não se pode perceber por onde se dá a comunicação entre esses atores e o conjunto da sociedade. Tampouco como se fragmentam e como lidam com a desigualdade.

Em síntese, para entender os sentidos da destituição é preciso considerar qual o estatuto teórico da categoria trabalho como fonte de solidariedade e pertencimento, para, finalmente, perceber como se apresenta no universo relacional da população de rua do Rio de Janeiro.

3.2 Inclusão pelo mundo do trabalho

A chamada crise de paradigmas nas ciências sociais têm sido apontada como explicação para a crescente polifonia de conceitos. De amplitude restrita e cada vez mais fragmentados, conceitos como classe ou trabalho demandam sofisticações teóricas. É preciso sempre situar de que tipo de significado atribuído ao trabalho, à classe, à pobreza ou à desigualdade se está falando. A alegada falência das grandes narrativas é superada por um grande princípio justificador: o da fragmentação.

Na chave da fragmentação animam-se noções aparentadas como globalização, exclusão, desfiliação, vulnerabilidade, *underclass*. Conceitos que se referem a processos e agentes cuja caracterização acurada remete a uma rede de novos possíveis significados para temas clássicos. Num universo social de fugidia clareza, povoado de rótulos “*neo*”s e “*pós*”, o grande desafio das ciências sociais parece ser o de responder a questão: onde situar as pessoas e a ação fora da convencional clivagem de classe? Nas palavras de Rosemary Crompton (1993:109) o problema da análise de classe foge do esquema que tradicionalmente ligou estrutura, consciência e ação de classe: Classes não podem agir, já que não são atores sociais. Em resumo, a crise dos paradigmas contém o dilema entre a validade dos esquemas classificatórios normativos e a volátil dinâmica social, fonte de inovações e matriz de novas formas de sociabilidade.

Dentre inúmeras revisões necessárias, parece relevante conhecer qual importância a pobreza assume no contexto atual. Qual o seu limite socialmente tolerável, quais os critérios coletivos e individuais para se chegar a esse limite? Afinal, que fenômenos sociais são rotinizados e regulados pelo conceito de pobreza?

3.3 Trabalho: Categoria Chave

Críticas ao conceito de classe, sobretudo o de matriz marxista, têm tomado como alvo principal determinado modelo analítico fundado no chamado mundo do trabalho. O

principal argumento alega que as mudanças na esfera do trabalho e do emprego levam a fenômenos importantes como a redução do emprego industrial; aumento do setor de serviços; privatização de setores que eram monopólios estatais; exclusão de forças sindicais de decisões governamentais; redução ou fragmentação das ocupações comumente associadas à classe trabalhadora; aparecimento de um novo perfil de trabalhador e aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

O que se pode dizer da politização das ações de classe fica comprometido pelas transformações econômicas, do perfil dos atores individuais e das mentalidades dos trabalhadores. Se o contexto da exploração, se o que pode haver de funcional na distribuição ocupacional não estão claros, tampouco o é a dimensão da pobreza que se costumava conceber como produto do “sistema”. Nas teorias do conflito o pobre era a face perversa da exploração. Nas teorias funcionalistas a pobreza aparecia como um ponto no *continuum* de posição que os indivíduos disputam com base em suas capacidades. Num quadro de referência e em outro, o universo de ocupações e a lógica que integra o sistema podem ser compreendidos desde que se admita a mecânica com que o trabalho credencia, marginaliza, integra e agrupa indivíduos e visões de mundo e ações coletivas. Tal quadro na verdade se desintegra e o problema de onde pôr as pessoas fora de clivagem de classe leva ao problema de como situar o fenômeno da pobreza diante das novidades do contexto do trabalho.

O questionamento não vem sendo dos mais originais. Claus Offe (1989) é um dos que argumenta em favor da revisão do status do trabalho como categoria analítica. O problema que hoje se coloca para Offe é, inicialmente, o de como preservar a “preocupação materialista dos clássicos”. O autor critica a centralidade do trabalho contemporâneo como fato social principal. O desafio está em definir de que forma a experiência contemporânea reproduz a preocupação comum às teorias dos clássicos quanto à organização do mundo a partir do trabalho e da sua racionalidade.

As bases empíricas do nascimento do capitalismo são naturalmente diversas daquelas que hoje se radicalizaram sob novos sentidos do trabalho. Mas um jogo de contrastes

esquemáticos é dificultado pelo fato de que ainda é o capitalismo, e não sua ruptura, que organizam as sociedades ainda hoje. Neste sentido, um histórico do tratamento teórico deve fazer estações nos tópicos que evidenciam evolução para compreender o que é questão chave, como sugere Offe.

A teoria social é sensibilizada inicialmente para esses sentidos entre o final do século XVIII e o término da Primeira Guerra Mundial. No século XIX dá-se o estabelecimento e crescimento quantitativo do trabalho destacado de outras esferas sociais. Essa criação do trabalho puro permitiu a personificação do trabalho na categoria social do trabalhador; a separação entre família e esfera da produção; a divisão entre propriedade privada e trabalho assalariado. Há a neutralização gradativa das obrigações normativas nas quais o trabalho havia sido inserido antes. O trabalho livre é dirigido pela necessidade e regulado pelo mercado afastando-se dos vínculos feudais. A matéria prima dos clássicos da sociologia é a compulsão estrutural para se obter a subsistência.

A hierarquia de atividades tidas por nobres ou vulgares (*work e labor*) é nivelada e mesmo invertida pela reforma teológica, pelo desenvolvimento da economia política e pela maturidade da revolução burguesa. A compra e o mercado foram revestidos de status ético como em Weber, injusto e utilitário como em Marx; de integração social como em Durkheim. Deu-se a proletarização da força de trabalho; o consumismo pelo uso industrial dessa força de trabalho, o que desencadeou um tipo de racionalidade técnica: o cálculo economicamente racional.

Esses fenômenos trazidos à luz por diferentes orientações metodológicas evoluíram para dinâmicas tanto na economia quanto no plano dos significados subjetivos do trabalho. Contemporaneamente parece haver um hiato entre o referencial analítico das posições sociais e o contexto. Esse descompasso significa, para Offe, o declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho.

Hoje a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos, através da racionalidade capitalista industrial, não é compreendida como a forma da racionalidade precursora de mais desenvolvimento social.

Offe cita a tendência contemporânea que enfoca a situação do trabalho como uma variável dependente da “humanização” do trabalho iniciada pelo Estado e das políticas sociais trabalhistas, isto é, a esfera do trabalho é tratada como “externamente construída”. A tematização da vida cotidiana e do “mundo vivido” também representa ruptura com a posição teórica do trabalho.

A pesquisa social orientada para a política nas sociedades capitalistas parece estar fundamentalmente relacionada às estruturas sociais e às esferas de atividades que ficam às margens ou completamente fora do domínio do trabalho – tais como família, papéis sexuais, subjetividade, comportamento “desviante”, interação entre a administração do Estado e seus clientes.

É imperativo rever e complementar os modelos fundamentados na centralidade do trabalho, no sentido de darem mais atenção a sua conexão com esses temas emergentes.

3.4 Subdivisões da categoria: esferas na produção de significados do trabalho.

Em favor da implosão da proeminência da categoria trabalho Offe argumenta que a expansão relativa do trabalho assalariado coincide com uma diferenciação interna. Isto limita a noção tradicional de divisão do trabalho, uma vez que tal diferenciação encerra a distinção entre os que estão e os que não estão sujeitos à divisão do trabalho.

São fatores unificadores da coerência interna do trabalho a dependência da força de trabalho em relação ao salário, a subordinação dessa força ao controle administrativo, o risco de perda da capacidade de receber salários, a homogeneização indireta pelo monopólio da representação de associações sindicais, o valor do trabalho como fonte de

riqueza e cultura. Tais fatores não têm conseguido responder se, e quanto, podem ser preservados contra a diversificação objetiva do trabalho social.

O trabalho pode ter se tornado “abstrato”, de forma a servir apenas como categoria estatística descritiva em vez de categoria analítica para explicar estruturas sociais, os conflitos e a ação. Exemplo disso é que as mobilidades horizontal e vertical contribuem menos hoje para a solidariedade interna dos trabalhadores do que no passado. Essas formas de mobilidade colocam os trabalhadores em confronto no que se refere aos *interesses* e aos seus *meios* de realização.

A diferenciação da experiência deslocou muito dos conteúdos objetivos e subjetivos das atividades assalariadas, a ponto de, em sociedades tecnologicamente desenvolvidas, não terem em comum muito além do nome de “trabalho”.

Os anos setenta trouxeram rupturas teóricas ao “mundo do trabalho”. Essas rupturas são o contexto referencial das críticas ao chamado capitalismo desorganizado. Esquemáticamente as raízes da inovação no conceito de trabalho devem-se aos seguintes fatos:

- a) Ficou claro que parte da estrutura de bens e serviço existe fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual, em áreas onde não há empregados, mas membros de família e domicílios, membros de instituições compulsórias como exército ou de economia “subterrânea” informal ou criminal.
- b) O reconhecimento, sobretudo pelos sociólogos marxistas, da divisão vertical da hierarquia dos trabalhadores assalariados e no crescimento das posições de classe “intermediárias” ou “heterogêneas”, onde a dependência do salário coincide com alguma participação na autoridade formal.
- c) Estabelece-se a diferença entre as formas de trabalho “produtivo” representado no modo de produção fordista e a moderna economia orientada pelos serviços e novas formas de gerência da produção.

O último, base das explicações da sociedade pós-industrial, é o foco de Offe. A racionalidade presente no setor de serviços difere da que há no industrial:

“Nas sociedades capitalistas industriais, o crescimento contínuo e estável da produção do trabalho social empregado na produção de serviços indica que os problemas de escassez e de eficiência, que determinam a racionalidade da produção de mercadorias industrializadas são acrescidos dos problemas de ordem e de normalização que não podem ser tratados adequadamente por meio da supremacia técnica e econômica sobre a escassez, mas requerem uma racionalidade separada do trabalho em serviços. Uma característica essencial de todo trabalhador em serviço “reflexivo” é que ele processa e mantém o próprio trabalho; no setor de serviço a produção é fundamentada conceitual e organizacionalmente.”

(Offe,1989:179)

Embora ainda dependentes do salário como as indústrias, as atividades de serviços diferem:

1) pela heterogeneidade dos casos processados nos serviços e pelos altos níveis de incerteza sobre onde e quando ocorrem. Em decorrência, uma função de produtividade técnica relacionando produtos e insumos raramente pode ser fixada e utilizada como um critério de controle do desempenho adequado do trabalho.

2) pelo tipo. Os serviços se distinguem pela variação das metas e produtos e pelo tipo de trabalhador. O trabalho no setor de serviços não tem um “critério de eficiência econômica” que oriente estrategicamente de forma padronizada e duradoura a qualidade, o lugar e tempo do trabalho em condições convenientes. Metas e formas de operacionalização se modificam rapidamente. O produto social deste trabalho em serviços é um trabalhador reflexivo que gerencia o processo do próprio trabalho, e que não tem o produto de sua atividade materializado em bens físicos. A atuação do trabalhador reflexivo se dirige à agilização de processos, à organização ou operacionalização de métodos poupadores de tempo e insumos, cuja dimensão quantitativa é difícil de definir. Este trabalho não é apenas e diretamente gerador de lucros, mas auxiliar no propósito de evitar perdas. Tudo isto faz com que a produção do trabalhador de serviços seja de um valor difuso para ele próprio.

A racionalidade em serviços toma por bases o discernimento e o consenso profissional. A capacidade de interação, a consciência da responsabilidade, a empatia e a experiência

prática adquirida substituem a padronização da administração, dando novo sentido à racionalidade técnica do trabalho.

A uniformização de uma racionalidade baseada na produção técnica de mercadorias cede lugar a uma racionalidade “substantiva” baseada nas normas. Esta racionalidade fora reprimida com êxito no trabalho produtivo e na transformação da força de trabalho em mercadoria vendável.

O trabalho adquire um significado difuso para os diversos grupos hoje abarcados pela idéia de trabalhador. Paradoxalmente, aumenta o número dos que dependem do salário, ao passo que esse trabalho diminui sua participação na atribuição de sentido à vida dos indivíduos e como forma perceptível de ajustá-los e envolvê-los.

A sociologia aborda a centralidade do trabalho na organização da existência individual: 1) como dever normativamente sancionado, 2) no nível da integração social que a atividade profissional pode gerar seja, como necessidade para a estrutura social, seja como necessidade do agente. A dita perda subjetiva de centralidade deve ser referida a esses dois aspectos e sua explicação deve tornar inoperante um deles ou ambos.

O trabalho como dever ético se desintegra, não só devido à desagregação das tradições religiosas e culturais secularizadas como também devido à disseminação de identidades relativamente independentes daquelas ligadas aos atributos morais associados ao trabalhador. Um outro fator é a influência do hedonismo consumista que promove identidades segundo padrões de consumo e estilos de vida estetizados como nas subculturas juvenis. O enfraquecimento da ética obrigatória do trabalho pode se dever ao fato de que ela só é vigente “em condições que permitem aos trabalhadores participarem de seu trabalho como pessoas reconhecidas que atuam moralmente.” (Offe, 1989)

A eliminação racional do fator humano, a degradação do trabalho e a extinção dos postos de trabalho garantidos por vínculos duradouros acontece junto com o enfraquecimento da dimensão subjetiva da ética do trabalho. Neste processo, as credenciais educacionais e

morais, que tradicionalmente foram admitidas como condições necessárias à inclusão no emprego protegido, perdem lugar como projeto de indivíduos e famílias. O reconhecimento social do trabalhador e o conjunto das obrigações e direitos associados a sua dignidade se desfazem.

Emerge um mundo fora do trabalho, condicionado pela desintegração de esferas sociais de vida organizadas pelo trabalho e pelo emprego. Uma manifestação desse mundo de regulamentação autônoma parece ser, por exemplo, o do gueto racial norte-americano descrito por Wilson(1987)⁷.

Se, em alguma sociedade é válido afirmar que o trabalho torna-se um interesse “entre outros”, o que importa é como a **instabilidade** está no caráter das esferas fora do trabalho. Na medida em que a experiência ou a previsão do desemprego ou do afastamento involuntário da vida do trabalho aumenta, a “auto-estigmatização” gerada pelo desemprego em tese decresceria. A instabilidade gerada pela desproteção, no entanto, é um fenômeno de massa. Esse fenômeno redefine os pertencimentos coletivos e a própria individualidade, quando se observa que os prognósticos indicam aumento dos marginalizados do trabalho remunerado. Sua participação em um pacto coletivo de sociabilidade tende a se dar em termos de suas faltas. Falta de bens, falta de seguridade e de importância simbólica.

Essa nova regra do jogo contratual [a desproteção do trabalho] não vai, pois, promover proteções novas e, ao contrário, terá efeito de destruir o que restava de pertencimentos coletivos, acentuando, assim, o caráter anômico da individualidade ‘negativa’. O pauperismo uma representação limite do vagabundo exemplifica essa dessocialização completa que reduz uma parte da população industrial a uma massa agregada de indivíduos sem qualidades.”

(Castel,1998,599)

A perda da utilidade do trabalho leva esses autores à crença no fim da normatividade do mundo do trabalho. De certa forma, a perspectiva neoliberal atacada por Castel (1998) também se caracteriza pela premissa da extinção do caráter normativo do trabalho para o pacto social. Castel identifica os neoliberais como os defensores desta premissa. O autor

⁷ The truly Disadvantaged – The inner City, The underclass, and Public policy, The University of Chicago Press, 1987

argumenta que neoliberais partem do argumento da impossibilidade de inclusão pelo salário protegido para dar sentido à crítica ao Estado de Bem Estar. Estes acreditariam que o Estado de Bem Estar ao proteger os desempregados, favorece a fuga do indivíduo à compulsão ao trabalho. Castel critica o que identifica como premissa neoliberal de que os trabalhadores protegidos tem a possibilidade racional de se “aproveitarem” dos subsídios do Estado. Em resposta, investidores esperam subsídios econômicos e políticos que reduzam seu risco até próximo de zero, com perda de competitividade e gerando uma relação indesejável entre Estado, trabalhadores e investidores. A leitura de Castel se atém a uma interpretação particular das distorções ideológicas da crítica neoliberal sobre a impossibilidade demográfica estrutural da sustentabilidade do Estado de Bem Estar baseado na solidariedade entre contribuintes e segurados.

A lógica desses acontecimentos decisivos consiste no fato de que as condições objetivas para a estabilidade do sistema econômico não podem mais ser suficientemente baseadas com segurança em orientações subjetivas dos agentes individuais.

O segurado que “se aproveita” do Estado de bem-estar e o empresário que abre mão de competitividade e investimentos, e que passam a depender do Estado só podem ser evitados se existir uma infra-estrutura moral de normas de solidariedade e de obrigações em relação ao trabalho, posição que comunica Offe (1989) e Wilson (1987).

A perspectiva representada por Offe sugere que é idealista o tratamento neo-liberal que defende uma volta à individualização das relações de troca, dos mercados e de capital, através da redução das responsabilidades generalizadas do Estado de Bem-Estar.

Isso possivelmente colocaria seriamente em risco a relativa harmonia social da sociedade do trabalho, que historicamente foi alcançada apenas através de um sistema de distribuição e previdência coletiva garantindo pelo Estado. Nesse sistema, pode haver pouca confiança no efeito disciplinador direto das ações orientadas pelo risco da dificuldade econômica como um dos meios de integração da sociedade. A propósito, esse ponto é especialmente confirmado pelas recentes análises marxistas, que enfatizam que o mecanismo do exército

de reserva de um modo geral perdeu sua eficácia, devido, entre outros fatores, ao caráter crescentemente ‘heterogêneo’ do trabalho social (Wright, 1994).

Contrariando perspectivas como a da importância decrescente da raça, Offe é partidário de que, nas sociedades pós-industriais, existe uma exclusão devida à crescente importância do conjunto das barreiras “atribuídas” (étnicas ou de nacionalidade, por exemplo).

Os paradoxos do mercado na Grã-Bretanha, na Itália e na América do Norte respaldam a previsão de desenvolvimento de uma empobrecida ‘economia informal’ ou ‘economia paralela’, cujos membros podem ser ao menos passivamente hostis aos valores e regras legais da sociedade do trabalho e poderiam formar uma ‘cultura do desemprego’, a formação de uma cultura “subproletária” vigorando em uma não-classe de não trabalhadores. O processo é de desintegração das garantias e da perenidade dos vínculos que unem o homem ao trabalho. Paralelamente, perdem substrato real as formas de classificação em torno das quais a sociologia se criou e se desenvolveu. Em seu lugar emergem formas de inclusão e reação ainda difusas. Em que medida novas subculturas, identidades e filiações sociais alternativas ao chamado mundo do trabalho passarão de estratégias ocasionais reativas e improvisadas para formas sistemáticas de posicionamento na vida social é uma questão que não se explica pelas regras do mundo do trabalho. As razões dessas novas manifestações se encontram na experiência dos que se movimentam ou são projetados para fora do universo das garantias tradicionais do salário e do trabalho protegido. Nas trajetórias que ligam esses dois mundos o sentido da mudança e algumas suposições sobre novos formatos da sociedade no contexto de desemprego podem ganhar visibilidade.

Offe argumenta que há indicações de uma sociedade dividida entre um núcleo produtivo e um grupo em expansão de pobres sustentados pelo Estado. Se isto é verdade, a cisão que resulta em formas aparentemente opostas de posicionamentos sociais é causada por um mesmo processo estrutural. O aparente paradoxo está no impulso em direção à produtividade que não garante a incorporação de indivíduos à vida produtiva. As estratégias de “downsizing” das empresas atuais reduzem significativamente a esfera

socializadora do trabalho. O empreendimento é projetado de forma a se esgotar no objetivo econômico. O tamanho da empresa assim, se orienta pela medida do conjunto de atores que possam obter lucro imediatamente econômico do empreendimento. O trabalho não apenas incorpora cada vez menos pessoas como tende a restringir a dimensão das coletividades e seus vínculos.

3.5 A necessidade de uma nova teoria sociológica da estrutura e do conflito

A vida cotidiana, o "mundo vivido" e os "modos de vida" ascendem cientificamente em detrimento do descrédito dos "modos de produção". Há uma transição do paradigma político de "distribuição" para outro de "forma de vida" (sexualidade, preservação ambiental, direitos humanos e civis, paz e desarmamento). O "mundo descontrolado" de que fala Giddens⁸ precisa ser acessado por novas teorias sensíveis aos novos riscos e incertezas. A própria idéia de risco reconhece os limites do controle. A incerteza penetra na vida cotidiana ao passo que esta se afasta de qualquer tradição. Isto se refere à redução da experiência das normas sociais como "sina" coletiva (Giddens,1996:174)

Por outro lado, o debate contemporâneo observa também tentativas de aproveitamento da experiência teórica para reconstruir o poder explicativo através das dicotomias conceituais como materialistas *versus* pós-materialistas, ação comunicativa *versus* ação racional intencional, produção industrial *versus* produção doméstica e sociedade industrial *versus* pós-industrial. Na linha sumarizada por Offe as dicotomias são modelos analíticos cada vez mais limitados. São críticas à recuperação dos modelos explicativos dicotômicos:

1) Há uma desigualdade na elaboração e na clareza entre os pares conceituais. O trabalho e a produção são conhecidos, mas a esfera da "forma de vida" e as categorias apropriadas para sua análise ainda são imaturas e pouco claras.

2) Os esquemas binários só envolvem classificações *ad hoc*, continuando não integradas a uma teoria dinâmica da mudança social. Parece ser cada vez mais claro que a

⁸ Giddens se refere à experiência comum que geraria solidariedade e identidade de classes que dariam sentido ao conflito. (Para Além da Esquerda e da Direita, Unesp, 1996.)

temporalidade da mudança social e seus significados são sentidos de forma diferente para os agentes que já não podem mais ser agrupados rigidamente em classes.

"(...) uma teoria da mudança deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da `implosão` de seu poder de determinar a vida social, perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando assim novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade."

(Offe,1989:197)

A mudança das rotinas do empreendimento capitalista na virada do século faz com que se perda a substância da ligação entre o modelo conceitual de classe e a possível existência de um referencial empírico como o mercado de trabalho. Pakulski e Waters (1996) criticam o caráter difuso das definições de classe. Ilustrando com a definição de E. P. Thompson, os autores observam uma tendência anti-sociológica na explicação que admite a classe como algo dotado de existência histórica de fato mas que desaparece quando observada. Classe para Thompson oscila entre um status subjetivo e sua determinação histórica objetiva. A confusão leva a um objeto criado pelo compromisso ideológico do observador.

As dificuldades da teoria e da pesquisa sobre classe podem ser sintetizadas em duas formulações: - Uma que distingue entre, de um lado uma estrutura abstrata de posições objetivas ou dadas e, de outro, uma formação, um conjunto real de arranjos sociais que é aparente ao observador, um padrão de estratificação que é próximo à experiência dos participantes.

É difícil reconciliar a formação com a estrutura, já que eventos e experiências aparentes simplesmente não preenchem o propósito teórico. Essa reconciliação só é possível pela sujeição a duas formas de falácia: a horizontal, em que se admite que indivíduos diferentes têm formas radicalmente diferentes de experiência e a vertical em que se supõe que a experiência individual é falsa.

A crise em que estão envolvidas as modalidades de percepção de coletividade e os mecanismos de inclusão talvez tenha conduzido a atenção dos pesquisadores para as

modalidades de exclusão. Mas a exclusão não é um termo sociologicamente novo. O que qualifica a temática da exclusão hoje é a esperança de conhecer as particularidades do cenário contemporâneo em que a desvinculação parece sugerir uma forma de análise social.

3.6. Classe, Exército de Reserva, Identidade e Ação coletiva

As mudanças da chamada sociedade pós-industrial redesenham as funções do trabalho como fator gerador de solidariedades e mesmo de identidades sociais. Entretanto, um sistema que se reconstrói com os cacos da destruição de instituições e paradigmas não é fenômeno recente no ocidente. As críticas de Marx ao capitalismo já o demonstravam de forma contundente. Mas essas mesmas críticas reconhecem a importância transformadora que a exploração burguesa infringiu aos tradicionais contratos e relações de todas as espécies. O conceito de classe aparece em Marx como um compartilhamento de interesses comuns nascidos de experiências coletivas. É a classe o grande ator no cenário das modernas mudanças que ganharam destaque no século XIX. Em seu livro *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, Marshall Berman (1995) procura evidenciar a leitura mais que econômica que Marx trás à luz. A sociedade posta a nu sem garantias transcendentes, o homem na história em face de sua importância como mercadoria, a mercantilização da própria atividade intelectual são alguns dos fenômenos que o marxismo percebeu em seus primeiros esboços sobre a modernidade. Era esse o “caráter” revelado da modernidade, o significado da revolução capitalista. Mas a sociologia sobre esse sistema que lançaria o homem num mundo legível pelo “interesse frio”, se distanciou, ao longo do tempo, da necessidade de uma base empírica para o reconhecimento dos atores. Era uma linguagem que denunciava mudanças poderosas mas que, contraditoriamente, se recolheu à permanência do modelo abstrato mesmo depois de que o solo pisado por Marx foi revolvido ao longo da história.

O conceito de classe permanece poderoso na sociologia, a despeito de toda a crítica. Isso talvez se deva menos ao que a classe possa dar nome empiricamente de que às

possibilidades de esquematizar analiticamente de forma abstrata reflexos da estrutura social. A tradição marxista tem observado os fenômenos sociais como derivações de posicionamentos econômicos, ideológicos e em vista da funcionalidade dos estratos. Essa mecânica naturalmente forma uma hierarquia dos fenômenos sociais a partir de sua importância sistêmica. É assim que a pobreza econômica, não exclusiva dos excedentes de trabalhadores, primeiro se configurou como uma condição que evidencia a natureza do sistema capitalista moderno. O fato é que teorias de classes têm funcionado como meios por onde algo além da descrição nominal de estratos toma forma em modelos de análise. A principal característica desses modelos foi a polarização das relações originárias do comportamento das classes.

No que se refere aos estudos sobre a pobreza e sua compreensão em termos de excedente como exército de reserva, vale a pena observar o que tem gerado atualizações nas vertentes marxistas contemporâneas. Uma questão do debate é qual o valor da classe numa visão empírica. Ou, mais especificamente, como e por que o exército de reserva explica (ou deixa de explicar) desigualdades em sociedades que não são polarizadas em trabalhadores *versus* burgueses. Além disso, para se perceber de que forma segmentos compreendidos abaixo das linhas de pobreza se dividem na intensidade e variedade de suas carências, vale trazer para esse debate o problema do quanto da ação política pode ser compreendida em termos de classe.

A idéia de que classe ainda existe admite uma variável que garantiu a estreita relação entre classe e ação coletiva, e que, no entanto é a causa de sua ruptura. Esta variável interveniente é a cultura. A idéia tradicional tem sido a de que cultura é resultado da interação social dos indivíduos. Mas se poderia supor que quanto mais interações acontecem numa sociedade desenhada por bem definidos marcadores de classe, mais a ação se torna específica de classe. Aparentemente essa relação não se comprova. Com base em uma abordagem menos doutrinária que empírica pode-se chegar a conclusão de que classes não existem mais por que nenhuma ação específica de classe pode ser mostrada. Este argumento falha ao não considerar que não são as classes mas o meio que conecta classes e ação social que mudou. Observando mais diretamente a variável cultura, Claus Eder (1997)

argumenta que a tese do fim das classes é meramente o produto de modelos inadequados de teoria social. Sociedades modernas são caracterizadas por um desenvolvimento lógico paradoxal. Eder sustenta que, enquanto a estrutura de classes se desenvolve mais e mais de acordo com complexas mas bem definidas linhas, isto é, sociedades fechadas exclusivas, a cultura se desenvolve independentemente da classe, em direção a um sistema de ordem simbólica com outra lógica. As classes determinam a forma como esta cultura é usada nas práticas cotidianas, enquanto o uso da cultura depende de uma lógica social que é cada vez menos um mero transmissor de diferenças sociais até a ação coletiva caracterizada pelo conflito.

As razões para esse desenvolvimento estão na lógica específica da *modernidade* como forma de cultura. Cultura é uma forma de comunicação. E quanto mais as pessoas se comunicam mais criam diferenças no processo de comunicação adiante. A dinâmica cultural diverge da dinâmica de classes. A crise da política compreendida segundo as classes não é uma crise baseada na idéia de que a política não tenha uma raiz de classe. Nem supõe que tenha a própria classe se desmanchado no ar. O ponto importante é que a ação coletiva não encontra mais base empírica legítima em uma dada posição de classe.

A teoria tradicional tomava como dada a avaliação moral das classes, isto é, sua representação como exploradora ou explorada no interior do sistema caracterizado por injustiça e desequilíbrio. Alternativamente, novas teorias de classes devem tratar esta avaliação moral como variável. Não há mais o privilégio das classes baixas de merecerem uma avaliação moral elevada, nem das classes altas de ter uma avaliação inferior. As imagens das classes variam de acordo com modas políticas.

A crise da política de classe, definida por um afastamento entre classe e ação coletiva não necessariamente destrói a capacidade das classes de agir. Isso não nos permite cristalizar a classe como “ator” preponderante. Não são classes que agem, mas seus atores⁹. Seu espaço de ação é apenas “estruturalmente” determinado pela classe.

⁹ A ação política atribuída às classes é reivindicada por aqueles que discursivamente agem em seu nome como elites sindicais, movimentos políticos ou partidos. A idéia de classe é o que credencia retoricamente alguns

O modelo de três instâncias de Eder ajuda a compreender as variáveis mediadoras da relação entre classe e ação. Na primeira instância, vista do alto para baixo, consiste na *classe*, que é uma variável estrutural. Uma segunda instância é a *textura cultural*, que dá sentido à estrutura, e finalmente a terceira instância, *ação coletiva*, que especifica as motivações para a ação coletiva no pano de fundo da textura cultural. Esses três níveis são especificações de conceitos analíticos gerais em análise social. Mostram as diferentes formas com que se analisam a constituição e reprodução da sociedade.

1- Estrutura social: Classe (construções probabilísticas de agregados de posições sociais)

2- Cultura:

Textura Cultural (valores, identidades, conhecimento)

3- Ação Social:

Ação Coletiva (orientações normativas, preferências)

As teorias da ação tomam cultura e estrutura como variáveis contextuais, como condições e constrangimentos à ação social. As teorias culturalistas admitem que ação é orientada ao conhecimento social compartilhado que não é só contexto, mas constitutivo para a ação social e as motivações que lhe servem de guia. Cultura é concebida como condição radicada em contextos estruturais, isto é, sistemas de posições sociais e autoridade que controlam a produção e reprodução do poder.

A ação de classe foi tradicionalmente vista como mediada pela consciência de classe. Esta consciência era, por sua vez, vista como determinada pela classe. Esta é a redundância explicativa em que a concepção marxista esbarrou. Para contornar a argumentação circular seguiram-se as duas opções ofertadas no modelo tradicional: Ou pela conscientização coletiva daqueles que agem juntos, ou pela objetiva proximidade dos atores que era dada

destes. Do ponto de vista teórico, se a existência empírica da classe é reconhecidamente difusa e fragmentada, o que define quem é o ator deve ser a questão em vez de uma premissa.

pela sua posição de classe. Esta polarização caracterizou a discussão marxista sobre classe sem abrir caminho para além da divergência teórica.

Contemporaneamente, os estudos sobre movimentos sociais abriram um espaço teórico para avançar na discussão sobre classe e ação coletiva. A questão tradicional foi:

“como milhares de decisões individuais são transformadas em um evento coletivo que chamamos movimento social?”. A nova questão alternativa é “como a ação coletiva constitui e reproduz um espaço de ação simbolicamente definido que é, ao mesmo tempo, motivação e produto dessa ação coletiva?”.

Mas o fundamental nas opções de superação da crise teórica é o reconhecimento de que mudou o mundo em que as condições históricas de estrutura de classe emergiram. O capitalismo, com sua forma de exploração da força de trabalho, mudou as formas de existência, que por sua vez dependem de novos processos de tomada de decisões.

Em vez da força de trabalho individual, a forma de vida coletiva é ameaçada por processos sociais que afetam as seguranças tradicionais da atividade remunerada. Esses processos são, em geral, agrupados sob o tema da flexibilização. A descontinuidade do trabalho, a insegurança típica dos trabalhadores que não podem se orientar pela esperança de emprego duradouro e protegido. Esta mudança foi descrita Por Ulrich Beck (2000) como uma mudança em direção à “sociedade de risco”, onde impera o emprego em atividades plurais, trabalho temporário e fim do emprego protegido. É a organização econômica com base na descontinuidade das formas de gerir o trabalho e nos imperativos imediatos da economia em que nem mesmo recursos naturais, por exemplo, são garantidos. “Risco” é uma categoria usada para descrever processos de reprodução em que o problema da sobrevivência está relacionado à disponibilidade de bens coletivos. A dependência a esses bens coletivos dá forma à nova estrutura de classe emergente que Eder chama de *estrutura de classes pós industrial*. Aplicando o esquema analítico proposto à sociedade de risco, nos habilitamos à identificar três dimensões para análise:

- A classe empírica das pessoas em risco;

- Um sistema sócio cultural que permite a representação social e a comunicação do risco compartilhado por uma classe de pessoas.
- Um grau de propensão de fazer algo sobre o risco, sobretudo mobilizar para ou contra tais riscos e então reproduzir uma imagem pública de uma classe ou de pessoas em risco.

A sociedade pós-industrial pode ser vista reorganizando sua base de classe e reorientando suas formas de mobilização. A relação entre classe e política necessariamente mudou. Mas classe e política ainda são as dimensões em que é possível entender as dinâmicas da sociedade emergente. A crise das políticas de classe é, em última instância, a crise da sociedade do trabalho industrial. Mas a sociedade de risco da globalização sugere que as coletividades organizam pertencimentos para além do que a mecânica do sistema econômico pode explicar, sejam tais coletividades classes, grupos culturais ou grupos de interesse. Em outras palavras, noções como cidadania e identidade vêm se definindo como formas de comunicar demandas sociais como reivindicações de universalidade de direitos ou representatividade na esfera pública. Estas noções se fundamentam em referências centradas em outras experiências que contém, mas não se restringem às relações funcionais da experiência de emprego assalariado e desemprego. Os “sem trabalho protegido” freqüentemente são também sem documentos, sem inserção política, sem acesso a bens coletivos, sem cidadania. Mas isso não significa que vivam sob uma subcultura fechada ou necessariamente sejam orientados por valores avessos aos da sociedade. A ação política e os vínculos que comunicam as novas identidades coletivas com a sociedade abrangente se desenvolvem em um cenário em que as atitudes e estilos de vida redefinem a apropriação da cultura pelas orientações normativas dos atores. Por seu turno a sociedade pós industrial incorpora e segrega de maneiras novas. As leituras que os atores fazem das experiências de vulnerabilidade e não funcionalidade com seus pertencimentos marginais estão a espera de interpretações fiéis à sua originalidade.

3.7 Exclusão como um fenômeno de classe

Exclusão tem sido um termo bastante associado à pobreza e à não incorporação pelo mercado. Entretanto, a exclusão não pode ser tomada como um fenômeno de ação direcionada e absoluta sobre um segmento social. Em uma certa perspectiva, classes se constituem por ações exclusionárias, o que faz da exclusão relativa parte de um processo generalizado de diferenciação social, seja por credenciais, seja por parentesco ou atitudes corporativas, seja como meio de preservação do status. Esta forma de exclusão coincide com o que se poderia chamar de estratégia de fechamento, o que é diverso do debate emergente, quando exclusão está diretamente ligada à impossibilidade injusta de participação. O que é importante é que exclusão, como efeito, deve ser reconhecida como uma referência tradicional nas ciências sociais. Seu caráter relativo como estratégia de fechamento extrapola o significado fundamentalmente econômico da classe vista pelos marxistas.

Estratégias de fechamento como exclusão são a base do “processo pelo qual coletividades sociais maximizam recompensas pela restrição do acesso aos recursos e oportunidades a um grupo de elegíveis”. A conhecida referência clássica é a teoria de Weber¹⁰, segundo a qual, atributos de quaisquer naturezas podem marcar a distinção que justifique o monopólio de oportunidades.

Segundo Murphy (1988), a partir da perspectiva de Weber, processos de exclusão são um aspecto da distribuição de poder. Sendo assim, autores como Parkin (1979) argumentam que a utilidade da teoria para análise de desigualdade requer certos refinamentos ao conteúdo original:

- 1) A noção de fechamento deve ser ampliada para abarcar outras formas de ação coletiva para maximizar recompensas e oportunidades: Por exemplo aquelas adotadas pelos

¹⁰. WEBER, Max. (1922). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília, EdUnb. 1991.

excluídos em sua condição de inelegíveis para outros grupos, ou como *negatively privileged status groups*.

- 2) Parkin observa que se pode considerar o exercício de estratégias de fechamento exclusivas como geradoras de reações contrárias dos não privilegiados. O uso do poder contrário pelos desprivilegiados teria como objetivo a usurpação dos privilégios institucionalizados dos grupos superiores. Esta seria a segunda forma possível de interpretação das estratégias de fechamento: como estratégias de usurpação. Formas de fechamento são, portanto, como meios diversos de mobilização de poder para a participação na luta distributiva, concepções da distinção de classes.
- 3) O termo exploração se refere aqui a qualquer forma de subordinação, mesmo as que não se baseiam fundamentalmente na produção. O sentido é deslocado daquele usado pela teoria marxista para abarcar análises de relações internas à classe.

Parkin destaca que, para Weber, as estratégias de fechamento requerem regras racionais de exclusão como período probatórios ou exames de qualificação. Mas estas também são formas de ingresso, o que aponta para uma tensão constante dentro da classe entre o objetivo de justificar seus privilégios segundo critérios universais e a necessidade de controlar a permeabilidade de suas fronteiras.

Nas sociedades capitalistas modernas são duas as formas legais como esse dilema é enfrentado pela classe burguesa: A instituição do acesso pela propriedade, que previne um acesso indiscriminado aos meios de produção e a seus frutos, e pelo credencialismo, que controla as formas como são ocupados postos estratégicos na divisão do trabalho.

No caso de exclusão pela propriedade Parkin distingue que a noção de propriedade mais útil para a análise das classes não seria a da propriedade como posse, mas a da propriedade como capital. Vista assim, a propriedade como capital envolve o direito à restrição de acesso a meios de vida e trabalho manifesta tanto na empresa capitalista quanto se manifestava numa organização soviética.

Na estratégia de credencialismo ocorre o uso de certificados educacionais para acesso a postos de trabalho. A profissionalização e padrões técnicos e éticos decorrentes marcam a forma de proteção de determinado setor do mercado frente à penetração de não credenciados. Quanto mais específicas as habilidades requeridas para acesso a um grupo tanto mais formalmente justificada é a redução de potenciais candidatos.

O credencialismo concentra a estratégia de avaliação no ingresso ao grupo. Desta forma não se toma por necessária nova avaliação formal ao longo da carreira dos já aprovados em momentos posteriores de sua vida profissional. A resultante é a proteção legal dos privilégios.

Nas sociedades capitalistas as estratégias de fechamento variam ao longo do tempo como formas de reprodução de classes. Nem sempre a estratégia que garante o ingresso ou permanência de um indivíduo a uma classe é mais segura e eficiente para a geração seguinte da mesma família.

Diferentemente dos privilégios de família, a propriedade se volatiliza nas economias modernas. A própria riqueza assume uma multiplicidade de formas. Propriedades comercial, industrial ou financeira são passíveis de flutuações e quedas, além de não garantirem o surgimento de outros grupos.

Dúvidas semelhantes se referem à transferência de credenciais sob forma de capital cultural. Embora mais segura como estratégia de fechamento passível de “herança”, estudos na Grã-Bretanha e na França mostram grande mobilidade do status intergeracional.

A conclusão é que sob essas duas chaves o fechamento de classes no capitalismo tende a ter por base a proteção do status e a criteriosa seleção em vez da transmissão de status por herança. Esse mecanismo é ideologicamente reforçado pela crença liberal na justiça da meritocracia, que se reflete na educação.

Ainda no plano ideológico se pode dizer que a ideologia liberal suporta bem o sistema de auto-recrutamento de classe na prática, embora formalmente negue os critérios adscritivos. Mas é grande a maleabilidade e a diversidade de interpretações da doutrina liberal, e não é ela a única a sustentar processos de fechamento e exclusão.

Além do peso do individualismo para as justificativas de exclusão há os critérios coletivistas, que abarcam cor, religião ou etnicidade e são definidores dos grupos designados por um status negativo como o dos negros durante o *apartheid*.

Na prática, as formas de subordinação combinam diferentes critérios. Parkin sugere um esquema bipolar de princípios de exclusão e seus produtos: a exclusão coletivista e a exclusão individualista.

Parkin destaca que, na exclusão segundo critérios puramente individualistas, o produto são grupos intensamente fragmentados e de formação irregular. O exemplo disso seria dado pela meritocracia pura, na qual a idéia de classe é substituída pelas condições segmentadas de status.

Parkin substitui a tradicional terminologia sobre formas de exclusão que se referem à adscrição e conquista (*ascription / achievement*) pelos termos individualismo e coletivismo. *Ascription* foi a noção empregada para designar critérios sociais ou físicos como idade, sexo ou cor, que independem da vontade dos indivíduos classificados. O autor quer preservar a idéia de que regras de exclusão dirigidas a diferentes grupos atestam o uso de estereótipos negativos que pouco têm da idéia de pertencimento involuntário. A questão importante não é se o grupo descrito é uma construção natural ou social mas se o indivíduo participa por princípios exclusivos como membro de algum grupo de status ou coletivamente.

Achievement é ainda menos aceitável, segundo essa linha que nega o pressuposto de que haja base para um critério não discriminatório.

O argumento conclusivo é de que todas as formas de exclusão têm caráter de exploração. Parkin lamenta que as noções de *ascription* e *achievement* tenham afastado a idéia de exploração da análise de classes.

Mas um comentário pode ser feito a respeito da análise de Parkin. Exclusão é um fenômeno relativo ao vetor que determina chances diferenciais de inclusão em diferentes esferas. Há uma exclusão pela educação, pela qualificação pelo trabalho e por critérios mais arbitrários. Assim, há vetores de carências que determinam a pluralidade de problemas dos quais a pobreza participa. Exclusão e pobreza se correlacionam.

Exploração é um outro nome com que se pode tecer uma linha de parentesco entre a idéia de pobreza, exclusão e classe como definição de segmento dotado de ação coordenada. Neste ponto cabe lembrar da leitura de Guglielmo Carchedi (1996) sobre a tentativa de aplicação da teoria marxista por Wright (1995).

Carchedi aborda a reconceituação de temas e formulações da abordagem marxista de classe elaborada por E. O. Wright. A ênfase é no esforço de Wright para prover evidências empíricas à teoria marxista de classes. As conclusões se sustentam na análise das dificuldades internas da teoria e dos esforços de Wright para ser fiel à agenda política e aos objetivos teóricos de Marx.

Em linhas gerais Carchedi identifica que, em Wright, a classe, como elemento analítico, perde conexão com seu significado na teoria marxista clássica. A influência da teoria individualista gera desconexões internas que teriam feito com que Wright tenha confundido métodos de abstração diversos e chegue a um significado de classe com validade frágil.

Carchedi critica a “lógica micro-individual” da metodologia de Wright. A proposta de Wright é a de explicar trajetórias históricas e mudanças considerando que indivíduos são afetados sistematicamente por seu pertencimento à classe. Mas o individualismo do autor o leva a uma tarefa impossível, segundo Carchedi: explicar as determinações individuais

pelas posições de classe e supor que esta seria também a melhor forma de compreender o próprio fenômeno das classes. Wright teria tomado unidades agregadas para explicar a natureza e o desenvolvimento do fenômeno social como um todo. Para Carchedi faltaria um elo teórico nesta proposição.

Wright apresenta como elemento novo de sua teoria a noção de exploração. A crítica de Carchedi se refere à formulação desse conceito influenciado pela teoria dos jogos e seu uso para teoria de classes. Wright sustenta que a posição de classe estrutura os interesses objetivos dos atores e aponta para duas noções que contemplariam esses interesses: A primeira diz que as pessoas têm interesse em reduzir o trabalho necessário para obter qualquer nível de consumo que desejem. A segunda, mais importante, se refere ao interesse em incrementar a capacidade individual para agir. A relação entre as duas é pouco clara para Carchedi, que sugere que é a partir da primeira versão que Wright conceitua relações de exploração.

Para Carchedi, é equivocada a abordagem que vê exploração segundo a distribuição e negligencia a produção. Este equívoco levaria à conclusão de que, com o desaparecimento dos ricos, haveria uma redistribuição equitativa da riqueza produzida de mesma forma capitalista e sob as mesmas relações de produção.

A teoria distribucional da exploração de Wright é antitética aos pressupostos da abordagem de Marx centrada na especificidade de sistemas sócios-econômicos.

Wright considera que as classes estão radicadas em três formas de exploração: 1) a tradicional baseada na posse de capital; 2) a exploração pelo ocupante de posições de controle organizacional e 3) e das posições de posse de habilidades e credenciais.

Carchedi critica a noção de exploração como “controle econômico efetivo”. A separação entre posse de bens de capital e a posse de meios organizacionais não faz sentido já que controlar a organização dos bens de capital é possuí-los no sentido econômico. Insistir na

distinção seria considerar posse em termos meramente legais. Da mesma forma capacidades e credenciais são inseparáveis da força de trabalho.

Para a teoria do valor de Marx os trabalhadores qualificados reduzem a exploração sobre si graças às suas credenciais. Para Wright os que possuem credenciais exploram os que não possuem, tanto os trabalhadores não qualificados quanto os empregados que precisam elevar seus salários para além do custo de produção das habilidades. Cachedi considera que a teoria do valor foi abandonada por Wright.

Para Cachedi, Wright vê posse dos meios de produção como relações de distribuição e não como relações de produção. Por consequência, classes são tratadas como grupos distribucionais com diferentes graus de controle da organização e diferentes capacidades.

Em outra linha, Castel (1998) vincula o sentido da categoria classe ao princípio que lhe confere identidade social: o mundo do trabalho assalariado. A sociedade salarial, embora contendo grupos desigualmente dispostos e, mesmo, excluídos, foi capaz de manter o trabalho com vínculo formal como projeto social de integração reconhecido.

No contexto brasileiro, onde o Estado de Bem Estar não se desenvolveu no sentido da proteção do vínculo formal, e a informalidade foi a corriqueira via de inclusão marginal, o trabalho ainda assim manteve sua hegemonia moral. O trabalho assalariado, ainda que não garantido, se manteve como projeto de inclusão social para indivíduos, famílias e movimentos sociais que derivam uma noção de cidadania.

Neste capítulo apresentamos uma revisão do recente debate em torno das concepções teóricas sobre classe. A polêmica tem relevância para a abordagem da exclusão de que a população de rua é exemplo. A classe, em que pesa a tradição marxista, é um conceito que ainda orienta as análises sobre a produção material, sobre desigualdade, bem como sobre a produção de solidariedade social e conflitos. A exclusão, como processo de ruptura, está relacionada com a desintegração de princípios inclusivos. Entre eles está o princípio da inclusão pelo mundo do trabalho que compreende os pobres e marginais a partir de sua

integração ou afastamento em relação à experiência coletiva como classe trabalhadora. A exclusão também é a forma contemporânea como se designam genericamente os processos relacionados aos conflitos e às formas de exploração geradas pela estrutura que de classes.

Ao longo do debate, a classe aparece como um referencial teórico relevante, mas que se sustenta mais pelo potencial analítico de que pela existência empírica clara e indiscutível. A polêmica sobre as classes traz à baila leituras para compreensão do cenário que dá sentido às transformações contemporâneas no trabalho, nas identidades, na exploração e nas desigualdades.

Na próxima seção são apresentados os dados da pesquisa de campo que descrevem a população de rua no Rio de Janeiro. Nestes dados temos uma base de observação fundada na experiência dos indubitavelmente pobres que vivem nas ruas. São informações que compõem um retrato da exclusão que os capítulos subseqüentes relacionam com os temas com que também debate a teoria de classes, tais como o referencial do mundo do trabalho, o seu reconhecimento como base de identidade, a construção de estratégias solidárias, as fragmentações e as vulnerabilidades. Os capítulos subseqüentes discutem o que pode ser nomeado pela relação entre trabalho, vínculos sociais e exclusão, tais como as respostas que a população de rua dá aos dilemas característicos de sua exclusão.

Capítulo 4

Referências Empíricas: O que descreve a população de rua.

4.1 Metodologia da pesquisa de campo

4.1.1 Definição e elegibilidade para a pesquisa

Quem pode ser caracterizado como população de rua? O critério adotado para eleição dos informantes para a pesquisa de campo define populações de rua como o conjunto daqueles que vivem permanentemente nas ruas ou que dependem de atividade constante que implique ao menos um pernoite semanal na rua.

Esta definição toma por base a necessidade de ampliação das abordagens presentes nos relatórios oficiais, mencionadas a seguir, para a observação dos diferentes aspectos que dão significado à dependência de um segmento da pobreza em relação à vida nas ruas.

4.1.2 Estratégias de pesquisa

Um passo fundamental para a operacionalização da pesquisa foi a escolha dos entrevistadores. A opção foi por trabalhar apenas com pessoas que tivessem experiência prévia com a abordagem de população de rua, sendo selecionada uma equipe de trinta pesquisadores. Cada um tinha, pelo menos, cinco anos de experiência em instituições governamentais ou organizações não governamentais.

As instruções básicas para abordagem eram a apresentação de credenciais e na seqüência, a checagem de elegibilidade dos possíveis pesquisados segundo a definição de população de rua empregada. A questão prévia que definia se os dados seriam coletados foi

textualmente: **“O Sr./ A Sra. costuma passar a noite na rua pelo menos uma vez por semana?”**¹¹

Em caso afirmativo, iniciava-se a entrevista. Quando o indivíduo abordado se encontrava em grupo o entrevistador deveria colher tantas entrevistas quantas fossem possíveis e da forma mais reservada que as condições permitissem¹². Nos casos em que nem todos os membros do grupo estavam disponíveis para entrevista, um pesquisador de cada equipe checava a elegibilidade dos demais a partir de um dos entrevistados. Caso os outros membros indisponíveis do grupo ou família no local se enquadrassem na definição, eram registrados nas fichas de contagem apenas os dados observáveis.

Os entrevistadores foram organizados em quinze duplas com roteiros de áreas de atuação pré-definidos, e que deveriam ser obrigatoriamente percorridos.

A pesquisa iniciou sua primeira fase de campo em maio de 1999. No mês seguinte as mesmas duplas de pesquisadores voltaram as suas respectivas áreas nos mesmos dias e horários da semana, a fim de possibilitar revisão dos dados da primeira fase¹³.

Considerando os hábitos da população de rua, sua mobilidade e a necessidade de captar as diferentes formas de utilização da rua como estratégia de sobrevivência, cada etapa mensal foi mapeada em quatro turnos: manhã, tarde, noite e madrugada.

¹¹ Para crianças e adolescentes não foi usado o tratamento “senhor” ou “senhora”. Houve casos em que o pesquisador observou que indivíduos que disseram “não” à pergunta estavam, em outra ida a campo, durante a madrugada dormindo ou realizando alguma atividade nas ruas. Nestes casos as informações sobre localização, hora, dia, atividade, sexo, características aparentes de saúde e pertences no local foram registrados em fichas de contagem.

¹² Foram 40,1% os indivíduos entrevistados por questionários que se encontravam em grupos de até 18 membros no momento e no local da entrevista. O percentual não incorpora grupos de que o indivíduo fizesse parte fora da ocasião da entrevista. Como esperado, o isolamento nas ruas é minoritário. Entre as respostas válidas para a questão (507 casos) 65,7% foram os que afirmaram estar nas ruas em companhia de amigos, companheiro(a), ou familiares.

¹³ A primeira fase da coleta foi no dia 26 de maio, uma quarta pela manhã e à noite; e nos dias 28, sexta à tarde e 29, madrugada de sábado. Na segunda fase as áreas foram novamente visitadas em cada turno, quando os mesmos procedimentos foram repetidos para os dias 9, 11 e 12 de junho.

Para evitar a dupla contagem, foi utilizada a estratégia de acesso simultâneo aos informantes em cada dia. Assim, e de modo a possibilitar uma análise comparativa e a checagem dos dados, o trabalho de campo foi realizado em três dias por mês em cada área: em uma quarta-feira (pela manhã e à noite), uma sexta-feira (à tarde) e um sábado (de madrugada). A escolha dos dias procurou abranger o meio da semana útil e o início do final de semana, momentos em que há circulação de transeuntes, dinamicidade das atividades econômicas formais e informais e momentos fora do horário comercial em que algumas das atividades informais ou ilegais e pontos de concentração ganham visibilidade.

Nos dias do mapeamento, todas as quinze equipes com dois entrevistadores e um motorista cada partiam de um local comum – O campus da UERJ no bairro do Maracanã, no qual estava concentrada a equipe de coordenação da pesquisa. Antes do início do trabalho de cada turno do mapeamento, os coordenadores distribuíam o material e davam as últimas instruções aos pesquisadores¹⁴.

Após cumprirem o itinerário pré-estabelecido, as equipes retornavam ao ponto de partida para entrega do material de coleta de dados e para registrar observações sobre o andamento do trabalho de campo.

4.1.3 Instrumentos de pesquisa

A pesquisa foi realizada através de um questionário dividido em duas partes (Anexo 1). Em seu primeiro segmento, na folha inicial do questionário, foram anotadas informações sobre o local, a hora e características observáveis pelo pesquisador. Este primeiro segmento foi tratado como ficha de contagem em que se registraram informações nos casos em que as circunstâncias não permitiram a entrevista em casos de embriaguez, efeito de drogas, recusas ou quando o observado só pôde ser encontrado enquanto dormia.

¹⁴ Para o transporte da equipe foi feito um contrato com uma cooperativa de motoristas de táxi, que nos possibilitou uma considerável redução dos custos assim como uma comunicação permanente da equipe com a coordenação através dos rádios dos carros. Os turnos de pesquisa foram: Manhã de 06:00 às 12:00, Tarde de 12:00 às 18:00, Noite de 18:00 às 24:00 e Madrugada de 01:00 às 06:00.

As fichas objetivaram coletar dados gerais sobre a população de rua, situar a entrevista espacial e temporalmente, identificar o pesquisador de campo, e registrar se os dados coletados eram referentes a um indivíduo ou um grupo e, neste caso, quantos indivíduos compunham o grupo. Este instrumento, fruto da observação direta do pesquisador de campo, englobou informações quanto ao sexo do entrevistado e, quando foi o caso, dos outros membros do grupo; características aparentes sobre trabalhadores sexuais (prostituta, michê ou travesti); dados sobre as condições físicas da população de rua, como doenças físicas em geral, doenças psiquiátricas, alcoolismo, uso de drogas, gravidez, AIDS (sarcomas aparentes). Além disso, nesta seção foram anotados pertences do indivíduo ou grupo pesquisado que estavam no local e atividade desenvolvida na hora da entrevista.

A seção seguinte do material de coleta incluiu espaços para preenchimento das perguntas e observações dos pesquisadores. Quando, além das informações observadas ao menos uma pergunta foi respondida consideramos como questionário aplicado. O questionário objetivou coletar dados mais específicos da população de rua, a partir das entrevistas que detalhavam a trajetória e as condições do informante, com foco principal no que se refere à família, residência e trabalho ou ocupação.

Foram colhidas informações sobre 3.000 indivíduos através de 474 fichas e de 535 através de questionários. Somando os dados desses dois instrumentos, temos informações sobre 3.535 indivíduos classificados como população de rua. Ao longo da exposição dos dados, a seguir, as informações sobre localização, sexo e atividades observadas no momento da entrevista são baseadas no número total de indivíduos considerados elegíveis segundo a definição de população de rua. Para informações sobre trajetórias pessoais, e dados de identificação, percepções sobre trabalho e planos para o futuro foram considerados aqueles que foram entrevistados, destacadas as respostas válidas para cada questão abordada.

4.1.4 Áreas pesquisadas

As áreas focais da pesquisa foram definidas segundo a premissa da disponibilidade de recursos potencialmente incorporados a estratégias de sobrevivência da população de rua, tais como: áreas de pernoite, facilidade de obtenção de alimentos ou de donativos, segurança, atividades como coleta de material reciclável, venda de pequenos artigos. A eleição dos pontos de coleta de dados foi orientada por um levantamento prévio das áreas de concentração e circulação da população de rua. Estas áreas de pesquisa de campo no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana foram:

- 1- Centro I: Largo da Carioca, Cinelândia, Rua das Marrecas e Passeio
- 2- Centro II: Praça XV, Castelo, Aeroporto Santos Dumont
- 3- Centro III: Rodoviária Novo Rio, Praça Mauá e Marechal Floriano e Cais do Porto
- 4- Centro IV: Av. Passos, Largo de São Francisco, Campo de Santana, Praça Tiradentes e entorno do Hospital Souza Aguiar
- 5- Centro V: Central do Brasil, Av. Presidente Vargas, Praça da República, Praça XI, Canal do mangue, Cidade Nova, Leopoldina e Avenida Francisco Bicalho
- 6- Copacabana (incluindo túneis) e Leme
- 7- Depósito de lixo do Recreio dos Bandeirantes, Rio Centro, Camorim, Curicica, Taquara e Cidade de Deus
- 8- Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Catete e Largo do Machado
- 9- Glória, Santa Teresa, Lapa e Bairro de Fátima
- 10- Barra da Tijuca e São Conrado
- 11- Bangu, Campo grande e Santa Cruz
- 12- Leblon, Ipanema e Lagoa
- 13- Jardim Botânico, Gávea, Humaitá, Botafogo e Urca
- 14- Tijuca, Usina, Rio Comprido e Viaduto Paulo de Frontin
- 15- Vila Isabel, Grajaú, São Cristovão e Quinta da Boa Vista
- 16- Méier, Av. Suburbana, Cascadura e Madureira
- 17- Maracanã, Praça da Bandeira
- 18- Avenida Brasil, Caju

19- CEASA, Acari, Pavuna

20- Jacarepaguá

Setores da região Metropolitana:

- 1- Duque de Caxias (Centro)
- 2- São João de Meriti (praça da Matriz)
- 3- Nilópolis (Rodoviária)
- 4- Nilópolis (Centro)
- 5- Nova Iguaçu (proximidades da rodovia presidente Dutra)
- 6- Nova Iguaçu (Rodoviária)
- 7- São Gonçalo (Centro)
- 8- São Gonçalo (Alcântara)
- 9- Niterói (Centro)
- 10- Niterói (Orla)
- 11- Niterói (Aterro Sanitário do Morro do Céu no bairro Caramujo)

4.1.5 Relação da pesquisa com Fontes oficiais sobre população de rua:

Levantamentos de dados foram feitos por instituições governamentais nos períodos de 1986, 1991, 1996, 1997 (Fundação Leão XIII). Os relatórios oficiais tiveram por objetivo traçar o perfil dos moradores adultos de rua do Rio de Janeiro. Os levantamentos não seguiram metodologias sistemáticas nem deixam clara uma definição única do público pesquisado. Nestes relatórios parece haver o pressuposto de que, genericamente, população de rua são aqueles que utilizam a rua como espaço no qual se desenrolam quase todos os aspectos de suas vidas, desde o preparo dos alimentos, a dormida e o banho, até o desenvolvimento de atividades que proporcionam algum tipo de remuneração. A Fundação Leão XVIII, órgão ligado ao governo estadual do Rio de Janeiro que é encarregado das políticas de atendimento, tradicionalmente operou com a idéia de que a população de rua é formada por *moradores* de rua (Fundação Leão XVIII, 1986;

1987;1991). Desta forma, a principal carência que definiu a população de rua foi o desabrigo permanente. De forma correlata, a principal política que caracterizou a instituição foi o recolhimento para abrigos públicos. Do ponto de vista da visibilidade social não havia diferença oficialmente reconhecida entre aqueles que se encontravam nos abrigos e os que permaneciam nas ruas. Exceto o pressuposto de que os últimos, por não aceitarem o abrigo, eram menos orientados por rotinas organizadas como a do trabalho¹⁵.

Oficialmente, para efeito de registro do problema, a população de rua se torna visível como aqueles que não possuem moradia nem trabalho. A abrangência da definição sugerida nos relatórios oficiais tomou por óbvia, ou como a principal característica, a falta de abrigo e não pôde perceber que a rua é buscada como alternativa complementar de recursos para segmentos da população pobre que freqüentemente possuem referência domiciliar.

Ao analisarmos em campo a população de rua, deparamo-nos com um conjunto heterogêneo, composto, significativamente de ex-trabalhadores e mesmo por aqueles que realizam atividades fora das ruas. Parte importante dessa população é formada por pessoas que tiveram suas trajetórias ocupacionais marcadas pela insuficiência econômica e prolongados períodos de desemprego. A rua pode ser o destino dos que se afastaram do mercado de trabalho assalariado regular e mesmo das atividades mais estáveis e bem remuneradas da economia informal.

A metodologia dos órgãos oficiais esteve vinculada ao padrão de sua atuação assistencial. Desta forma, nem a comparabilidade histórica nem a interpretação dos dados foi sistematizada. Como base bibliográfica, os relatórios mencionados reforçaram a necessidade de uma nova definição do que publicamente foi chamada de “situação de rua”. Como situação, a vida na rua ganha importância como processo de ruptura em relação a redes de proteção e de criação de novas redes de inclusão marginais. A opção

¹⁵ Em 1997 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro obteve dados que ampliam o perfil baseado no desabrigo. Entretanto, a metodologia não detalhou uma definição comparável à da Fundação Leão XVIII ou mesmo a levantamentos anteriores da própria secretaria municipal. Nesta pesquisa 72% desenvolviam algum tipo de atividade remunerada e 28% sobreviviam exclusivamente às custas de doações particulares ou públicas. 60% não possuíam moradia fixa (conceituada como local estável de moradia, freqüentado há mais de três meses, para o qual o entrevistado retorne, ao menos nos fins de semana) e os 40% que declararam se abrigar em moradias improvisadas ou malocas e barracos em favelas.

metodológica da presente pesquisa é a de que a rua deve ser vista como fonte de recursos econômicos e sociais, freqüentemente complementares àqueles disponíveis em bairros pobres ou favelas. Em contrapartida, a metodologia aqui proposta aceitou a desvantagem de não ser comparável com os dados oficiais.

4.1.6 O que qualifica os dados coletados_ A variabilidade nas rotinas

As pesquisas de campo sobre população sem residência fixa possuem dificuldades características. O cotidiano das ruas é freqüentemente violento ou marcado por ações governamentais de recolhimento. Em bairros residenciais há constante pressão de moradores sobre as autoridades no sentido de reprimir o que se acredita ser uma relação óbvia entre população de rua e criminosos. Tudo isto predispõe a população de rua a reações defensivas. Recusas ao contato por identificação dos pesquisadores como supostos agentes municipais são esperadas. Respostas evasivas ou incongruentes também acontecem quando os entrevistados se sentem expostos ou julgados moralmente por aquele que pergunta. Em larga medida este tipo de problema pôde ser contornado pela experiência dos pesquisadores empregados na coleta de dados. Suas observações foram cruciais para o descarte de informações duvidosas ou para circunstanciar as condições em que foram dadas.

O comportamento defensivo e mesmo a distribuição espacial da população de rua são afetados por mais que o receio de recolhimento. É esperado que a presença nas ruas varie de acordo com estações do ano e mesmo mudanças no clima em uma mesma estação. A recusa ao contato com pesquisadores pode ser afetada por alterações na forma como a população da cidade tolera os que vivem das ruas. Alterações estas que, por sua vez, dependem de fatores como a mobilização política em torno do fenômeno, campanhas eleitorais ou notícias veiculadas por meios de comunicação, festas ou eventos turísticos e esportivos, policiamento ou mesmo recolhimento em função da presença de lideranças internacionais em encontros políticos. Isto é, a rotina pode ser rapidamente afetada por um conjunto infundável de fatores para quem vive exposto a um cotidiano inseguro em áreas

abertas. O trabalho de campo foi agendado de forma a evitar fatores ligados a datas previsíveis. Ainda assim, a pesquisa aceitou a premissa de que, se há algo que caracterize a rotina das ruas é o fato dela ser instável. O questionário foi desenhado de forma a mitigar tensões e receios dos entrevistados durante a situação de entrevista.

O desenho do questionário objetivou, além de garantir a uniformidade da maneira como as perguntas foram apresentadas, distinguir a natureza da abordagem através de um texto que enfatizava o tratamento reverente aos informantes adultos. O tratamento por “senhor” ou “senhora”, empregado para todos os adultos pesquisados, foi tão ou mais importante que a apresentação de credenciais dos entrevistadores. Isto permitiu que a equipe se provasse diversa daquelas que normalmente procuram a população de rua para convencê-los a ir para abrigos, pra pregação religiosa ou para cadastramento para fins de assistência ou repressão.

As informações delicadas como aquelas que se referem à trajetória familiar ou contato com a família e motivos de ida para a rua foram dispersas ao longo do questionário. Esta foi a forma de não gerar uma seqüência de questionamentos que, pela lembrança, pudesse gerar comportamento depressivo ou de esquivas capazes de interromper a entrevista. Questões sobre família ou moradia, por exemplo, seguiram este desenho de forma a permitir melhor policiamento de informações. Em caso de incongruência persistente nas respostas sobre um mesmo tema os dados podiam ser descartados ou checados em nova visita ao campo.

A circunstância em que a pesquisa foi a campo também importa para a leitura possível dos dados. As informações foram coletadas entre maio e junho, no fim do outono e início do inverno, período em que as condições climáticas não favorecem a permanência nas ruas. Podemos inferir que aqueles que dependem de atividades nas ruas nesta época são particularmente destituídos de outras estratégias ou redes. No inverno encontramos os que não possuem abrigo ou que, mesmo tendo referência domiciliar precisam pernoitar nas ruas em piores condições. Sendo assim, a época do ano qualifica um momento da sazonalidade com que a população de rua oscila na busca por recursos. Ainda assim, como veremos, há um importante contingente que permanece nas ruas por vários meses e até por anos.

4.2 Quadro descrito pela pesquisa de campo.

Nesta seção procuramos fornecer um mapa descritivo como base das análises sobre os perfis da população de rua.

O grau de detalhamento dos dados referentes à população de rua está estreitamente motivado pela forma como o problema ganha espaço na agenda pública. Fora da academia as referências à diversidade de “perfis” dos pobres são mais frequentes que profundas. Mesmo a surpreendente escassez de pesquisas sobre como os não pobres percebem a pobreza (Reis: 2000) é por si só um dado acerca de como o debate público sobre pobreza está permeado de retórica e de pressupostos cativos das visões políticas do segmento social que observa. A pobreza é retratada ou denunciada como decorrência de fenômenos de natureza política ou exclusivamente ligados à esfera da economia. A pobreza das ruas ganha significado no imaginário urbano brasileiro recente como uma espécie de epifenômeno de movimentos cuja relevância social reside em alguma estrutura macro social. É como se números e o comportamento econômico de segmentos pobres vivendo nas ruas fossem absorvidos ao cotidiano dos não pobres da metrópole, sendo ao mesmo tempo, a face mais exagerada da miserabilidade e a prova da crônica inviabilidade da ampliação dos limites da inclusão. Em outras palavras, a pobreza nas ruas é um fenômeno com características originais a serem reveladas. Suas especificidades e desigualdades internas retratam a moral individual de seus componentes e formas originais de sociabilidade.

A abordagem desta pesquisa não pretende dialogar com o que o imaginário urbano dos não pobres define como população de rua ou mendigo na sua forma tradicional. O estudo das percepções exteriores à população de rua seria complementar ao que enfocamos aqui. Os dados que exploraremos adiante ganham relevância diante da relativa invisibilidade de um segmento da pobreza cuja existência parece ilustrar o ponto mais radical da mobilidade social descendente e os limites do desenvolvimento econômico da modernidade. Ou seja, quanto mais obviamente carentes segundo o senso comum, menos detalhes a sociedade

percebe sobre a intensidade das formas como se manifestam as respostas dadas pela população de rua à sua condição.

O quantitativo e o perfil da população de rua são sociologicamente relevantes quando mensurados de forma a permitir respostas sobre as formas de solidariedade social nos diferentes estratos de pobreza e seus condicionantes. O trabalho e as formas de ocupação nos usos da rua foram as principais pistas para acessar fronteiras e elos de ligação entre os segmentos da população de rua.

A pesquisa empreendida com a população de rua do Rio de Janeiro foi desenhada de forma a abordar, tanto trabalhadores que dependem da rua como abrigo temporário, quanto residentes fixos. Para garantir a adequação das áreas de coleta e do formato do questionário a pesquisa de campo com questionários e fichas de contagem foi precedida por um trabalho de acompanhamento das rotinas e entrevistas a famílias e indivíduos nas zonas norte, sul e centro do município do Rio de Janeiro.

A definição do público pesquisado é abrangente com o propósito de mostrar perfis além daqueles visíveis quando o pressuposto da pesquisa analisa o problema da população de rua pelo enfoque geracional, da habitação (Martins,1993), do desemprego ou da desfiliação (Escorel, 2000), do trabalhador migrante ou da subcultura urbana (Anderson, 1923). Sem negar cada um desses aspectos definidores do fenômeno, procuramos focar a comunicação entre eles no que poderia definir as fronteiras de um grupo em relação a outro na complexa ecologia das ruas.

Dentre as questões abordadas destaca-se a relação da população de rua com o trabalho. Neste sentido, importa a maneira como a experiência anterior no mercado formal de trabalho é utilizada como forma de auto-identificação. A condição de ex-assalariados foi espontaneamente enfatizada pelos entrevistados, o que sugere que o fato de terem sido socializados pela cultura do trabalho pode interferir na forma como este perfil se relaciona com os demais segmentos mais próximos aos tradicionalmente visíveis como mendigos.

Em linhas gerais o trabalho de campo revelou uma grande diversidade de perfis, bem além daqueles que classicamente figuram na literatura sociológica brasileira sobre a pobreza nas ruas. A definição pelas formas de usos da rua apontou sutilezas quanto às noções de trabalho e ocupação nos projetos individuais que vão além da clivagem entre “mendigos vadios” e “mendigos profissionais” (Stoffels, 1977). A pesquisa em diferentes horários e locais ofereceu um desenho surpreendente das diferentes origens dos componentes da população de rua. Ao menos duas narrativas sobre a mesma base de informações podem ser desenvolvidas: uma que enfoca a sociabilidade intra-grupo e inter-grupos; e outra que explora os condicionantes ou características da diferenciação de cada grupo. Adiante desenvolveremos como cada enfoque dialoga com o status público do problema da população de rua.

4.2.1 Foco de Microscópio sobre a Vida na Rua

Teresa e seu marido, Cris, Ana, Macalé e Tio, são população rua. Vivem na Praça Emílio Garrastazú Médici que fica entre o estádio do Maracanã e o campus da UERJ. Formam um grupo entre os muitos que dividem o mesmo espaço que compreende o entorno do estádio e as ruas próximas à avenida Marechal Rondon, em frente à Mangueira. Esta é uma área disputada pelos catadores de latas desde que o preço da lata de alumínio tornou esta atividade mais compensadora que a coleta de papel. Os nove centavos que se consegue por quilo de papel soam bem menos interessantes que os oitenta centavos pelo mesmo peso em alumínio reciclável. Em alguns lugares já é possível vender o alumínio por um real e vinte centavos o quilo. E o Maracanã é um lugar onde a oferta de latas de alumínio é concentrada, facilitando a coleta, sobretudo em dias de jogos mais concorridos.

Teresa, negra de 34 anos já trabalhou como faxineira com carteira assinada. Seu último emprego foi como funcionária de uma prestadora de serviços do Metrô do Rio. Nos últimos dois anos os cuidados com a limpeza continuam na vida doméstica em sua atual referência “residencial”: a passarela da estação do metrô Maracanã. Seu companheiro também negro, cerca de 40 anos, a conheceu já vivendo na rua. Ele é um homem desconfiado, de poucas

palavras e que não gosta de se identificar. Das poucas informações que se permitiu oferecer destaca-se a da condição de biscateiro. Ainda que lacônico e arredo, sua desconfiança sugeria que as palavras que escolhia eram particularmente importantes para superar seu receio do que um perguntador externo pode fazer das informações. Intencionalmente ou não Macalé ofereceu um filtro qualitativo quanto aos assuntos importantes a serem tratados e sobre os quais deveria haver maior insistência. Intervinha laconicamente quando perguntado. Mas não disfarçava a ansiedade em complementar as respostas dos outros membros do grupo, sobretudo quando eles se referiam às estratégias de sobrevivência e às formas de se obter comida. Essas características sugerem que Macalé atribuía especial relevância a sua credencial ocupacional ao receber a pesquisa. O trabalho, ou mais especificamente, a disposição para trabalhar, não precisa ser fato. É linguagem. Parecer trabalhador já é por si uma forma de facilitar a comunicação com outros segmentos sociais de fora da rua. A designação de “mendigo” é indesejável por ser homóloga à idéia de exclusão, de incapacidade para a convivência em grupo mesmo na rua. Nenhum indivíduo ou grupo pesquisado se descreveu como mendigo. Seria um distintivo de exclusão pela ausência de credenciais para a formação de redes de apoio e intercâmbio.

Macalé, Cris, Ana, Tio e Teresa se apresentam como “maloqueiros”. É uma referência que pode ser definida como “biscateiros de rua”, gente com vocação para trabalhar e que vive em habitações improvisadas em praças ou viadutos, chamadas de malocas, enquanto dura sua atividade sazonal ou esporádica. Enfatizam que isso importa para que não sejam confundidos com mendigos, que seriam, em seu entendimento, aqueles que não estão nas ruas pra trabalhar. Mendigos, crêem eles, são loucos, bêbados e arruaceiros; “gente que não sabe se comportar”, dizem. Entretanto eles próprios não negam que o consumo de cachaça, característico dos mendigos, participe intensamente de seus hábitos. A bebida foi o determinante da ruptura de Teresa com a mãe protestante que hoje cuida de seu filho numa casa do subúrbio da Leopoldina. Ainda assim, “mendigo” é uma referência indexadora das distâncias entre quem é e quem não é digno de fazer parte das redes de solidariedade entre quem vive nas ruas.

As idades do grupo variam entre 16 e 60 anos. Tio, o mais velho é o único que tem como atividade principal a mendicância. A idade e a falta de uma perna o fazem mais elegível para piedade pública que os demais homens e mulheres corpulentos e sempre ruidosos do grupo. Tio não é “mendigo” para seus companheiros. Segundo Tereza, a presença de Tio ajuda a “limpar a barra” com a Guarda Municipal. O raciocínio da mulher é ao mesmo tempo simples e repleto de significados comunicativos: idoso e deficiente Tio se enquadra mais facilmente na imagem do miserável que cativa piedade. Onde a linguagem chamada à cena é a da piedade, os estigmas da violência e da periculosidade são deixados em segundo plano. O grupo o protege e acolhe e da sua simples presença recebe, por contaminação, uma imagem menos agressiva que a de arruaceiros. Mesmo este pequeno grupo reflete heterogeneidade, diferenças de origem e chances de mobilidade desiguais. Mas isso não os impede de desenvolver laços de reciprocidade e formas de comunicação com agentes internos e externos a seu meio.

Em dois meses o grupo que se auto-identifica como maloqueiros levou a termo um projeto que alimentavam com expectativa e disciplina. Compraram uma TV usada. Fizeram uma inauguração animada com balões e fitas coloridas que decoraram um dos vértices da passarela. Assistem aos jogos que acontecem no estádio vizinho pelo aparelho comprado num dos brechós do centro da cidade. Nestas lojas pode-se encontrar uma televisão de seletor colorida com poucos chuveiros por cento e cinquenta reais. A quantia é pouca para tirar o grupo da rua definitivamente. Mas foi o suficiente como resultado de uma poupança coletiva nutrida por meses de coleta de latas e pela divisão da comida conseguida nos bares. O marido de Teresa não participou da poupança durante o tempo que durou o esforço de trabalho do grupo. Foi baleado pelo segurança de um prédio na Tijuca que achou que ele iria assaltar um morador que se aproximava da garagem. Medicado, liberado do mal entendido e de volta às ruas, o marido de Teresa foi recebido pelo grupo e assiste a TV que não teve como ajudar a pagar.

A história pode ser mentira dos informantes? Pode. Mas não precisa. O brechó, o valor das latas e os preços de usados são reais. Dificilmente um morador de rua roubaria uma TV e conseguiria andar mais de um quarteirão sem ser pego. A hipótese de um empreendimento

coletivo para aquisição deste importante meio de conexão entre os que vivem na praça Médici e o resto do mundo é bem plausível. Mas o importante é que, seja pelos meios, seja pelos resultados, este grupo de sem tetos consegue se articular como mais de que comensais. Apresentam com inventividade, neste pequeno episódio, uma das possibilidades de ação coletiva em situações do que se chamaria de exclusão. Oferecem valores criteriosos ou sutis para medir as distâncias mas não se excluem. Afinal, sua luta pela sobrevivência depende da referência a e da recriação constante de laços inclusivos. São trabalhadores. Eventuais, mas trabalhadores. Sem patrão, mas laboriosos. Sem carteira assinada, salário regular ou proteção, mas reverentes à dignidade pessoal que a sociedade inclusiva ainda confere àqueles de seu meio que são “batalhadores”.

Esta pequena história pode ser lida como metáfora da exclusão ou, sem paradoxo, o seu oposto. Os nomes são fictícios, mas os investimentos na construção de redes de solidariedade social são reais. Se admitido o fenômeno da exclusão econômica, civil ou simbólica, há que se perceber o esforço de reciclagem de vínculos de proteção. A família e, mais que ela, a vizinhança e a amizade são recursos que envolvem normas, um reconhecimento de potenciais parceiros, confiança, prescrições de conduta coletiva, um plano de ação e proteção para os menos afortunados do grupo. E isto é mais do que normalmente se tem mesmo não sendo sem teto no Brasil.

O fenômeno da pobreza nas ruas está mais dramaticamente caracterizado pelas diferentes condições em que investimentos na formação de redes são postos em prática que pelos números de pessoas convencionalmente tratadas por sem teto. Das lições que a parábola urbana dos informantes do Maracanã oferece destaca-se a que evidencia distinções subjetivas por trás dos números que devemos interpretar.

4.2.2 Visão Aérea das Populações de Rua

Aqui descrevemos alguns dos dados da pesquisa com questionários e fichas sobre os tipos de uso da rua. Esperamos isolar fatores atrativos ou de fixação dos indivíduos à rua. Sendo

assim, trabalho e formas de ocupação espacial decorrentes foram destacadas. Como argumentamos antes, trabalho ou ocupação transitória define os usos da rua e as formas com que se desenham redes sociais na rua. Assim, trabalho se associa á definição da população de rua quanto ao espaço. Com base nos dados pesquisados, foram isoladas as duas situações a serem cruzadas com os tempos de permanência na rua. Analogamente, as estratégias de sobrevivência são relacionadas com o tempo de permanência na situação de dependência da rua.

Variáveis de identificação foram aplicadas sobre os grupos de permanência recente ou continuada. Idade, sexo e escolaridade foram informações cotejadas a fim de estabelecer especificidades de cada segmento quando comparado com o perfil genérico do total da amostra.

A pesquisa foi realizada em uma época de condições climáticas desfavoráveis à permanência na rua no final do outono e início do inverno. O verão, em contrapartida, é a época em que se espera maior ocorrência de pessoas pernoitando nas ruas. É a temporada turística a população do Rio de Janeiro aumenta e há um reflexo na dinamicidade das atividades econômicas formais e informais. A fim de captar aproximadamente quantos de nossos informantes chegaram e permaneceram nas ruas desde auge do verão, há seis meses do início do trabalho de campo, e quantos atravessaram os extremos do que podemos “chamar de alta temporada” e “baixa temporada de rua”destacamos dois segmentos diversos: aqueles que estão há até seis meses nas ruas e os que estão há mais de seis meses nas ruas.

Tabela 5:

População respondente segundo tempo em que moram na rua

Número de meses	N	%
Até 6 meses	67	14,2
Mais de 6 meses	406	85,8
Total de respostas válidas	473	100,0

Temos uma esperada maioria dos que estão nas ruas há mais tempo em função de suas atividades, como em função de moradia temporária ou permanente, como veremos na seqüência. Entretanto, considerando a época do ano em que a pesquisa foi feita, quando chuva e frio são comuns, temos uma significativa presença de recém chegados desde o verão anterior ao trabalho de campo. Sabemos que a sazonalidade da população de rua é presidida pela facilidade de acesso a recursos e também pelas condições climáticas de permanência em meio aberto. É notável que uma parte, ainda que minoritária, desta população chegou às ruas na baixa temporada do inverno ou permanece na rua desde a sua chegada na última temporada de verão. Estes mostram que o grande afluxo às ruas no verão pode ser estratégia temporária para alguns, mas também acaba por significar a fixação para moradia ou trabalho de uma parcela que permaneceu nas ruas mesmo em condições de recursos e conforto menos favoráveis.

Tabela 6:

População respondente segundo tempo em que trabalha na rua

Número de meses	N	%
Até 6 meses	68	14,4
Mais de 6 meses	405	85,6
Total de respostas válidas	473	100,0

A disparidade entre os grupos ilustra a proporção entre o grande grupo dos que permanecem nas ruas apesar da variação esperada dos recursos que a rua oferece desde antes da última “alta temporada”. Se tempo de permanência na rua se relaciona com a probabilidade de fixação é possível supor que estes mais numerosos são mais **indiferentes** ao fator sazonal. Estes são representados pela população mais antiga e que, como veremos no quadro a seguir se subdivide em estratos de longa permanência.

4.2.3 Sexo da população respondente

A população masculina é maioria entre os que vivem nas ruas. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999, esta situação se inverte, embora com proporção diferente, na população geral da Região metropolitana do Rio de Janeiro, onde 53,1% são do sexo feminino.

As proporções de homens e mulheres no total da população de rua somadas fichas de contagem e questionários (3.535) pouco variam em relação à população respondente quanto ao sexo: são 76,64 homens e 23,36 mulheres.

A pergunta fundamental é: por que as mulheres vêm menos para as ruas ou pelo menos se fixam menos nestas condições? Este fato pode ser comentado como resultado de uma possibilidade mais otimista de incorporação de mulheres pela família, por programas de assistência governamentais ou de ONGs. Outro possível fator explicativo seria, sob o ponto de vista econômico e credencial, a possibilidade de mulheres com baixa qualificação conseguirem aceitação de um mercado que recebe sua mão de obra a um baixo custo para empregadores de camadas médias. Seria o caso de diaristas e trabalhadoras domésticas precarizadas. Uma explicação culturalista seria a de que a família pobre mobiliza esforços para proteção das filhas e para seu treinamento para as funções domésticas e de guarda dos irmãos. O casamento precoce seria uma outra via de incorporação das jovens pobres a redes sociais fora da rua. É possível ainda que os perigos da vida nas ruas tornem a opção menos atraente para o público feminino. Mas o mais importante parece ser o fato de que os problemas familiares, um dos dois principais motivos que impelem pessoas para a rua, não são suficientes para gerarem uma ruptura entre mulheres e seus parentes, companheiros ou filhos. A informalidade das trabalhadoras pode influenciar a

maior adaptabilidade das mulheres a condições de desemprego prolongado do que o que vale para os homens. Nestas circunstâncias os homens se envolvem em boa parte dos problemas que levam a conflitos familiares como alcoolismo.

Tabela 7:

Sexo da População respondente

Sexo	N	%
Homem	420	78,5
Mulher	115	21,5
Total	535	100,0

Relacionamos a variável sexo com os extremos de permanência na rua dos segmentos mais recentes. Se o fluxo de entrada para os dois sexos for constante, o quadro sugere que mulheres tendem a permanecer sempre menos, quando comparamos os mais recentes com os que estão na rua há mais tempo.

Tabela 8:

População respondente que está na rua há até 6 meses segundo o sexo

Sexo	N (respostas válidas)	%
Homem	56	83,6
Mulher	11	16,4
Total	67	100,0

Tabela 9:

População respondente que está na rua há mais de 10 anos segundo sexo

Sexo	N (respostas válidas)	%
Homem	46	90,2
Mulher	5	9,8
Total	51	100,0

4.2.4 Como a Cor participa da Auto-identificação

A pergunta básica aqui foi: como a população de rua constrói sua identidade pela cor? Seguimos o pressuposto de que a pele relaciona-se com atributos adscritos relevantes para as possibilidades de inserção, elegibilidade para redes de apoio ou vulnerabilidade para discriminações mesmo entre os estratos mais carentes no Brasil. Nosso propósito ao inserir uma questão de forma aberta “Qual a sua cor?” foi averiguar o grau de mobilização das populações de rua para a auto-identificação como reconhecimento de critérios classificatórios. Não oferecemos as categorias do censo demográfico, tampouco introduzimos comparações ou julgamentos por parte dos entrevistadores. Importa-nos como a cor compõe o retrato que esta população nos dá de si própria.

É sabido que os não-brancos possuem menores probabilidades de inclusão nos postos de trabalho, não só pela baixa qualificação resultante de sua origem, predominantemente nos segmentos mais pobres, como também pelo peso de discriminações valorativas, que são também interiorizadas pelos indivíduos.

Tabela 10:

População respondente segundo cor

Cor	N	% aproximado

Branco	70	14,5
Negros ou pretos	109	22,6
Morenos	166	34,4
Pardos	53	11,0
Mulatos	36	7,5
Outros	48	9,9
Total de respostas válidas	482	100
Não respondeu	53	10
Total	535	100

A identidade baseada na cor remete a aspectos relativos à interpretação do preconceito. Definição pessoal de cor ganha sentido a partir de reações pessoais afirmativas ou evasivas quanto ao estigma que submete os não brancos no Brasil. A pesquisa não pretendeu averiguar tão detalhadamente a questão. O propósito era evidenciar a forma como a cor assumida reflete ou concorre com definições vigentes para o conjunto da população brasileira. A terminologia “pardo”, por exemplo pode ser interpretada como uma escolha pela designação legal em detrimento daquela que politiza e contesta esta categoria.

Em linhas gerais a população de rua não apresentou padrões de auto identificação que permitam perceber se a própria cor é um fator importante em seu cotidiano de maneira específica. Categorias como “moreno”, “pardo” e “mulato” somadas predominam. Mas o importante a destacar é que apenas 10% não responderam esta questão. Isto pode significar que pra os informantes importa ter **alguma** autodesignação como um discurso sobre a cor.

4.2.5 Idade

A população pesquisada apresentou média de idade de 33 anos e meio entre os que responderam esta pergunta em questionário. Esta média é um pouco superior aos 30 anos da média de idade para o conjunto da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999. A média da

população de rua está próxima dos 32,2 anos da média para o estado do Rio de Janeiro, segundo a mesma PNAD.

Tabela 11:

Grupos de idade da população respondente (respostas válidas)

	N	percentual	Percentual acumulado
Até 12 anos	30	5,8	5,8
de 13 a 18 anos	83	16,1	22,0
de 19 a 24 anos	60	11,7	33,7
de 25 a 30 anos	62	12,1	45,7
de 31 a 40 anos	120	23,3	69,1
de 41 a 59 anos	127	24,7	93,8
60 anos ou mais	32	6,2	100,0
Total	514	100,0	

Na análise da idade, três grupos são importantes a ser destacados: as crianças e adolescentes, os idosos e a população economicamente ativa. Em cada caso a experiência de rua se qualifica diferentemente: para os mais jovens a sua socialização e compreensão do mundo podem estar mais fortemente marcadas pela vida na rua. Entre a população em idade compatível com a da PEA a ruptura com a socialização pelo trabalho assume uma dimensão qualitativamente diversa pela destruição de laços anteriormente consolidados. Entre os idosos a ruptura que os impeliu para as ruas pode ter gerado impacto seguido de acomodação a estilos de vida desenvolvidos ao longo do tempo de permanência nas ruas. Embora seja lógico que o tempo passado na rua depende da idade, o que estes grupos refletem é a recorrência com que o tempo de permanência nas ruas qualifica a rupturas ocorridas em diferentes momentos da biografia dos pesquisados.

Crianças e adolescentes

A pesquisa aponta para um número reduzido de crianças e adolescentes em situação de rua, em comparação com outras investigações na mesma década. Esse fato trouxe a pergunta: será que, em relação a levantamentos anteriores, podemos constatar um decréscimo no quantitativo de crianças e adolescentes vivendo em situação de rua? Esta hipótese também faz sentido quando consideramos, além dos questionários, as fichas de contagem onde foram anotadas as idades observadas. Foram registradas 440 pessoas com até 18 anos, entre os 3.535 da amostra, vivendo em situação de rua, parece que esse número realmente decresceu ao longo da década¹⁶.

Inicialmente, pode-se trabalhar com hipótese de que a época em que foi realizado o levantamento era um período onde só estavam na rua os que de fato sobrevivem com os recursos da rua. No entanto, existem outras hipóteses que podem ser determinantes para explicar este dado. Em primeiro lugar, as discussões travadas na década de 80 sobre os então meninos e meninas de rua, os programas implementados pelas ONGs, apresentando um modelo alternativo para o atendimento a essa população, que veio a ser reforçado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxeram resultados positivos na reversão – mesmo que parcial - desse quadro. Uma hipótese menos otimista, no entanto, seria a de que hoje é muito mais atraente, no ponto de vista econômico, para o adolescente se manter na comunidade e trabalhar para o tráfico.

Idosos

¹⁶ Dados de pesquisa do IBASE (1991) apontam um total de 797 crianças e adolescentes dormindo nas ruas do Município do Rio de Janeiro, Niterói e Baixada Fluminense. Em 1993, Impelizeri chegou a 702 crianças e adolescentes que eram atendidos por ONGs na mesma região. Ainda que os critérios descritivos de população de rua variem em função da moradia permanente, podemos inferir que houve um decréscimo, uma vez que a pesquisa de campo de 1999 operou com um critério mais abrangente que as anteriores.

O grupo que está com 60 anos ou mais representa uma esperada minoria entre a população de rua, como na população em geral. Sua baixa frequência se reflete na média de idade abaixo dos 40 anos.

Os idosos de rua, que representam 6,2% dos casos pesquisados com respostas válidas para esta questão. Comparativamente, a população com 60 anos ou mais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro representa 12,8% do total, segundo a PNAD de 1999. A situação dos grupos de idade elevada na rua sofre influência da variável sexo. As mulheres são 61% dos idosos, segundo a mesma PNAD, que mostra uma presença de mulheres idosas superior em 163.831 indivíduos à presença masculina na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma vez que, como vimos, os homens são maioria na rua, temos uma concentração dos que tendem a ser menos longevos de forma geral.

Não há dados disponíveis sobre mortalidade de população de rua que possam definir sua expectativa de vida. É presumível que as condições de rua não favoreçam, como regra, idades avançadas. Embora períodos de permanência na tenham chegado em alguns casos a até quatro décadas.

O que pode explicar o número de idosos, além da esperada baixa expectativa de vida nas condições de rua é que, por serem vulneráveis fisicamente, são menos refratários à permanência em abrigos públicos que os mais jovens.

População economicamente ativa

A média das idades dos 51 que estão há mais de dez anos na rua¹⁷ é de 42,80 anos; entre os 40 que estão há, no máximo, três meses¹⁸, esta é de 30,87 anos. A distribuição das idades é reveladora: 94%, no primeiro caso, e 75%, no segundo caso, são potenciais integrantes da população economicamente ativa. Está na rua, portanto, **uma população em idade de**

¹⁷ 50 casos válidos

¹⁸ 39 casos válidos

trabalhar. Além disso, como veremos adiante, com um nível de escolaridade primário. Como os que estão mais recentemente na rua são os mais jovens (25% têm entre 10 e 17 anos; 51%, entre 20 e 40; e 23%, entre 41 e 61 anos), é elevada a perspectiva de vida útil. Em outras palavras, este grupo enquadra-se entre os potencialmente aptos para treinamento e exercício de atividades produtivas típicas da população economicamente ativa que não vive nas ruas.

A tabela 12 mostra as frequências de cada faixa de idade dos que chegaram às ruas em período muito próximo da pesquisa, nos três meses do outono de 1999.

Tabela 12:

População respondente que reside há até 3 meses na rua segundo idade

Idade	N
0-15	8
16-25	6
26-35	10
36-45	12
Mais de 45	4
Total	40

Vemos que o perfil que predomina é o de jovens e adultos com até 35 anos entre os que chegaram às ruas no período do outono. Este grupo soma aproximadamente 7,5% dos respondentes. Este pequeno segmento de recentíssimos inclui presumivelmente os que não tiveram passagem pelo mercado de trabalho e os que podem ter tido participação na população economicamente empregada. Respectivamente os socializados pela rua e os que a ela precisam se adaptar. No outro extremo estão os mais antigos com mais de uma década na rua.

Tabela 13:

População respondente que está há mais de 10 anos morando na rua segundo idade

Idade	N
0-15	-
16-25	3
26-35	11
36-45	20
Mais de 45	17
Total	51

Observe-se que 6 são moradores de menos de 30 anos, o que abarca os que foram meninos de rua e lá permaneceram.

4.2.6 Escolaridade

A média de escolaridade dos 535 entrevistados¹⁹ situa-se em 4,66 anos. Este valor está abaixo dos 5,09 anos para chefes de família na Região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo a PNAD de 1997.

Comparando-se a escolaridade da população de rua com os dados publicados pelo PNUD para o conjunto da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na mesma época temos:

Tabela 14:

Comparação dados sobre escolaridade da pesquisa com dados do PNUD (2000) para Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

	Média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de	Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com menos de 4

¹⁹ Consideraram-se apenas 455 respostas com escolarização declarada: situações em que o entrevistado não respondeu à questão não foram computadas. Consideraram-se sempre as informações declaradas pelos entrevistados. Situações de escolaridade incompleta foram computadas “por baixo”, por exemplo, 2o grau incompleto computada até a 1a série do 2o. Grau.

	idade	anos de escolaridade
PNUD- Atlas do Desenvolvimento humano	7,61 anos	18,3%
Pesquisa de campo	5,39 anos	28%

Os adultos com 25 anos ou mais apresentam uma significativa defasagem em anos de escolaridade em relação à média para a Região metropolitana do Rio de Janeiro. Ainda segundo o PNUD, a escolaridade média dos chefes de família da região chegou a 5,09 anos, continuando uma tendência de elevação da escolaridade. Entre a força de trabalho o Atlas do Desenvolvimento Humano mostra a tendência ascendente do percentual de trabalhadores com 12 anos ou mais de escolaridade de 15,6% em 1991 para 20,2% em 2000. Este ritmo dá uma idéia da distância em termos de credenciais formais entre a população de rua e a força de trabalho do conjunto da população da Região.

A escolaridade da população de rua encontra-se ainda, bem aquém dos 5,3 anos da média nacional e próxima daquela da região Sudeste (4,9)²⁰.

4.2.7 Motivo para a ida para a rua

Ainda que não seja suficiente, a análise dos motivos pelos quais as pessoas deixam suas casas para virem morar nas ruas da cidade é um dos pontos fundamentais para o estabelecimento de uma política pública direcionada para a população de rua. O uso da rua como fonte de renda e demais recursos além da moradia é igualmente importante e explica de forma significativa o processo de fixação dos pobres ao espaço das ruas, conforme se analisará adiante. Mas os motivos alegados oferecem pistas das formas de interpretação dos motivos da destituição pelos próprios carentes. Ao afirmarem seus motivos os entrevistados dão uma idéia da clareza ou do grau de sutileza com que avaliam a origem de sua condição atual. A separação dos segmentos etários quanto a essas posições permite

²⁰ IBGE-PNAD: 1996.

comparar nos dois quadros a seguir a incidência de cada causa alegada em vista das experiências de adultos e jovens e sua reação que elegeu a rua como fonte de recursos. Vale lembrar que esta divisão etária procura captar no primeiro segmento aqueles que convivem com a rua no início de sua socialização iniciada na família. Por esta característica, tendem a fazer o trajeto que vai da residência familiar para a rua, seja como ruptura, seja como alternância ou complementação de recursos dos membros da família. Os adultos com mais de 18 anos potencialmente percorrem o percurso do trabalho ao desemprego prolongado, ao biscoito e possivelmente a rua. A ruptura familiar, quando ocorre, é agravada pela ruptura com a socialização e a rotina típicas dos trabalhadores pobres que não estão nas ruas.

Tabela 15:

População residente com até 18 anos segundo motivo da ida para a rua:

Motivo	N	%
Pobreza, ajudar a família	39	41,93
Egresso institucional	1	1,07
Opção espontânea	12	12,9
Problemas familiares	35	37,63
Problemas com drogas	2	2,15
Problema de saúde	1	1,7
Problema habitacional	3	3,22
Total de respostas válidas	93	100
Não respondeu	20	17,7
Total	113	100,0

Destacam-se as causas identificadas com a pobreza e sua relação com estratégias de composição da renda na categoria “ajuda à família”. A família mencionada nas motivações em que seus membros mais jovens são mobiliados em estratégias solidárias aparece, em outros casos, impelindo para as ruas os jovens em conflito com pais, mães ou padrastos. A rede representada pela família dos mais jovens figura em destaque entre as duas principais motivações: a primeira por cooperação, a segunda por impossibilidade de convívio.

Já em relação à população com 18 anos ou mais, foram detectados os seguintes motivos para a ida para a rua:

Tabela 16:

População residente com mais de 18 anos segundo motivo da ida para a rua

Motivo	N	%
Desemprego, pobreza, ajudar a família	130	38,3
Egresso institucional	3	0,9
Opção espontânea	27	7,96
Problemas familiares	162	47,76
Problema de saúde	5	1,47
Expulso pelo tráfico	6	1,8
Falta de documentos	5	1,47
Foragido	1	0,3
Total de respostas válidas	339	100
Não respondeu	62	15,4
Total	401	100,0

As motivações dos adultos envolvem categorias minoritárias específicas da experiência deste segmento, como “problemas de saúde”, por exemplo.

As categorias relacionadas com pobreza ou objetivo de subsistência e as que se referem a problemas familiares são expressivas em ambos os segmentos. Entretanto, nos adultos, elas invertem sua ordem entre as duas mais citadas em comparação com os mais jovens. A diferença de percentuais entre as duas primeiras categorias mais que dobra em e relação à diferença as primeiras motivações apresentadas pelas crianças e adolescentes. Comparativamente os adultos experimentam motivos mais notadamente desagregadores dos seus vínculos familiares que os mais jovens. Alcoolismo é um exemplo do que pôde ser agregado entre problemas familiares. É lógico supor que as condições de pobreza não são independentes de problemas familiares em domicílios pobres. Mas o que se destaca é que a relação dos adultos com suas famílias tende a ser menos solidária. A trajetória que envolve ruptura de laços com a rede familiar é mais freqüente entre os adultos.

Conclui-se que é importante salientar que há circunstâncias apontadas que, mesmo indiretamente regidas pela busca de trabalho, foram destacadas como fatores pelos quais formas de vulnerabilidade podem ser sentidas em cada perfil. Desavenças familiares, por exemplo, não são fenômenos específicos de populações pobres. Mas é fundamental que se saiba o peso relativo deste fator como determinante ou como causa-limite na propensão diferencial em ir para as ruas.

4.2.8 Distribuição espacial

A circulação e a ocupação do espaço pelas pessoas que vivem nas ruas segue a oferta por recursos diversos como banho, comida, proteção, concentração de clientes. Para a variável sobre zona de localização tomamos o total de indivíduos elegíveis segundo questionários somados aos registrados em fichas de contagem, nas quais o critério do pernoite semanal foi confirmado pelos entrevistadores nos diferentes dias e horários de pesquisa.

Considerando o número total de pessoas classificadas pela pesquisa como população de rua (3.535), temos:

Tabela 17:

Distribuição do total da população contada e entrevistada

Área	% fichas e questionários N=3535	% apenas questionários N=535
Centro	33,5	22,4
Zona Norte	27,3	33,0
Zona Sul	14,2	20,3
Zona Oeste	3,4	6,3
São Gonçalo/Alcântara	0,2	0,4
Niterói	12,7	8,6
Caxias	1,8	2,2
São João de Meriti	1,3	1,4
Nilópolis	3,0	3,2
Nova Iguaçu	2,6	2,2
Total	100,0	100,0

Algumas observações são possíveis a partir desses dados:

- O Centro do Rio é a área com maior contingente e maior densidade de população de rua no total da população pesquisada. Geograficamente menor e com mais opções de recursos para a sobrevivência, esta é uma área para onde a população de rua mais ocorre e onde está mais visível.
- A maior proporção de pessoas na Zona Norte do que na Zona Sul da cidade deve-se, provavelmente, à extensão geográfica da primeira. A concentração é maior no espaço menor que abarca os bairros da Zona Sul, o que amplia a visibilidade dessa população. Ainda assim, os maiores grupos de 40 e até 60 pessoas foram encontrados no centro e na Zona Norte.

- Há baixa presença de população de rua nas cidades da Baixada Fluminense, revelando que a localização dessa população não se verifica nas áreas mais pobres e sim nas áreas com mais recursos de sobrevivência.
- Por este mesmo motivo, há uma maior presença de população de rua em Niterói do que nas cidades vizinhas mais pobres (São Gonçalo e Alcântara).

4.2.9 Sobrevivência

Algumas perguntas do questionário envolvem variáveis que permitem traçar o perfil dos entrevistados relativo à inserção (atual e passada) no mercado de trabalho e detectar “estratégias de sobrevivência” na rua. Além disso, permitem detectar uma certa “representação própria” ao entrevistado, distinta da nossa. O trabalho é uma referência importante na auto classificação desta população que, sempre que possível, ainda que tais manifestações não fossem estimuladas, reafirmavam que não eram “mendigos”, mas trabalhadores sem oportunidade. Mais que uma distinção subjetiva, essa afirmativa demonstra o desejo de resgatar dignidade, ainda que o trabalho não seja uma alternativa próxima do viável nos seus planos.

4.2.10 Inserção no mundo do trabalho

A primeira dessas variáveis articula-se com a pergunta *Tem trabalho fixo?* (e sua derivada, *Qual?*). Essa variável objetivava detectar quando da população tinha uma fonte de rendimentos mensal fixa, vinculada a algum tipo de “emprego” e quantos estavam, de algum modo, vinculados ao “mercado formal de trabalho”. Os dados revelam que 87,54% dos entrevistados declaram não ter trabalho fixo, enquanto 12,45% declaram tê-lo.

Tabela 18:

População respondente com trabalho fixo

Resposta	N	%
Sim	64	12,45
Não	450	87,54
Total de respostas válidas	514	100
Não respondeu	21	4,0
Total	535	100,0

A representação dos entrevistados é relevante. Quando tomamos, exclusivamente, os que declaram ter um trabalho fixo 49 indivíduos (76,6% de 64 casos) associam trabalho fixo à atividade que desenvolvem na rua.

Tabela 19:

População respondente com trabalho fixo, conforme as atividades

Atividade	<i>No. de respostas válidas</i>	% de respostas válidas
Fora de rua	15	23,4
Na rua	49	76,6
Total	64	100,0

É pequena a participação dos que declaram ter trabalho fixo na amostra (64 indivíduos, 12,45% dos 514 entre entrevistados). Quando cruzamos os dados com o tipo de trabalho fixo, cerca de 3% do total válido dos entrevistados desenvolvem uma atividade profissional “fora da rua”. São garfis, diaristas, vigias na construção civil, que buscam formas de complementarem renda auferida em trabalhos mais ou menos regulares, com remuneração fixa. Ainda que baixo o índice dos que dizem ter trabalho fixo, constata-se um dado complicado: há pessoas com trabalho que precisam da rua para assegurar, minimamente, sua sobrevivência. Os demais, 9,2% dos entrevistados consideram a atividade que desenvolvem regularmente na rua como trabalho fixo, como por exemplo, catar ou engraxar. É importantes a distinção feita pelos entrevistados, e comum em todas as áreas,

entre as categorias de “trabalho”, para nomear as profissões reconhecidas ou áreas de formação e de “ocupação” utilizada para designar a forma como ganha dinheiro no momento, mais ligada às atividades esporádicas de subsistência. Como se verá adiante, há uma terceira categoria, que envolve maior flexibilidade entre outras estratégias que são as formas de ganhar dinheiro.

A análise dessa variável sobre trabalho fixo mais próximo da noção abrangente de “emprego”, permite-nos concluir que:

- a) A maioria (87,54%) da população com respostas válidas(514) que foi entrevistada na rua não considera ter um trabalho fixo;
- b) Dos que consideram ter trabalho fixo, a grande maioria (76,6%) considera sua atividade na rua como trabalho fixo;
- c) Apenas 2,8% da amostra entrevistada usam a rua como forma de obter rendimentos complementares a fontes de renda regulares em empregos formais. Este grupo, embora minoritário pode evidenciar um momento da transição das atividades de trabalho formal para a exploração de recursos da rua.

Os dados mostram que 54,7% dos que responderam a questão referente afirmam que já tiveram a carteira assinada. Este total é coerente com a hipótese de que o perfil de parte significativa dessa população, segundo os atributos produtivos, não se diferencia muito daquele que se pode verificar entre os setores de menor qualificação dos trabalhadores assalariados formais. O quadro da página seguinte isola apenas a população adulta e mostra que 64,38% já tiveram carteira de trabalho assinada. Observamos que a semelhança entre os desempregados na rua e os empregados de baixa qualificação não se refere necessariamente a uma mobilidade descendente de uma geração para outra. A mobilidade ocorre dentro da mesma geração. A trajetória de ex-assalariados formais dá uma ilustração do efeito do desemprego recente sobre uma população normalmente não considerada nas estatísticas oficiais a Pesquisa Mensal de Empregos.

Tabela 20:

População respondente que já teve carteira assinada

Resposta	N	%
Sim	244	54,70
Não	202	45,29
Total de respostas válidas	446	100
Não respondeu	89	16,64
Total	535	100,0

A tabela 20 inclui aqueles mais jovens que, com 14 anos ou mais, tiveram algum tipo de vínculo na condição de aprendiz com registro trabalhista.

Tabela 21:

População respondente com mais de 18 anos quanto a já ter carteira assinada atual ou no passado

Resposta	N	%
Sim	235	64,38
Não	130	
Total de respostas válidas	365	100
Não respondeu	36	9,0
Total	401	100,0

Se reunirmos agora, o dado sobre os que têm trabalho fixo fora da rua - 15 indivíduos, 2,8% da amostra – e o dado sobre os aposentados – 2,2% da amostra – veremos que 5,0% dos entrevistados que têm uma fonte regular de rendimento “fora da rua” usam a rua para complementar renda ou para morar.

4.2.11 Formas de obtenção de recursos

Ao questionar sobre estratégias de sobrevivência foram buscadas informações sobre como se consegue comida, remédios e banho de uma forma típica de quem obtém esses recursos

da rua com alguma ocupação. Mesmo os que pedem esmola são considerados em sua atividade de pedinte. Reunimos, em um primeiro momento, os dados em três grandes categorias: desenvolvem algum tipo de trabalho na rua; não desenvolvem nenhum tipo de trabalho, mas conseguem dinheiro na rua; e a dos que auferem rendimentos “fora da rua”. Respeitamos, ainda, as informações “não consegue dinheiro” e “não responde”.

- Mantivemos a distinção – declarada pelos entrevistados – entre pedir e ganhar. Para nós, a princípio, o pedir indica uma atitude mais passiva do que o ganhar; para alguns entrevistados o sentido é outro: o ganhar aparece como uma questão de dignidade (“Não peço, ganho”). Buscamos, ainda, distinguir os que recebem dinheiro (ganham ou pedem) de “transeuntes”, de familiares e de instituições (e, nesse caso quais).
- os que auferem dinheiro “fora da rua” compreendem aqueles que declaram receber benefícios (aposentado, reformado, recebe pensão, FGTS), os que têm algum rendimento guardado (caderneta de poupança) e os que têm um emprego fixo fora da rua (gari, segurança, taxista, etc.). É importante frisar que na maioria desses casos, os entrevistados buscam na rua formas de complementar os rendimentos.
- os que desenvolvem algum tipo de trabalho compreende biscateiros, camelôs / ambulantes, carregadores, catadores / vendedores, engraxates, guardadores de carro, trabalhadores do sexo, outros.

A segunda variável relaciona-se com a pergunta “Em que trabalha hoje?”. O tratamento das respostas a essa questão respeitou o ponto de vista do entrevistado, quanto ao que ele considera trabalho ou não. Reunimos as distintas declarações dos entrevistados em categorias mais abrangentes, para evitar dispersão dos dados. Assim, a tabela a seguir mostra que 32,21% declaram que não trabalham, 53,34% declaram que desenvolvem alguma atividade na rua; 13,59% declaram que desenvolvem atividade “fora da rua”. Incluímos as informações relativas aos que declaram “peço”, “roubo” ou “ganho”, como atividades na rua ainda que parecessem indicações de que o entrevistado não trabalha.

Tabela 22:

População respondente por tipo de trabalho atual principal

Em que trabalha	N	%
Não trabalha	154	32,21
Desenvolve atividade na rua ²¹	255	53,34
Desenvolve atividade fora da rua	65	13,59
Aposentado ou recebe pensão	4	0,83
Total de respostas válidas	478	100,0
Não respondeu	57	10,7
Total	535	100,0

Há um número significativo de omissões. Isto pode significar um viés na leitura dos totais, mas de outra forma sinaliza a dificuldade de perceber uma atividade como trabalho principal.

Dos que desenvolvem trabalho na rua, 31,38% prestam algum tipo de serviço (por exemplo: engraxate, guardador de carro, etc.) ou vendem na rua (por exemplo: camelô, vendedor de bala); 17,15% são catadores de material reciclável (lata, papel, papelão); e 3,76% são trabalhadores sexuais (prostitutas, travesti e michês). Quanto aos que desenvolvem atividades fora da rua (13,59% da amostra) são vigias, carregadores, biscateiros e atividades braçais em geral.

A tabela a seguir apresenta informações cruzadas referentes às duas primeiras variáveis: *tem trabalho fixo? Em que trabalha hoje?* (categorias desagregadas). Essas informações enriquecem os dados das tabelas anteriores, nas quais tínhamos o perfil da amostra quanto a ter ou não trabalho fixo e qual era este (só dispúnhamos, pois, de dados sobre atividade daqueles que declaravam ter trabalho fixo). A tabela abaixo apresenta os dados sobre atividade da totalidade da amostra, cruzados com os dados sobre ter trabalho fixo. Reiteram-se as observações anteriores: 12% dos entrevistados declaram ter trabalho fixo, e 13,36% consideram seu trabalho na rua como trabalho fixo: dentre estes estão catadores, trabalhadores sexuais e pessoas que prestam serviço ou vendem na rua. Estes entrevistados valorizam sua atividade na rua como forma de trabalho.

²¹ Incluindo 5 casos que chamam de trabalho pedir, roubar ou jogar.

Tabela 23:

População respondente quanto a ter trabalho fixo, pelo trabalho que tem hoje

Tem trabalho fixo ----- Em que trabalha sendo fixo ou não	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não trabalha	-	-	154	32,21	154	32,21
Presta serviço ou vende na rua	42	8,78	104	21,75	150	31,38
Catador	5	1,04	76	15,89	82	17,15
Prostituição	2	0,41	16	3,34	18	3,76
Biscate ou atividade fora da rua	15	3,13	49	10,25	65	13,59
Somente aposentadoria	-	-	4	0,83	4	0,83
Pede esmola	-	-	3	0,62	3	0,62
Rouba ou achaca	-	-	1	0,2	1	0,2
Ganha no jogo	-	-	1	0,2	1	0,2
Total válido	64	12,0	450	84,1	535	100,0

Observa-se como ter trabalho fixo é uma condição incomum. Sendo a composição de diferentes trabalhos, lidos como atividades, o padrão. Destaca-se o fato de que a esmola não é apontada como trabalho. E pelos que a consideram trabalho, não é o principal. De maneira semelhante, o roubo é muito pouco referido como coincidente com trabalho ou atividade. E entre os que o consideram uma forma de trabalho, não é o trabalho fixo nem principal.

A tabela 23 tem a referência temporal do dia da entrevista, o que o difere do quadro relativo às atividades normalmente empreendidas para conseguir dinheiro, mostradas no quadro a seguir. A tabela sobre atividades consideradas fixas no momento da entrevista mostra que os trabalhos regulares são em geral relacionados com serviços prestados nas ruas, tais como

lavagem e guarda de veículos ou venda. Estes são, como veremos adiante, os grupos que conseguem maiores quantias em dinheiro entre a população de rua segundo a pesquisa. A atividade de prostituição, por suas características específicas de ilegalidade, foi registrada nas fichas de contagem mais que em entrevistas. Sendo assim, os trabalhadores sexuais que não aparecem nas entrevistas são um grupo de atividade especializada recorrente e fortemente fixados às suas áreas de atuação. Outro segmento que merece destaque são os biscateiros que atuam fora da rua. Esta condição não é, entretanto, suficiente para mudar sua condição de dependência em relação ao ambiente da rua. Cerca de 84% dos entrevistados diz não ter atividade fixa. Isto afeta a padronização de suas rotinas e mais ainda a possibilidade de projetar o rendimento de um dia como ganho regular mensal ou mesmo semanal.

É claro que a noção de trabalho evocada pelo texto da pergunta faz com que as respostas sejam distintas daquelas em que este termo não é lembrado.

Uma outra forma de abordar o tema foi questionar segundo o texto: “*Como consegue dinheiro?*” Esta questão é complementar a *Em que trabalha hoje?* Por duas razões. Em primeiro lugar, porque independe da concepção de trabalho do entrevistado (por exemplo, ele pode conseguir dinheiro catando lata e considerar que não trabalha hoje). Em segundo lugar, porque não apenas os que desenvolvem algum tipo de trabalho conseguem dinheiro na rua. É o caso, por exemplo, dos que pedem.

Na tabela a seguir temos as respostas para atividade apontada como principal com o fim de ganhar dinheiro. As respostas dadas, naturalmente, não supõem que outras atividades complementares dentro das mesmas categorias estejam descartadas. A proposta foi destacar as mais frequentes que, por isso, indicam estratégias mais rentáveis e planejadas.

Tabela 24:

População respondente segundo forma mais freqüente como consegue dinheiro (desagregada)

Como consegue dinheiro	N	%

Presta serviço ou vende na rua	161	31,02
Catador	97	18,68
Prostituição	20	3,85
Ganha	17	3,27
Pede esmola	111	20,7
Rouba ou achaca	7	1,34
Ganha no jogo	1	0,19
Biscate ou atividade fora da rua	75	14,45
Aposentado ou recebe pensão	12	2,31
Não consegue	18	3,46
Total válido	519	100,0
Não respondeu	16	3,0
Total	535	100,0

É preciso lembrar que a designação como atividade para ganho de dinheiro, diferente daquilo que os informantes chamam de trabalho designa uma diferenciação em termos de continuidade da estratégia e seu sentido moral e de identidade. Se aquilo que se chama de trabalho é recorrente, isso confere valor moral a quem se classifica como trabalhador. Dessa forma o que se põe em prática na rua para ganhar dinheiro herda as propriedades que nivelam parte da população de rua ao trabalhador. Sua ligação não é formal ou por rendimentos, mas pelo reconhecimento dos próprios informantes de que a “atividade” de rua tem um caráter precário e menos dignificante do trabalho ou a atividade fixa.

Sinteticamente, podemos dizer que a grande maioria sobrevive da rua (79,8% dos entrevistados), seja por ter algum tipo de trabalho que lhes rende dinheiro, seja porque vive de esmolas.

As atividades foram apenas observadas entre aqueles com que não foi possível fazer entrevista. Nestes casos, as atividades foram registradas por observação do pesquisador. Isto se deu enquanto os indivíduos eram contados ou ainda, informadas por membros de seu grupo que puderam ser entrevistados. Somados aos que responderam questionário, temos um quadro geral das atividades. Vivem de esmolas 23,9% da amostra de 3.535

indivíduos pesquisados, incluindo aqueles que foram contados em plena atividade mas não aprofundaram detalhes em entrevista. Esta é uma parcela nada desprezível da população. Evidencia-se a importância de catar material reciclável como fonte de rendimentos.

A presença de “atividades ilícitas” (prostituição, roubo e jogo) como forma de sobrevivência parece pequena (5,2%). No entanto, os dados até aqui tratados, abrangem apenas as entrevistas; não recobrem as fichas de contagem, onde o contingente aumenta. As atividades ilícitas aparecem sobretudo nas fichas de contagem por observação direta dos pesquisadores de campo, dado que a dinâmica dessas atividades tendeu a não disponibilizar seus agentes para responder ao questionário. Observe-se em seguida, uma segmentação dos dados colhidos entre informantes entrevistados e adiante destes somados aos que foram observados:

Tabela 25:

Total da população considerada (n=3535) segundo forma como consegue dinheiro a partir de observação²² ou resposta

Atividades	N	%
Serviço na Rua	622	17,99
Biscate ou atividade fora da rua	297	8,59
Aposentadoria	46	1.33
Filantropia	56	1.62
Rouba ou Achaca	53	1.53

²² As anotações de campo dos entrevistadores foram registradas nas fichas de contagem. Informações colhidas em questionários aplicados a indivíduos que estendem ao grupo contado em fichas a atividade do informante foram consideradas sempre que o pesquisador assinalou nas observações.

Esmola	491	14,2
Coleta	1198	34,66
Prostituição	361	10,44
Jogo	166	4,8
Não consegue / sem atividade	60	1,73
Tráfico	106	3,06
Total válido	3.456	100
Não Identificada/ Não respondeu	79	2,2
Total	3535	100

A ordem das quatro mais freqüentes atividades da tabela 24 em relação ao total da população de rua que soma fichas e questionários retratada na tabela 25: Os serviços nas ruas que eram o segmento principal, decaem de 3,02% nas entrevistas para 17,99 no total. A atividade de coleta, especialmente de latas de alumínio, ocupa a primeira posição com 34,66% do total dos casos contra 18,68% que ocupavam a terceira posição na ordem das categorias mais freqüentes da tabela 24. A esmola que era a segunda maior atividade, envolvendo 21,38% dos entrevistados, abarca só 14,2 do total, em que passa a terceira atividade mais freqüente. No total a segunda posição é ocupada pelos serviços praticados na rua. Os biscates fora da rua mantêm a quarta posição respectivamente com 14,45% dos casos na tabela 24 e 8,59% na tabela 25.

A esmola é uma atividade relacionada com o perfil do público. Idosos, deficientes e crianças jovens são os que mais comumente se utilizam desta atividade como atividade principal. Entre os que foram contados em fichas as observações sugerem a mesma caracterização.

A coleta de alumínio reciclável se estaca como atividade freqüente em todas as regiões pesquisadas. Mesmo em bairros predominantemente residenciais, a população de rua circula à cata de latas de alumínio, em especial nos dias de recolhimento de lixo pela empresa municipal de limpeza urbana.

O tráfico de drogas foi observado em 106 casos (3,06%) do total. A atividade envolvia a venda de maconha, cocaína e principalmente cola de sapateiro e derivados de benzina.

Grupos organizados pra roubo em áreas próximas a sinais de trânsito e em locais de engarrafamento ou de presença de turistas foram observados pelos pesquisadores. Nestes, casos, naturalmente não foram feitas entrevistas.

A prostituição aparece com frequência muito maior que nos questionários. Note-se que esta atividade é concentrada nos horários entre 18 e 6 da manhã, sendo, portanto, incluída na definição base que se pauta por atividades que implicam em pernoite. Os que vivem de prostituição somam 361 pessoas, sendo que, dessas, temos a seguinte distribuição:

Tabela 26:

População acessada por questionários ou fichas (de um total de 3.535)
segundo prostituição

Tipo	N	%
Prostituição masculina adulta	153	42
Prostituição feminina adulta	196	54
Prostituição infantil	12	4
Total	361	100,0

4.2.12 Expectativas individuais de permanência na rua

Esta é uma conclusão reticente, mas coerente com o objetivo deste texto: apresentar um quadro geral provocativo sobre os grupos repelidos do trabalho formal e que hoje estão vivendo nas ruas.

Estes grupos são unidos por um aparente fatalismo quanto às suas possibilidades de retorno aos “incluídos”: 12,5% **acham que vão continuar na rua**. Dos 51 que estão na rua há mais de dez anos, o percentual atinge 17,9%; dos 40 que estão na rua há menos de três meses (ou no outono em que a pesquisa ocorreu) dos apontam que, comparadas as duas situações extremas, **as perspectivas futuras apresentadas são as mesmas**: cerca de 18% dos entrevistados nos dois casos **não vêem possibilidade concreta de sair da rua**. Tanto a população mais jovem (75% com menos de 40 anos) e mais recentemente na rua como a população ali há muito mais tempo não têm expectativa de alterar seus destinos. Mas valores sobre o trabalho permanecem entre novatos e veteranos. Fatalismo e esperança de mobilidade para fora da rua convivem no mesmo espaço. Por outro lado, ausência de planos de sair da rua pode apontar tanto para o fatalismo quanto para uma escolha racional de possibilidades maiores de sobrevivência continuada nesse meio.

4.3 Tipologia da população de rua:

De forma coerente com a definição empregada na pesquisa, a população de rua pode ser tipificada esquematicamente segundo sua forma de exploração de recursos das ruas. Mas há outra circunstância que a define: a sua relação com laços que envolvem a família ou o grupo de referência simbólica. A rede social que serve de base à identidade ou às estratégias solidárias de sobrevivência delimita tipos e é uma outra natureza de recurso que se verifica nas ruas. Ainda segundo os recursos sociais, são possíveis distinções da população de rua entre aqueles que se definem pela ruptura em relação a identidades ou redes anteriores à rua e aqueles que se encontram ora definidos pelos vínculos que mais contribuem para sua identidade ou experiência. Neste último caso mais notadamente os

jovens sem experiência no mundo do trabalho. Observe-se que a experiência de ruptura com redes anteriores não significa, necessariamente, que o grau de adaptação às circunstâncias da rua seja inferior ao daqueles que basearam sua experiência e identidade já tendo a marginalidade como ponto de partida. Como veremos, é mais freqüente que os ex-assalariados desenvolvam estratégias mais regulares, com maior planejamento e maiores retornos em dinheiro que os que não vieram de rotinas anteriores de trabalho regular.

Essas bases sugerem uma tipologia que contempla diferentes graus de vulnerabilidade e exclusão:

4.3.1 Os ex-assalariados

Estão em todas as áreas pesquisadas sem predominância marcada em nenhum ponto em especial. A experiência anterior envolve trabalhos formais como mencionado antes. Formam um grupo predominante de adultos e compõem cerca de 54% do total de entrevistados. Dentro deste grupo, 87,3% possuem família formada antes de se fixarem ou trabalharem nas ruas. Nestas famílias a média é de 3,5 filhos, sendo que a média de filhos nascidos na rua é 2,5.

Os ex-assalariados se definem como desempregados e se reúnem em estratégias cooperativas que envolvem mais que os membros da família. Foram registrados grupos de até 18 indivíduos que se identificavam como pertencentes de um mesmo grupo. Grupos numerosos sugerem redes complexas de divisão do trabalho, o que mostra adaptabilidade às condições que a rua oferece. A freqüência de mulheres nestes grupos é rara (0,22%) para este tipo que é formado por 88% de homens. As mulheres que já exerceram atividades formais são bem menos gregárias. Em 87% dos casos as mulheres ex-assalariadas estão sós nas ruas. O padrão diferencial entre os sexos é correlato à vinculação da mulher com o domicílio, referida em 54% das ocorrências de mulheres classificadas no subgrupo dos ex-trabalhadores formais. Isto leva a crer que para os homens a sobrevivência obtida através das ruas é mais caracteristicamente dependente de redes formadas nas ruas. Para pouco mais da metade das mulheres entrevistadas a estratégia desempenhada é individual. A

eficácia das ocupações pode diferir grandemente segundo os sexos, uma vez que mulheres estão envolvidas em redes menos extensas e complexas.

Os que compõem este tipo os contatos com a família são freqüentes. São 5,7% os ex-assalariados que estão nas ruas na companhia de, ao menos, um membro da família. Isto sugere que redes sociais formadas fora da rua para as ruas permanecem ainda que residualmente.

Os que têm idade igual ou inferior à média geral de 38 anos são caracterizados por um padrão de ingresso relativamente recente nas ruas. A adoção das estratégias de rua foi há até quatro anos para um quarto dos entrevistados e é caracterizada pelo fato de a desvinculação em relação ao trabalho formal haver acontecido durante a idade economicamente ativa. Para o conjunto dos ex-assalariados a média de idade está acima da geral e é de 41 anos.

Os ex-assalariados respondem pela maior rejeição à permanência nas ruas. São 78,3% os que encaram a rua como uma estratégia passageira de sobrevivência.

Mesmo quando se considera a variação de ganhos em atividades não rotineiras, este grupo mostrou maior facilidade para responder questões sobre sua vida econômica. Isto sugere que a visão de planejamento de suas rotinas é mais complexa de que a de qualquer outro subgrupo de rua. Talvez isto se dê pela necessidade de satisfazer despesas e carências em seu freqüente domicílio de referência. Estas pessoas, portanto, estão menos orientadas pelo cotidiano das ruas como abrigo permanente ou como objetivo de longo prazo. Por outro lado as ruas são habilmente exploradas em ocupações para ganho de dinheiro. Isto se reflete na característica predominante mas não exclusiva deste grupo que diferencia trabalho de ocupação.

Há uma subdivisão neste grupo que abarca tipicamente as famílias de rua. São grupos formados por familiares com estrutura de família nuclear e estão nas ruas por longos períodos. A formação de casais é comum. É claro que grupos de familiares estão presentes

nos demais tipos descritos, no entanto, vale a pena destacar aquelas formadas por um ou mais membros antes inseridos nas duas redes sociais mais relevantes: o trabalho protegido e a família reunida em domicílio.

De forma geral os ex-assalariados podem ser descritos como um segmento que não rompeu definitivamente ou em algum grau com a família que vive fora da rua e que, mantém laços solidários em estratégias de sobrevivência empreendidas nas ruas.

4.3.2 Maloqueiros

São adultos ocupados que não possuem experiência prévia de trabalho formal. A média de idade é de 35,5 anos e os homens predominam em 73,3% dos casos. Seus ganhos são especialmente erráticos como suas atividades, em geral múltiplas, envolvendo prestação de serviços nas ruas (23,3%) ou biscates descritos como “fora da rua” (12,2%). São tipicamente encontrados nas zonas norte e sul da capital. Mas a inconstância de suas atividades se relaciona com sua menor identidade territorial. São os que têm maior mobilidade ao longo do dia e mesmo sazonalmente. Refletem um tipo de uso das ruas comum. A condição de maloqueiro pode representar um momento da adaptação dos que chegam às ruas, antes da focalização em uma atividade regular. Sua auto-designação como maloqueiros se torna sinônimo de trabalhador em seu sentido moral, mas também designa a necessidade defensiva de quem define a sua presença na rua não como morador, mas como aquele que se esconde ou se “maloca”.

Entre os motivos alegados para estarem nas ruas os problemas familiares respondem por 31,8% das respostas, seguidos de perto por 30% que alegaram motivos ligados à carência material. Em seu cotidiano é característica o uso freqüente de álcool. É difícil determinar se o uso de drogas e álcool foi o determinante da ruptura familiar ou se foi desenvolvido já nas ruas. Ainda assim, é importante que se observe que, embora haja grande correlação entre pobreza e a natureza de problemas familiares que levam à ruptura com a família, a rua oferece recursos mais que econômicos para este grupo. As redes sociais são

primordialmente não familiares e constituem o principal ponto de fixação deste tipo de população.

4.3.3 Os trabalhadores sexuais

São homens e mulheres cuja atividade garante o teto temporário ou os recursos para viverem nas ruas. A atividade de prostituição de rua é predominantemente adulta e feminina, com ocorrência em parques públicos no centro da capital ou no Aterro do Flamengo durante a noite e madrugada. A prostituição infantil foi percebida em áreas de grande circulação como rodoviárias e estação de barcas em Niterói. Na área do centro de abastecimento do mercado CEASA em Irajá, foram registrados casos de prostituição de adolescentes e crianças agenciados por suas famílias em pontos de concentração de caminhoneiros. A maioria desses casos ocorre em diversos horários do dia, mas não há como garantir que as famílias sejam de sem tetos.

Os grupos de trabalhadores sexuais adultos são conhecidos e, á semelhança dos adolescentes e crianças de rua, mantém contato freqüente com instituições não governamentais. São notadamente clientes daquelas voltadas ao trabalho preventivo de doenças sexualmente transmissíveis e grupos de atendimento à portadores do vírus HIV. Os mais articulados tendem a politizar sua condição e são especialmente defensivos em sua retórica, possivelmente por sua condição vulnerável a preconceitos de diversas ordens. A pesquisa tomou por norma não interromper as atividades com entrevistas, uma vez que a presença dos entrevistadores certamente inibiria o contato com seus clientes. Resulta disso a pouca freqüência de opiniões e informações detalhadas colhidas pelo trabalho de campo. Este tipo engloba cerca de 23% dos entrevistados e foi observado em 10,44% de todos os casos contados, somados às entrevistas.

A territorialidade dos trabalhadores sexuais obedece a uma rígida demarcação. No centro do Rio de Janeiro, no Campo de Santana há áreas para trabalhadores sexuais masculinos e prostitutas de rua que não circulam para além dos seus limites. Na Glória travestis formam

um grupo de difícil distinção entre os que vivem nas ruas e os que possuem residência. Entretanto, não incluí-los nesta tipificação seria um erro maior que ignorar este público que possui formas muito restritas de inclusão e sustento fora da atividade de prostituição na rua. Informações da pesquisa que antecedeu o trabalho de campo mostram que nas ruas a exploração por cafetões e policiais faz com que o abrigo em hotéis e vagas seja condicionado pela atividade característica. Entretanto, neste grupo há também os que permanecem continuamente nas ruas e ali praticam estratégias ligadas à prostituição. Informantes que dormiam durante o dia, foram observados em atividade nos jardins do Aterro do Flamengo junto ao Museu de Arte Moderna e próximo ao Aeroporto. Este grupo é menos visível e, como mencionado, pouco de sua trajetória anterior pode ser captado. Ainda assim é um segmento que mantém contatos freqüentes com segmentos sociais distantes economicamente. E mais de que isso, na condição de serem eles próprios procurados pela população que não vive nas ruas. Distinguem-se do geral da população de rua por manipularem recursos atrativos a outros segmentos de fora das ruas.

4.3.4 Os autônomos (loucos, bêbados, idosos)

São descritos por sua menor inserção em grupos nas ruas. O isolamento característico dos loucos e bêbados foi observado em fichas de contagem entre 12,61% da população considerada de um universo total de 3535 pessoas. Além destes, a pesquisa colheu informações em entrevistas apenas para os idosos com 60 anos ou mais sem sinais de doença mental evidente e que não estavam sob efeito de álcool ou drogas. Os autônomos, assim chamados por sua maior tendência ao isolamento, totalizam cerca de 20% do total considerado entre fichas e questionários.

Entre os idosos os vínculos familiares são rompidos ou não há descrição de família de referência. São encontrados tipicamente próximos a hospitais, feiras, áreas residenciais e

igrejas das zonas sul e norte do Rio de Janeiro, onde exercem as estratégias de cata ou ganham a vida como pedintes.

Os doentes psiquiátricos e alcoolizados freqüentes foram identificados como indisponíveis para entrevista, segundo a experiência dos entrevistadores. O isolamento dos autônomos torna especialmente arredios ou agressivos ao contato com pesquisadores e eventualmente com outros segmentos da população de rua, em especial os adolescentes que os apontam como perigosos ou as crianças simplesmente os temem.

De forma semelhante aos idosos, os doentes psiquiátricos e os alcoólatras possuem grande identificação territorial. Estes foram observados em presença recorrente nas fichas de contagem. Dependendo mais diretamente da caridade pública ou da cata de restos, os autônomos precisam contar com a familiaridade de moradores. De fato, são o tipo de população de rua que menos mobiliza a atenção da opinião pública preocupada com a violência representada por assaltantes. Pode-se dizer que sua presença na vizinhança é mais facilmente tolerada por representarem a imagem mais tradicional do “mendigo” do bairro, embora não se descrevam desta forma.

Os autônomos procuram escolher áreas públicas para estacionarem ou pernoitarem, de modo a não despertar a rejeição dos moradores. Comunicam-se com o imaginário urbano por um elo tácito que os qualifica como os menos incômodos, ainda que indesejáveis. Esta afirmação vale mesmo que os bêbados encarnem mais freqüentemente a imagem do pobre vagabundo não merecedor de apoio ou caridade. Embora freqüentemente marcados pela sujidade despertam menor mobilização por não serem identificados como necessariamente criminosos.

Por serem tipicamente pedintes, os autônomos não competem com as atividades exercidas por outros segmentos. Por isso são também tolerados entre outros perfis de população de rua.

Há ainda um fato que difere idosos dos demais autônomos: primeiros são identificados com o território restrito por onde circulam e dormem. Os demais, não sendo comprometidos em atividades regulares são mais móveis.

Em comum, os autônomos têm o traço do isolamento frente a redes formadas nas ruas e possivelmente também frente a redes familiares.

4.3.5 As crianças e adolescentes²³

Como vimos, são 113 indivíduos (21,1% dos entrevistados), que, somados aos contados em fichas chegam a 440 pessoas na Região Metropolitana.

Não possuem experiência de trabalho regular anterior à vida nas ruas. Passam por rupturas bruscas em relação à família ou se fixam nas ruas paulatinamente a partir de sua mobilização para estratégias familiares de sustento. A família é contatada mesmo por aqueles que passam longos períodos nas ruas.

Sua idade média é de 14 anos e é comum que já sejam pais antes dos 18 anos. A média apontada pela pesquisa feita em 1999 é de 2,17 filhos nascidos antes de completar 18 anos (para a faixa de 0 a 18 anos).

Estes jovens estão mais tipicamente concentrados na zona sul da capital (58%), onde circulam pelos diferentes bairros sem realizarem ocupações regulares. São freqüentes seus envolvimento com drogas normalmente consumidas em áreas públicas. A reação que despertam na população oscila entre a piedade pelas crianças e o temor pelos adolescentes, dependendo da faixa de idade. Por este motivo são os mais visíveis dos tipos de rua. Esta visibilidade também os torna os mais debatidos na esfera pública. Em geral são capazes de se representarem discursivamente de forma a responder expectativas negativas a seu

²³ Compreende aqueles com idade até 18 anos, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre os que foram contados em fichas, a faixa de idade inferior a 18 anos foi presumida de acordo com características observáveis pelos pesquisadores e casos ambíguos foram incluídos entre os estimados como adultos.

respeito, adequando-se à imagem de “pobre merecedor de ajuda pública ou privada”. Em outras palavras, parte de sua estratégia envolve a interação com cidadãos que os vêem como efetiva ou virtualmente violentos.

As redes de crianças e adolescentes envolvem grupos territorialmente identificados que vez por outra se enfrentam. Quase a totalidade dos jovens diz já ter tido problemas com a polícia ou guarda municipal. Seu cotidiano é especialmente vulnerável e violento. Os laços das redes são voláteis. É muito raro encontrar meninos isolados nas ruas. O mais comum é que se identifiquem com grupos de três ou mais, mesmo que não estejam juntos ao longo do dia.

Suas redes, dado a sua visibilidade, incluem grupos de ajuda filantrópica e ONGs que participam da atenção a diferentes demandas. Entretanto, o caráter descontínuo de muitas destas instituições e sua pouca integração com políticas públicas governamentais tendem a não solucionar o problema deste segmento da população.

Crianças e jovens se destacam por que sua condição é particularmente significativa da exclusão ou da vulnerabilidade extremas. Sua desvinculação em relação ao universo socializador do mundo do trabalho e sua origem em famílias em que esse universo está marginalmente representado os coloca na condição limite de destituição material e fragilidade de redes.

4.4 Proposta de interpretação da pobreza nas ruas

População de rua ou pessoas vivendo das ruas? Mais que um mero jogo de palavras, a distinção se destina a dar visibilidade aos pontos importantes do problema, redirecionado o enfoque para possibilidades de intervenção. Com alguma parcimônia um observador atento perceberá que há populações, no plural, e não um bloco homogêneo de pessoas com os mesmos perfis, histórias de vida e determinantes de suas condições de pauperismo.

Da pobreza inclusa para a pobreza excluída, as diversas formas com que o tema foi tratado parecem ter um referencial em comum. Como um mito fundador, a imagem de uma cidade inclusiva, uma sociedade solidária, que em algum momento perverteu sua promessa civilizadora, domina o pano de fundo da alteridade que serviu de viés interpretativo da pobreza. No fim dos anos setenta e início dos oitenta este e outros mitos são atacados em estudos como os de Perlman(1977) e Zaluar (1994) sobre o ponto de vista dos significados da pobreza na sociabilidade dos agentes comumente secundarizados como marginais. O argumento central desta seção é o de que uma trajetória semelhante ao do mito da marginalidade vem se dando com o que seria o novo tema da exclusão.

Levantamentos sobre “mendicantes”, “vadios”, “desvalidos”, “moleques de rua” vêm sendo empreendidos no Brasil, pelo menos desde 1847 (Fraga Filho,1996). Esses personagens já ocupam a cena do Rio de Janeiro nas descrições de João do Rio em 1908 com roteiros e cenários bastante reconhecíveis. O que diferencia o novo perfil da pobreza do antigo, ou mesmo daquele que o senso comum aprendeu a crer que se mantém, é a diversidade de recursos disponíveis no meio urbano que concentra inúmeras vocações. No caso do Rio de Janeiro, a cidade porto, a cidade dos serviços, o pólo de referência cultural e político foram características importantes para direcionamento das preocupações civilizadoras do poder público tanto quanto da diversidade constitutiva de sua população. A cidade atraiu o interesse das elites e dos deserdados com a mesma intensidade. Estas personagens não vieram, como invasores, macular a integridade mítica que supostamente o Rio um dia teve. Chegaram e se integraram aos diferentes dramas, vocações e características dinâmicas que fazem do Rio de Janeiro o que ele é. Isto ocorreu como cidade colonial que chegou a capital da metrópole ou como Distrito Federal da república, com seus proclamados ideais de ordem e progresso. Ao longo do tempo mudaram o espaço físico, o ideário político, as condições econômicas. Transformou-se ao longo da historia o contexto onde a pobreza ganha seu significado e emerge como problema social. Nesse sentido, diferenciar pessoas vivendo nas ruas de uma população sem rosto, pouco visível nos números e invisível na sua humanidade nos obriga a tratar o problema considerando que indesejável é a pobreza a ser superada e que seus personagens são elegíveis para inclusão e proteção social.

Em síntese, mais que uma quantificação generalizante dos pobres valioso é o que dá sentido à pobreza contemporânea em suas manifestações que levam e fixam as pessoas às ruas. Importa saber se e quanto mudaram os determinantes desse fenômeno. Os dados empíricos devem expor as variáveis que nos permitem perceber a vulnerabilidade desigual e as possibilidades de promoção da qualidade de vida e participação social de quem foi para as ruas ou de quem nasceu nas ruas. Suas rotinas revelam trajetórias dramáticas, estratégias perversas, humilhações e violência. Suas vidas ilustram em tons gritantes a precariedade da dependência da própria má sorte e a rotina da administração de recursos escassos. Ainda assim não são fundadores de uma nova ética, não são produzidos por processos tão recentes de recessão e não estão psicologicamente engessados por uma cultura da pobreza de fim de século. Nada menos explicativo que ler a vida nas ruas como fenômeno marginal. Com a redução da capacidade inclusiva do mundo do trabalho e do Estado de Bem Estar a exclusão das garantias formais passa de desvio a regra. A teoria da marginalidade denuncia a inaptidão para ingresso na sociedade ordenada e controlada por convenções coletivas. Em tempos de fragmentação a marginalidade como mito encontra ilustrações empíricas numerosas na economia das ruas. A cidade não está de braços abertos nem tampouco partida. A cidade oferece meios de inclusão perversa desde sempre. Possivelmente a sua influência como amortecedor social para os miseráveis não tenha sido compreendida em vista da comunicação com a incapacidade de reprodução de garantias sociais. Definir os que vivem nas ruas do Rio de Janeiro segundo a gramática da marginalidade soa como a defesa extemporânea e injusta do mito fundador da cidade, que, num tempo mítico, não desamparava seus cidadãos. Mas se a alegada não data de agora, se o Estado de Bem Estar nunca se apresentou no Brasil como nos países industrializados o que há de novo e específico na forma como a pobreza se manifesta nas ruas? Talvez não necessariamente novo mas certamente mais visível seja a intensa comunicação entre a vida da cidade e a economia da miséria entre populações de rua.

Desse ponto até a análise dos dados empíricos vale pontuar conclusões parciais, que nós podemos fazer a partir do material estudado. Uma tendência tem sido observada é que o velho perfil de população que se supunha, às vezes preconceituosamente, composta exclusivamente por indivíduos sem nenhum vínculo subjetivo com a sociedade inclusiva, é

uma hipótese que simplesmente não encontra qualquer amparo nos fatos. O que se poderia, sinteticamente, formular sobre o que é hoje o drama social da rua, é que, assim como a favela num determinado momento dos anos 60 representou a imagem sintética do mundo da pobreza, hoje a rua é o novo espaço da pobreza, mas da pobreza do trabalhador informal, da pobreza de um mundo do trabalho degradado por relações de precarização que são correntes na nossa sociedade hoje.

Um outro mito que a pesquisa ajuda a derrubar é o de que o fenômeno da população de rua é causado fundamentalmente pelo êxodo rural. Isso não se sustenta pelo material empírico. A grande maioria das pessoas que estão na rua nasceu no estado do Rio de Janeiro ou em zonas urbanas. O fenômeno da pobreza urbana nas ruas já não guarda mais relação significativa com os problemas do mundo rural. Não são predominantemente loucos, ou vadios por opção. Não parece haver uma subjetividade originária e típica das ruas. A exploração da caridade pública que tanto incomodou e incomoda as autoridades governamentais só se anima pela falência de outras estratégias de inclusão. É flagrante a herança de valores relacionados ao mundo do trabalho que ainda habitam as ações e projetos dos segmentos de trabalhadores pobres assalariados ou informais. O tipo ideal da marginalidade dos anos 70 não cabe para designar os que vivem nas ruas. As diferenças permitem afirmações tão categóricas que provam a distância entre os fenômenos que historicamente ligaram a pobreza urbana à espacialidade da favela e ao perfil de seus personagens.

4.5 Discutindo os tipos ideais – Um lugar no mundo para os “sem teto”

As trajetórias criminais e a dramaticidade com que estratégias de sobrevivência perversa participam das vidas dos pesquisados mostram que alguns dos ingredientes do que historicamente se associou à pobreza urbana continuam presentes. Se nos anos setenta a idéia de marginalidade conferiu visibilidade à favela como fenômeno político e econômico nacional, nos anos noventa a vida nas ruas se encontra vinculada à causas globais. A herança do termo exclusão, que faz referência a fenômenos de aguda segregação cultural,

originalmente referido à Europa, se desdobra em uma multiplicidade de usos no Brasil. Qualquer segmento social pode ser retoricamente definido como excluído em relação a uma multiplicidade de recursos, valores, características que se supõe perdidas ou a que se espera alcançar. O fundamental parece ser o fato de que o debate em torno dos usos públicos da categoria exclusão se refere às propriedades de um artifício político. A denúncia da desigualdade, o apelo pela defesa da ética são empreendimentos não essencialmente teóricos. Valem por si.

O debate traçado em torno da categoria exclusão não é um debate teórico. Suas propriedades não são fundamentalmente analíticas ou investigativas, mas de denúncia e apelo por transformação a partir de definições e diagnósticos antecipados. Mas não são essas propriedades também dos conceitos? Sem entrar em elocubrações profundas de epistemologia, é fácil perceber que a possível novidade que uma base de dados empíricos pode oferecer é tanto mais fecunda quanto mais exponha limitações das crenças e tipos ideais que alimentaram o debate até então.

Nos anos setenta a filiação teórica da pobreza brasileira como marginalidade foi traçada por Janice Perlman. (1977) Os aspectos sociais, culturais econômicos e políticos geraram um idealtipo de marginalidade aplicável à pobreza das favelas urbanas de então. O isolamento e desorganização associados à violência; a cultura do tradicionalismo e a cultura da pobreza associadas ao paroquialismo e fatalismo da vida na favela; a participação econômica marginal à grande produção capitalista associada ao parasitismo econômico e a forma de apropriação da ética do trabalho; a apatia ou o radicalismo político associado às estruturas de relações de compadrio e à alienação foram alguns dos pares conceituais formadores do tipo ideal de marginal. O cimento que consolida essas camadas é a espacialidade da favela. Os componentes do tipo não divergem daqueles que o uso retórico da exclusão põe em foco. Obviamente a espacialidade não funciona mais como cimento. Nem a própria favela se trata como um continuum na história. Há cortes nas referências empíricas como nos conceitos. Nem o fatalismo, nem a origem, nem os recursos tornam comparáveis os marginais das favelas dos anos setenta dos sem teto dispersos nas ruas da cidade. A idéia de

marginalidade evoluiu para a de uma participação diferenciada na vida econômica, política cultural e social.

A marca mais importante do debate contemporâneo sobre marginalidade e favela é possivelmente a fuga de modelos analíticos que busquem a unidade.

Tal como a crítica que Perlman dirigiu à abordagem etnográfica da favela como subculturas isoladas, há críticas de antropólogos urbanos brasileiros à generalização (Alvito, 2001). O vetor interpretativo aponta para a tentativa de traçar as redes de sociabilidade que comunicam o local caracterizado pela concentração de populações pobres tanto à sociedade abrangente quanto aos micro-contextos internos. A tônica parece ser a de que identidades, como sociabilidades são singulares e obedecem a dinâmicas, segundo as quais uma favela não pode ser compreendida fora da história, fora da cultura, fora da chamada ordem legal, fora do estado nacional e nem fora da gramática que estratifica e dá sentido aos medos urbanos.

Se a partir dos anos 80 a pobreza identificada na favela é mais fortemente associada ao crime, as repercussões dessa percepção não são uma necessária re-edição da abordagem sobre as classes perigosas e a pobreza. Hoje outros segmentos sociais participam da difusão e da interpretação de versões sobre o que faz da favela uma questão social. Cada vez mais comumente referidos por especialistas entre aspas, os cotidianos específicos das favelas são referidos no senso comum de formas em que já se podem ler as marcas das instituições e atores que as interpretam. Complexo, ocupação, invasão, guerra, facção, AR-15, bala traçante, força-tarefa, operação, soldados do tráfico são expressões já tornadas corriqueiras no cotidiano carioca. Essas expressões, não raro de referência militar, dão sentido público ao que nomeiam: Ruptura, embate, desagregação. Se nomear é, na teoria leiga do cidadão comum, interpretar, o que se percebe pela mídia, pelas pautas políticas, e no cotidiano dos medos urbanos não é a favela em sua especificidade como localidade, mas uma espécie de efeito dominó que lá se origina e recria formas de sociabilidade perversas nas cidades. Ou ainda, alimenta novos mitos que atendem demandas políticas e dão origem a formas de barganha entre segmentos sociais. A pobreza e a favela como referencial se comunicam com um conjunto de situações definidoras de como se vive nas sociedades modernas.

Criminalidade associada à pobreza, exclusão pela pobreza, políticas clientelistas e recrudescimento de pactos populistas são repercussões do caráter normativo da pobreza na sociedade brasileira.

Radicadas na pobreza da favela, importantes referências da sociologia urbana e teoria leiga comungam de um certo princípio interpretativo comum. O de que há uma resposta em ações anti-sociais dada pelas condições de isolamento social. Decorrente daí qualquer classificação das desigualdades entre os pobres é dificultada pela suposição de homogeneidade na exclusão. Essa percepção não inova substantivamente o que se fez com a idéia de marginalidade.

O fato é que o reconhecimento das manifestações da pobreza extrapolara o contexto geográfico em que se verificam e ganham espaço no imaginário brasileiro. O que se pode dizer é que os significados da pobreza interpretada como perigosa que já foi concentrada nos morros se espraia para além dessas fronteiras. Mesmo que as dinâmicas da pobreza da periferia ou das ruas divirja da imagem atribuída pelos medos coletivos da cidade a população de rua parece herdar o status tenebroso do favelado perigoso. Ou, não menos limitada e artificial, a imagem moralmente orientada de imprestáveis sem projetos ou capacidades de ação criativa.

Uma prospecção ao local, ao micro-local e à forma como se comunicam com o supralocal é justificada pela necessidade de ar visibilidade a outros personagens, hábitos, fatos e leituras, que configuram a marginalidade política que obscurece a diversidade das novas manifestações da pobreza. Dos anos setenta aos anos noventa foram relativamente poucas as pesquisas acadêmicas que envolveram material empírico sobre população de rua. Numerosas e pontuais foram as iniciativas de órgãos de assistência oficiais. Raras ou desconhecidas as articulações de umas com outras na aplicação de políticas ou na inovação do tratamento do problema.

A superação de tipos ideais anacrônicos pediu a mudança que evidenciou o mito contido no conceito de marginalidade. Não parece ser distinto o futuro do debate sobre exclusão. Os

destinos e as perversas formas de subsistência no presente não estão claros. Sua lógica de formação, como a rapidez com que a criatividade dos agentes busca superar a pobreza segue refazendo segmentos sociais e seus significados. Mas sob neblina a proximidade do abismo não é necessariamente iminente. É possível que os personagens deste cenário de incerteza criem novas solidariedades. Talvez se possa ver Teresa, seu marido, Tio, Cris, Ana e Macalé à noite, iluminados pela luz azul da tv no vão da rampa do metrô, como pessoas reinventando pertencimentos e laços de inclusão.

Neste capítulo discutimos os dados colhidos em campo que forneceram um perfil geral e tipologias específicas da população de rua. Traçamos um painel para alguns dos dados que caracterizam os mais frágeis no que se refere aos vínculos do trabalho e da família: as crianças e adolescentes. Desenhamos, a partir de uma definição abrangente, as estratégias para obtenção de recursos materiais e os condicionantes das redes sociais que se restringem ou são complementares à vida nas ruas. A conclusão até este ponto é a de que a população de rua não é necessariamente sem teto e nem necessariamente ou uniformemente sem trabalho. O teto, representado por abrigo e pela família, e o trabalho são variáveis que condicionam suas experiências de exclusão.

Capítulo 5

Trabalhando à margem do patrão, cooperando à margem da família

O mendigo, o trabalhador itinerante, os bêbados e viciados, os desempregados de longa data, que vivem nas ruas são personagens urbanos cuja existência denuncia diferentes formas de destituição de recursos e desvinculação em relação a padrões sociais. Uma sociologia do comportamento desses personagens é mais que uma sociologia da destituição ou uma sociologia da desvinculação. O pressuposto lógico ao tratar da desvinculação é negativo. Isto é, os agentes se definem pelo que não são ou pelo que não têm ou pelo círculo de que não fazem parte.

De formas mais ou menos explícitas, este pressuposto negativo é freqüente em levantamentos feitos por órgãos de assistência social, por avaliadores não governamentais de políticas ou mesmo em estudos de natureza mais acadêmica. O princípio da definição pela destituição aparece em pesquisas orientadas pelas formas de sociabilidade marginais resultantes da natureza das relações de classe, naquelas que enfocam grupos específicos como mulheres pobres ou o acompanhamento de biografias específicas marcadas pela pobreza. Mas a falta de recursos não deve sugerir que os que não intensamente carentes não criem e manipulem novas formas de inclusão, ainda que perversas. Além da necessidade de conhecer os perfis e as causas dos processos que levam às carências é importante perceber como os indivíduos e suas redes *respondem* às suas condições substantivas de destituição.

Não há como negar que aqueles extremamente pobres são carentes de recursos inclusivos fundamentais como renda e direitos fundamentais. Mas o que faz dos destituídos um problema sociológico importante são as formas como interagem no sentido de prover suas necessidades.

A população de rua desenvolve formas de adquirir dinheiro e abrigo que não estão garantidos para eles nos mesmos moldes da renda e da moradia hoje concebidos como mínimos. Tais recursos são pré-definidos pelos padrões históricos da sociedade do trabalho. Mais especificamente, os recursos que caracterizam a destituição como um problema social são aqueles que se tornam inatingíveis ou cronicamente escassos para segmentos da população que a solidariedade social predominante não foi capaz de abarcar. O patamar básico é difícil de definir, mas há uma homogeneização instintiva de fácil assimilação quando se fala de sem-teto ou indigente.

A renda, que possibilita a moradia, traz consigo as possibilidades de acesso à previsibilidade de rotinas, à segurança física e a garantias sociais. Ter renda significa mais que ter dinheiro. Significa acesso a certo tipo de trabalho: uma forma segura e socialmente admissível de receber dinheiro de maneira regular a partir das quais trajetórias individuais e familiares, solidariedades, uma ética e até uma economia do tempo podem ser desenhadas (Sennet, 1999). A dimensão da moradia está, por sua vez, vinculada a mais que o abrigo físico em face dos elementos. Ter onde morar relaciona-se com segurança, privacidade, individualidade e experiências coletivas compartilhadas como vida familiar e laços de identidade local e amizade.

As incertezas da mudança, a economia dos recursos materiais escassos e as limitações das garantias de segurança ontológicas se estendem para além da vulnerabilidade dos mais pobres. Estes apresentam maior vulnerabilidade à exclusão caracterizada pelo enfraquecimento da reprodução dos laços sociais inclusivos de forma geral.

“Geralmente, as novas formas de pobreza urbana severa são vistas como problema crítico em relação a sistemas de cidadania que estão sendo redefinidos a medida em que se transformam as condições sociais. Pela exclusão de um número crescente de indivíduos da cidadania plena, a difusão da pobreza constitui uma séria ameaça à coesão social. O problema não é a revolta dos pobres, que são pobres também por que não têm voz ou representação política. O problema é o enfraquecimento dos laços sociais como um todo numa situação em que solidariedade e garantias estão desaparecendo até para os que não são pobres. O foco aqui, no entanto, não é descrever pobreza em diversas áreas urbanas, mas discutir o impacto do fenômeno como um fator crítico em relação á coesão social no processo de transformação que está afetando os sistemas de cidadania no mundo industrial avançado.”

(Mingione,1998)

Entre as respostas sobre o que há de novo na pobreza urbana, destaca-se a ênfase no polêmico conceito de sub-classe. Subclasse ou *underclass* são aqueles que surgem no rastro da retração das políticas de bem estar social. O problema da marginalidade econômica pode evoluir para formas de sociabilidade excludentes. A cidade concentra geograficamente os focos de exclusão e potencializa a sensibilidade do sistema aos contrastes. O problema é discutido por sociólogos de países industriais hoje. Mas o que se pode dizer das dimensões dessa questão em sociedades em que o Estado de Bem Estar social nunca se implantou plenamente? Neste caso, um terceiro aspecto se soma à renda e ao abrigo como recurso social fundamental: a rede de proteção social e a natureza de seus vínculos. Há uma rede de proteção que tradicionalmente serve de amortecedor social quando o Estado falha ou se ausenta. É o que provê alguma garantia quando um contingente se mostra invisível aos planejamentos governamentais de segurança social.

A destituição envolve pobreza material, o que nos aponta indivíduos vivendo com pouco dinheiro, com pouca comida ou com mau provimento de serviços. Em resumo, envolve baixa qualidade e quantidade de recursos para a sobrevivência. A destituição de redes de proteção coletivas na forma de assistência ou serviços estatais de bem estar chama à tona os vínculos substitutivos ou complementares caracterizados pelas relações informais, pessoais já vastamente abordados na bibliografia brasileira (Da Matta, 1992; Reis, 2000; Santos, 1993).

A família e outros grupos de pertencimento caracterizam as múltiplas trajetórias com que os destituídos lidam com sua condição. Em larga medida esses grupos atuam definindo aspectos da desigualdade entre os pobres. São as redes de proteção microscópicas que apresentam as fronteiras entre condições em que a pobreza e a destituição repercutem com intensidades diversas. Desta forma temos renda, moradia ou abrigo, e redes de pertencimento como fatores bases para a caracterização dos fenômenos que envolvem a natureza e as mudanças do perfil da população de rua.

Redes sociais e a forma de vinculação são os recursos fundamentais que dão significado ao uso feito de todos os demais. Como se inserir num grupo, qual a duração e confiança possível em cada vínculo, qual a elegibilidade do indivíduo para ingresso, quem é excluído, quem tem mais companhias, quem está mais só vivendo nas ruas.

O pressuposto do exercício das redes de proteção microscópicas abordadas é que, ainda que alternativas, não são excludentes das que vinculam os indivíduos ao espaço, à cidade, a noções e crenças coletivas. Há comunicabilidade de valores e formas de classificação que, por meios engenhosos, aproximam segmentos sociais distantes, ainda que por todos indicadores objetivos ocupem posições afastadas nos extremos da desigualdade. Entre os que vivem nas ruas a sobrevivência depende da desenvoltura em interpretar e responder expectativas e medos das outras classes ou grupos e de se posicionar em relação a eles em proveito próprio.

O que mais se destaca na perícia do homem da rua como interpretador é a intensidade com que essa prática se faz necessária diariamente. Quando redes de proteção abrangentes e ontológicas não vigoram, outras redes têm de ser pactuadas ou atualizadas a todo o momento. A fórmula que explica a eficiência das redes sociais na rua envolve, portanto, comunicabilidade, capacidade de lidar com chances escassas de representação política, operar com formas de classificação eficazes e medir quotidianamente chances de sobrevivência.

Um episódio exemplifica a forma de operação das redes e algumas de suas características. No inverno anterior à pesquisa de campo de 1999, um depoimento foi dado em circunstâncias incomuns para uma pesquisa com população de rua. Esse público mais facilmente esquivo que disponível raramente se oferece ao pesquisador e pede uma entrevista. Entretanto, foi o que ocorreu quando a pesquisa deveria acessar expressões e referências subjetivas de quem passou pela vida nas ruas. Após gravar entrevista com um “educador de rua” que fora menino de rua na área onde sua ONG fazia plantão, na praia de Copacabana, um rapaz pediu veementemente para ser entrevistado. Eram 20 horas e o grupo, formado pelos educadores da ONG e meninos atendidos, começava a se dispersar.

A entrevista não agendada foi bem vinda e seguiu mais ou menos o mesmo roteiro sobre causas, problemas e perspectivas de mudança que compunham as perguntas ao ex-menino de rua que mudara seu status e se tornara um incluído. O entrevistado voluntário se apresentou como Osvaldo Da Rocinha. Como é comum, sua denominação adota um nome-apelido que é eficiente para facilitar ingresso a alguns grupos e temor a outros, entre os meninos de rua. Como um sobrenome medieval, a alcunha que acompanhava e às vezes substituía o pré-nome de Osvaldo dava sua origem e de certa forma sua identidade, trajetória em seu pertencimento primário, a favela da Rocinha, que se estende entre Gávea e São Conrado. Em contrapartida me tratava como “tio”, código genérico para todo transeunte, turista, ou carioca distante do seu grupo social e que pode de alguma forma ser chamado a contribuir. O sentido impresso ao tratamento normalmente varia da afetividade forçada ao tom irônico–ameaçador. A entrevista não esperava aprofundar o significado da forma de autodenominação ou de tratamento como categorias nativas. Mas foi impossível ignorá-las da forma como foram apresentadas a mim por Da Rocinha. Suas respostas, sua postura corporal, tudo pareceu de fato muito convencional não fosse sua excepcional solícitude em falar sob a chuva num dia de inverno no vento úmido de Copacabana. Respondia como se declinasse variações sobre um roteiro baseado na imagem do pobre-trabalhador vitimado pelas circunstâncias.

Meu interlocutor trouxe essa forma de classificação da pobreza reconhecida por pobres como elemento de identidade e pelos não pobres como recorrência (Zaluar, 1982) para forçar uma coincidência entre o que interpretava ser minha visão e o que garantiria sua confiabilidade. Seu desejo de trabalhar, sua aversão ao crime, sua esperança de mudar sua condição, o desenhavam como um personagem excessivamente passivo para alguém alegadamente há mais de cinco anos vivendo nas ruas e na pobreza pela vida toda.

Por achar que a entrevista provava que Da Rocinha fazia uso de preconceitos que ele manipulava a seu favor, resolvi interromper a gravação depois de cerca de trinta minutos. Fora de registro gravado expliquei o propósito do meu trabalho e minha intenção de não julgar moralmente os atos de quem vive na rua. Disse que desconfiava de que suas

respostas eram feitas de forma a me causar piedade e a justificar o que os “tios” normalmente reprovam por falha moral e opção individual dos meninos de rua. Protestei ainda quanto ao tratamento “tio” que soava estranho e não atingia nem precisava atingir o seu propósito de me enternecer.

Da Rocinha riu. Daí em diante um outro personagem se mostrou. Outra comunicação foi possível e ele me esclareceu o uso que podia fazer de sua imagem e também da minha posição como entrevistador “externo” às ruas. O rapaz me explicou que fizera dezesseis anos e que o grupo com que costumava dormir e roubar se destacara dele. Mais corpulento e próximo da idade penal que os demais meninos do grupo, Da Rocinha passara a chamar a atenção para o grupo de meninos em que estava. Sua presença destoante no grupo mais jovem frustrava a estratégia de conseguir ajuda dos transeuntes pela compaixão. Um adolescente próximo aos dezoito anos tende a gerar medo. Sua condição de membro mais velho foi a origem de sua exclusão. Mas não de seu isolamento. O rapaz passou a assaltar turistas e a furtar banhistas na praia. Foi pego algumas vezes e a repressão inicial evoluiu para um pacto com o policial militar responsável por aquela área. Foi-lhe permitido roubar, desde que o fizesse longe da cabine da Polícia Militar e se parte do ganho fosse dado regularmente ao policial que ficava na cabine.

Com o tempo a licença para roubar tornou-se um novo compromisso e Da Rocinha disse que precisava ganhar diariamente uma quantia determinada para oferecer ao policial ao fim da sua ronda. Passou a eleger as vítimas de roubo entre os turistas. Para demonstrar sua perícia, disse-me a cotação do dólar para aquele dia. A informação mostrou-se precisa quando pude confirmá-la. Em seguida, explicou-me o motivo por ter me abordado. Não havia conseguido dinheiro bastante para dar ao policial que vinha cobrá-lo naquele momento. Havia me visto com o gravador entrevistando o educador de rua e achou que fosse uma entrevista jornalística. Aproximou-se como forma de manter afastado o policial que acabou por ir embora, adiando sua cobrança e o possível castigo.

Foi uma decisão rápida que se baseou em interpretação de valores comunicáveis e imediatamente eficazes. Desfeitos os artifícios iniciais, Osvaldo Da Rocinha disse que na

verdade não tinha esperanças de sair das ruas. Explicou que sua garantia era a faca que mantinha enterrada junto a um coqueiro na areia da praia. Não achava que viveria muito. Agradeceu pela ajuda que involuntariamente lhe proporcionei, aproveitou para criticar jornalistas “fáceis de enrolar”, policiais violentos e se dispôs a me acompanhar até o ponto de ônibus para garantir minha segurança na área. Ainda que exagerasse nesse aspecto, a mensagem estava dada. Seu propósito é ser reconhecido pela identidade A ou B ou semelhantes, desde que alguma comunicação fosse possível.

No ano seguinte soube por uma assistente social da ONG que me levava ao local que Da Rocinha foi morto com tiros no rosto. Seu corpo amanheceu na areia da praia sem suspeita do assassino e sem testemunhas. O fato não foi noticiado nos jornais, mas não deve ter ficado desconhecido para quem vive nas ruas de Copacabana. Da Rocinha estava perversamente incluído na rotina das ruas. Quando a idade o fez se destacar do grupo, sua vulnerabilidade restringiu suas chances de se proteger. No isolamento não se vive. E até para perceber e se antecipar ao perigo do isolamento é preciso conhecer as regras que garantem a vigência das redes.

Esse tipo de perícia, que envolve interpretação e estratégia, que os meninos de rua chamam de “viração” foi observada inúmeras vezes durante a pesquisa de campo. Esteve presente nos recados que os entrevistados mandavam espontaneamente ao fim dos questionários e na negociação das entrevistas. Foi também importante para definir o perfil de entrevistadores que deveriam ser igualmente conhecedores da linguagem das ruas.

Na teoria social brasileira, os estudiosos da pobreza somam às críticas à teoria da cultura da pobreza interpretações sobre a natureza do significado da pobreza na cultura nacional. (Valladares, 78). Ainda que não se isolem em torno de uma cultura própria, os pobres sabem se valer da personalidade, da simpatia e da antipatia que despertam nos outros. Essa ligação afetiva que destaca, exclui ou favorece indivíduos, é uma linguagem comunicada entre pobres e não pobres. A exclusão não significa isolamento social ou de produção de valores sociais específicos.

“O problema é que, ao focalizar a dinâmica cultural brasileira, acaba-se por pensar as relações entre classes subalternas e as dominantes segundo os termos gerais do “paternalismo”, ‘personalismo’ e ‘individualismo’, perdendo-se de vista as tensões e conflitos entre elas que se manifestam também nos usos e reinterpretações das mesmas tradições culturais, bem como a possibilidade de estarmos não diante de uma “opção” cultural cristalizada e arraigada nos hábitos da população pobre, mas sim de estratégias para canalizar recursos possíveis dentro do quadro institucional em dado momento histórico”.

(Zaluar, 1982)

Sendo assim, o pobre não pode ser um “outro” distante. Suas opções variam de acordo com o que cabe entre ser ameaçadoramente próximo e ser desgraçadamente visível. A invisibilidade completa e ininterrupta não é opção. Nas grandes cidades isso sequer é possível. A possibilidade de explorar uma dada situação comunica a pobreza a essa situação cultural, institucional, política como estratégia. A exploração da caridade pública requer uma certa visibilidade da pobreza como desamparo, por exemplo. A necessidade de permanecer nas ruas poder requerer discrição. A população de rua se torna perita na negociação de sua visibilidade, jogando com traços culturais que favorecem a esmola, ligando o pedinte ao doador, o mesmo passo que afasta esse pobre da pauta pública como merecedor de direitos.

As estratégias dos pobres para canalizar recursos possíveis estão em consonância ainda, com o plano institucional da política assistencial. Isto se reflete na sobrevida dos populismos e clientelismos que limitam ou se valem da política de assistência de forma a reforçar maneira tradicional de relação entre as classes. A população de rua interpreta e responde a este cenário, como nas vezes em que estratégias de sobrevivência imediatas devem ser mantidas ou atualizadas no cotidiano.

A condição de desprovido da população pobre de rua contém ainda a dimensão da vulnerabilidade civil. O status público do problema é mascarado pelos julgamentos pessoais ou pela crença de que a pobreza é geradora de personagens sem conexão com códigos sociais ou dinâmicas econômicas que fazem sentido na sociedade abrangente. Este é, possivelmente, um ponto em que as reações da auto-visão do pobre em um cenário cultural de grandes distâncias sociais se liga às características abarcadas pelo conceito de

underclass. Em especial, aquela que evidencia conflitos nos mecanismos de incorporação social.

A noção de subclasse evidencia a ameaça de que o sistema social potencialize a exclusão em relação a direitos e recursos de cidadania. A existência de subclasses denuncia a inaptidão da ordem social em prover garantias mesmo aos não pobres. A existência dos excluídos ilustraria um estado terminal de uma falha nos mecanismos de inclusão. Pelo trabalho, pelas redes de proteção estatal, pela ética, entre outras. Do interior da pobreza nas ruas não surgem boas novas quanto às restituições da capacidade inclusiva da sociedade. Mas, tampouco se pode observar isolamento ou inércia como a regra que defina o que é o fenômeno da pobreza nas ruas. Se a população integra uma forma de underclass, ela se reproduz pelos meios de inclusão perversa mais que pela exclusão total.

5.1 Trabalho, acesso a recursos e gastos na rua

A pesquisa de campo mostrou que os maiores níveis de ganho encontram-se entre os trabalhadores que puderam se dedicar a uma atividade principal específica na rua²⁴. A rua é espaço de grande variação no cotidiano, como vimos. A adoção de rotinas nomeadas como trabalho ou a especialização em certas ocupações mais recorrentes pode ser uma forma de maximizar a exploração de recursos que a rua oferece, além de organizar a vida em um cotidiano de exposição a riscos constantes. O trabalho nas ruas é voltado à necessidade de obtenção de renda, mas também tem resultados na organização da sociabilidade entre os que vivem nas ruas a partir de rotinas e divisão de trabalho. É o ponto em que o exemplo da família entrevistada na praça próxima ao Maracanã se conecta com os dados que quantificam as atividades.

A distribuição da oferta de recursos orienta a localização dos pobres de rua pelas áreas. É o que mostra a tabela a seguir:

²⁴ Os ganhos registrados são resultados de períodos diversos de atividade nas ruas. Esta referência é importante, uma vez que consideramos todos os que passam pelo menos uma noite nas ruas. Para alguns, este período pode ser suficiente em vista das carências a serem atendidas e em vista dos riscos que a rua traz.

Tabela 28:

Localização para obtenção de conjuntos de recursos pagos (apenas respostas válidas)

		Paga por								Total
Região		Não paga nada	comida	roupa	Remédio	Comida e roupa	Comida e remédio	Roupa e Remédio	Comida, roupa e remédio	
	S.Gonçalo/ Alcântara	1 (50%) ^a (0,4%) ^b	1 (50%) (1,1%)	-	-	-	-	-	-	2 (100%) (0,4%)
	Zona Norte	70 (53,8%) (28,8%)	22 (16,9%) (24,4%)	7 (5,4%) (38,9%)	2 (1,5%) (15,4%)	11 (8,4%) (18,3%)	5 (3,8%) (50%)	1 (0,7%) (50%)	12 (9,2%) (19%)	130 (100%) (26%)
	Zona Oeste	11 (36,6%) (4,5%)	4 (13,3%) (4,4%)	-	3 (10%) (23%)	9 (30%) (15%)	1 (3,3%) (10%)	-	2 (6,6%) (3,2%)	30 (100%) (6%)
	Zona Sul	38 (41,7%) (15,6%)	23 (25,2%) (25,5%)	1 (1,1%) (5,5%)	5 (5,5%) (38,5%)	10 (11%) (16,7%)	1 (1,1%) (10%)	1 (1,1%) (50%)	12 (13,2%) (19%)	91 (100%) (18,2%)
	Centro do Rio	86 (55,1%) (35,3%)	22 (14,1%) (24,4%)	6 (3,8%) (33,3%)	2 (1,3%) (15,4%)	19 (12,2%) (31,8%)	1 (0,6%) (10%)	-	20 (12,8%) (31,7%)	156 (100%) (31,3%)
	Niterói	16 (36,3%) (6,6%)	10 (22,7%) (11,1%)	3 (6,8%) (16,6%)	-	4 (9,1%) (6,7%)	1 (2,3%) (10%)	-	10 (22,7%) (15,9%)	44 (100%) (8,2%)
	Caxias	4 (36,3%) (1,6%)	3 (27,3%) (3,3%)	1 (9,1%) (5,5%)	-	-	-	-	3 (27,3%) (4,8%)	11 (100%) (2,2%)
	SJ Meriti	2 (28,6%) (1,0%)	2 (28,6%) (2,2%)	-	-	3 (42,8%) (5%)	-	-	-	7 (100%) (1,4%)
	Nilópolis	8 (47%) (3,3%)	1 (5,9%) (1,1%)	-	1 (5,9%) (7,7%)	4 (23,5%) (6,7%)	-	-	3 (17,6%) (4,8%)	17 (100%) (3,4%)
	N.Iguaçu	7 (63,6%) (2,9%)	2 (18,1%) (2,2%)	-	-	-	1 (9,1%) (10%)	-	1 (9,1%) (1,6%)	11 (100%) (2,2%)
	Total	243 (48,7%) (100%)	90 (18%) (100%)	18 (3,6%) (100%)	13 (2,6%) (100%)	60 (12%) (100%)	10 (2%) (100%)	2 (0,4%) (100%)	63 (12,6%) (100%)	499 (100%) (100%)

^a Percentual em relação à linha.^b Percentual em relação à coluna.

Na tabela acima estão em destaque as áreas em que é possível não pagar por recursos. A prestação de serviços ou a venda de produtos diversos na própria rua é o que concentra o maior contingente. Esta categoria também tem grande variação de ganhos alegados.

Considerado o total de respostas válidas podemos observar que 48,7% não pagam por nenhum dos recursos investigados. Este grupo não depende de atividade fixa para ganhar dinheiro com o propósito de comprar comida, roupa ou remédio nas ruas.

A inatividade total ou esporádica é complementada pela rede de apoios e pela cata de comida, por exemplo. Centro, zona norte e zona sul da capital são os pontos em que há maior oferta de recursos que não precisam ser comprados. A frequência a estas áreas está naturalmente associada a esta “facilidade”.

A cata de latas de alumínio mereceu destaque das demais atividades realizadas na rua. Por ser frequentemente uma atividade formalizada e organizada por cooperativas, se mostra inserida em um esquema de organização de trabalho e definição de preços especializada. Além disso, a atividade de reciclagem cria uma ponte importante entre a economia das ruas e a economia formal da indústria que reutiliza materiais. Esta atividade que liga os trabalhadores por conta própria ou cooperativados da rua ao setor de serviços e da indústria vem se destacando no Brasil²⁵.

A atividade de coleta de materiais recicláveis é rentável. Entre os catadores, 45,6% recebem entre R\$5,00 e R\$20,00 diários. Comparativamente, 52,9% dos que vendem ou prestam serviços nas ruas estão na mesma faixa de ganho.

A cata de latas de alumínio é estimulada por redes de captação de material reciclável em "empresas e projetos governamentais. Neste caso, o destaque vale menos pelo significativo

²⁵ Desde os anos noventa, o Brasil vem se destacando como o país que mais recicla alumínio. Nas grandes cidades brasileiras o trabalho ligado à reciclagem envolve famílias inteiras. É o que tem sido apontado por ONGs e instituições governamentais como a central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência: <http://www.ciranda.org.br/2004/noticiafull.php?mode=ver&id=206>

valor da atividade que pela possibilidade de geração de laços comunicativos entre os que estão na rua e a formalidade. No entanto, é difícil mensurar o quanto a atividade poupa às indústrias com a economia de material reciclado. Assim, uma rede quase invisível de trabalhadores de rua está sujeita a uma característica típica dos trabalhadores “incluídos” do setor de serviços descritos por Offe (1989): a difícil definição do produto de seu trabalho, uma vez que são facilitadores de processos e poupadores de custos. Isto sugere que as transformações que distanciam o sentido do trabalho atual daquele comum na economia industrial atravessa fronteiras entre incluídos e excluídos.

Naturalmente a população de rua compete pelos espaços onde material reciclável pode ser encontrado. As credenciais de ingresso nos grupos de catadores reconhecidos pelas cooperativas ou na informalidade das ruas obedecem às características mais frequentemente apontadas pela população de rua para designar um possível parceiro na rua: “trabalhador”, “de confiança”, “esforçado” “honesto”, “respeitador” são as designações básicas que permitem o ingresso confiável a um grupo. Não diferem do que poderia ser valorizado numa entrevista para obtenção de emprego fora da rua. Isso sugere que a rua reproduz as referências que participaram da trajetória de seus personagens. Ou ainda, se não viveram no mundo do trabalho formal, aprenderam a valorizar esses atributos ou discursos para se comunicar com estratos não pobres e negociar formas de inclusão. As atitudes são voltadas ao propósito de destacar que a verdadeira vocação não é a da mendicância, uma vez que os ganhos dos que são exclusivamente pedintes e seu perfil não são subjetivamente valorizados pelos que se chamam de “maloqueiros”.

O significado da referida expressão foi descrito algumas vezes pelos informantes como referente a quem se esconde – “se maloca” – ou está abrigado precariamente. O maloqueiro é trabalhador irregular sem ocupação fixa. Mesmo quando não trabalha ou vive de doações esta personagem se esforça para destacar a presença de planos para o futuro e a transitoriedade que pretende que sua situação de rua tenha. Se não consegue dinheiro, o maloqueiro ao menos opera defensivamente, evitando ser confundido com o “mendigo”. O mendigo é aquela referência simbólica que descreve aquele de quem não se pode esperar confiança. É um ponto em que o medo da pobreza violenta ou incivilizada comum aos que

estão fora da rua se encontra com o medo de maloqueiros e trabalhadores de serem classificados como incapazes sociais.

Vadio é tudo o que não se pode parecer quando se vive das ruas. Os que estão na rua sabem disso. Essa é uma imagem a ser evitada para os que estão dentro ou fora da pobreza. Mas a situação encontrada nas ruas mostra que essa abnegação pelo valor moral do trabalho vai do simbólico às estratégias concretas.

A renda de quem está na rua é significativamente maior em média que a que vale para alguns dos estratos de pobreza fora da rua. Isso pode sugerir a profissionalização da mendicância, mas a relativa baixa afluência de pobres para as ruas sugere que não é tão fácil assim ser um maloqueiro rentável.

O significado desses ganhos deve ser ponderado em vista de uma característica importante da economia das ruas: a baixa monetarização do consumo.

5.2 Moradia na rua : comunicação e isolamento

Não costuma haver dúvida de que morar na rua seja uma condição abaixo dos padrões mínimos de subsistência sustentados pelas garantias de uma sociedade civilizada. A rua como moradia permanente evidencia a falência de todas as formas de políticas sociais relacionadas à assistência e à promoção da independência dos mais pobres. Tais políticas enfocam preventivamente ou não as causas admitidas para o deslocamento de pessoas pobres para áreas em que exercem estratégias de sobrevivência. Mas há algumas peculiaridades nesse deslocamento. Em primeiro lugar, não há uma concentração de domicílios como acontece em favelas ou com a ocupação de prédios abandonados, por exemplo. Em outras palavras, a rua disponibiliza os pobres para assumirem publicamente sua vulnerabilidade e oferecerem também seu perigo. Enquanto a sociedade urbana

aprendeu a reconhecer na favela o espaço que concentra o vício, a ausência da lei, a insalubridade, a pobreza na rua estende essas características anti sociais para a região de contato entre pobres e não pobres, entre abrigados e desabrigados, entre trabalhadores e vadios. A inquietação com a presença da população de rua é tão grande quanto maior o contingente e maior a permanência de miseráveis nas ruas. Não é sem motivo que as principais perguntas relacionadas ao tema nos debates públicos sejam quantos são os desabrigados e por que perdem vínculo com moradia fixa.

A moradia é uma entre diversas possibilidades de uso da rua. A ocupação de vias públicas para abrigos improvisados ou para mero pernoite é indissociável dos demais planos de uso da rua para ganho de dinheiro, comida, roupas, remédios e demais recursos que fora da rua seriam mais escassos para os miseráveis. As estratégias se desenvolvem baseadas na manipulação da visibilidade da presença do pobre nos pontos de comunicação com outros segmentos sociais.

As áreas em que cada estratégia se apresenta são pontos de comunicação entre a pobreza e o restante da sociedade, daí não serem dadas aleatoriamente. O mapa da ocupação das ruas, para atividades ou descanso mostra um mapa da segmentação social da pobreza. O mapa dos recursos é parte do conhecimento prático dos agentes. A população de rua reconhece e nutre versões pragmáticas sobre a visão que se têm deles, responde e propõe posições comunicantes.

Uma família de pedintes do Largo do Machado exemplifica essa comunicação. Diariamente chegavam de ônibus à porta da igreja de Nossa Senhora da Glória e ali se caracterizavam para pedir. O homem punha um chapéu de palha, guardava os sapatos em uma mochila e sentava-se na calçada da igreja. A mulher também guardava os calçados, cobria a cabeça com uma fralda e sentava-se ao lado de seu companheiro tendo nos braços uma criança que ficava despida até o fim da missa das seis, quando a família se retirava. A caracterização da família rural é tosca, mas eficiente. A rotina com que freqüentam o local para obter esmola mostra a eficácia que resulta da composição entre o espaço da igreja, a ocasião das missas que dão temporalidade ao expediente, a confiança de que suas roupas e postura encontram

resposta positiva do público de que se pretende cativar a piedade. A comunicação simbólica é evidente. Um grupo aparentemente passivo propõe uma forma de diálogo com os transeuntes, que é cheia de conceitos tacitamente compartilhados, tais como o da importância moral do núcleo familiar formado por homem mulher e filho. Se algum olhar menos condescendente puder ser dirigido aos adultos há a inocência e vulnerabilidade da criança que está sob sua frágil proteção. A sensibilização religiosa também marca a concentração de um público predisposto a reconhecer e responder aos estímulos da pobreza digna de piedade.

Outra crença comum nas elites envolvida nesse episódio é o da origem rural dos pobres urbanos (REIS, 2000). Origem essa que supostamente ratifica as distâncias sociais que provém de uma alegada perversidade estrutural. As elites da sociedade brasileira e sua capacidade de formação de opiniões cristalizaram uma versão sobre a desigualdade aparente nas cidades como um problema exógeno ao meio urbano e movido por poderosas forças estruturais, entre as quais a inaptidão do Estado em efetivar suas políticas. A resultante prática no caso apresentado acima é a comunicação entre a crença da elite brasileira, adotada e difundida na percepção do senso comum e devidamente interpretada e convertido em recurso para sobrevivência do segmento diametralmente oposto às elites na sociedade.

“ Na verdade, a descoberta [crença recente na reforma agrária] não chega a surpreender se avançarmos um pouco mais na análise do discurso das elites. Quanto mais óbvios os problemas sociais nas áreas mais urbanizadas, mais aqueles que se sentem afetados por tais problemas apostam na volta dos migrantes pobres e miseráveis para o campo.”

(Elisa Reis. Percepções da Elite sobre pobreza e desigualdade – Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol 15 no. 42, 2000)

Por essas peculiaridades os usos da rua para as atividades de sobrevivência ou para moradia entre os pobres precisam ser lidos a partir dos desdobramentos dos recursos projetados em cena pela possibilidade de reconhecimento do sentido das causas da ida para as ruas. Os fatores radicados na origem pobre, no desemprego, na desunião familiar são tão importantes quanto as versões e imagens comunicadas entre pobres e não pobres na

manutenção das rotinas da população de rua. Fatores de fixação econômicos e simbólicos, além dos fatores causadores dos usos da rua dão o tom do que é a sociabilidade nas ruas e de como a pobreza interage com o espaço, conferindo seu significado.

Morar na rua é uma variante das possibilidades oferecidas pelo espaço. O que significa morar na rua como uma rotina é portanto, diferente e até independente do que causa a ida para a rua. Na pesquisa de campo não foi encontrada causalidade significativa entre os motivos de ida para a rua e as estratégias de sobrevivência. Mas a relação é explicativa entre tempo de experiência na rua e atividades principais exercidas. O tempo de “prática” amplia as possibilidades de ganho dos pobres no reconhecimento de uma atividade. Essa relativa segurança é o diferencial entre os fatores de expulsão da residência e os fatores atrativos que geram garantias com o tempo. Coerentemente, os dados mostram que nos diferentes perfis é comum que os que moram na rua já a utilizassem antes da saída definitiva da residência para exercer alguma atividade para seu sustento ou complementação de recursos por doação ou esmola. Isso sugere que o processo de fixação do pobre à rua como moradia permanente pode ser uma função da eficiência e do retorno propiciado pela fixação das ocupações exercidas na rua.

5.3 População de rua não desabrigada: a pobreza *na* Rua

Parece contraditório chamar segmentos da pobreza de população de rua abrigada. Entretanto, a variedade de expedientes utilizados pelos pobres para sobrevivência particulariza a experiência da população de rua do Rio de Janeiro permitindo que essa distinção faça sentido. Políticas sociais e mesmo leituras moralistas por parte da população pedem a diferenciação dos miseráveis. É comum na retórica dos agentes de políticas públicas a alegação das diferenças substantivas entre a pobreza de rua e a pobreza na rua. A primeira compreendida como crônica, a segunda como circunstancial. O que se trata é de princípios taxonômicos do pobre em vista das possibilidades de recuperação ou “retorno” a atividades socialmente mais aceitas. Este seria um desdobramento contemporâneo da

distinção tradicional entre pobres merecedores e pobres viciosos. A questão de fundo é sobre qual é o público elegível por algum critério de justiça, para receber os limitados recursos da sociedade em seu benefício.

Ações preventivas, assistenciais e ações coercitivas se ramificariam em decorrência dessa distinção entre quem já se deixou absorver pela rua e seus malefícios, e quem ainda não dissipou completamente os vínculos com a casa, a família e o trabalho socialmente reconhecido. A sugestão aqui é a de imprimir uma outra temporalidade ou um continuum, entre o conjunto das estratégias e recursos obtidos nas ruas e a fixação permanente como uma característica que difere um segmento importante da população de rua atual de perfis verificados no passado.

Em uma das raras pesquisas abrangentes, Stoffels (1977) descreveu aquilo que pode ser percebido como padrão tradicional de ruptura de vínculos domésticos e ingresso na situação de rua. Em condições atuais, a busca de dinheiro ou de bens é estratégia comum entre aqueles que não estão permanentemente nas ruas. A rede de catadores e biscateiros que prestam serviços nas ruas está disponível mesmo para os que não pernoitam nas ruas. O grau de necessidade material, aliada à fraqueza das redes de apoio, define o processo pelo qual a rua passa de complementar no atendimento às carências à condição de base fundamental de recursos.

5.4 Mobilidade espacial em vista das estratégias

A ilustração fornecida pelos dados estabelece padrões geográficos de ocupação do espaço urbano mais que descrições meramente quantitativas. O que se buscou destacar foi a mobilidade dos informantes à procura de recursos num período em que determinadas áreas da cidade são convertidas em dormitórios ou pontos de concentração, não raro para grupos de 20 ou mais indivíduos.

A noite representa um contexto específico na ecologia da pobreza urbana do Rio de Janeiro. O universo pesquisado apontava pequenos grupos ou indivíduos autônomos dispersos pelas ruas quando considerados ao longo do dia. À noite o quadro muda. Focalizando as informações vemos que a proteção em agrupamentos é a estratégia empregada. Logo, é de se esperar que um forte sentimento de grupo caracterize a população que, de dia, parece dispersa. Este fator deve ser levado em conta no que se refere à possibilidade da oferta pública de serviços de abrigo para famílias e grupos precisar dialogar com hábitos desenvolvidos pelas estratégias coletivas de sobrevivência. Isto é, famílias e indivíduos que dividem o mesmo espaço precisarão adquirir uma nova rotina em dormitórios individuais.

É possível que esta conversão encontre resistência por parte do público a ser cliente dos hotéis populares, uma proposta recentemente discutida no Rio de Janeiro e implementada em alguns pontos do centro da cidade.. Ou mesmo, que parte da demanda não seja atendida num primeiro momento por receio da população de rua em perder vínculos de proteção que os acampamentos de pernoite coletivo oferecem.

Áreas como o Aterro do Flamengo e o Ceasa são mais de que abrigo. Se destacam como locais de prostituição masculina, feminina e infantil, sobretudo na madrugada. Em comum têm o fato de serem pontos de transição, locais por onde a população que não vive das ruas pode freqüentar de passagem preservando o anonimato e sem necessidade de interagir profundamente com nenhum grande conjunto de interlocutores. As áreas expressas são ainda pontos em que a visibilidade é reduzida pela velocidade pela qual se transita. O Ceasa, um local que concentra armazéns e venda de hortifrutigranjeiros no subúrbio da cidade ,próximo à via que liga o Rio a São Paulo é outro ponto de ligação. Frequentado por caminhoneiros, transportadores e trabalhadores informais temporários é um local que recebe um público “não enraizado”. Estão ali para uso e passagem, como em um entreposto. E lá encontram uma população de rua que se protege e se favorece das características específicas do espaço.

A presença na rua também exerce atração como alternativa de acesso a serviços ou possibilidades de ganho em estratégias de sobrevivência de populações não

necessariamente sem teto, que comumente não são consideradas em estudos sobre o tema. De forma correlata, procurou-se identificar as rotinas espaço-temporais praticadas pelas populações de rua, em que pesam os perfis étnico, etário e familiar, origens, as diferentes demandas, as intensidades desiguais de carências e de acesso a recursos.

A análise da distribuição espacial dessa população na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro objetivou mapear os recursos ou rotinas que possam ser atrativos, que concentrem e que determinem a fixação e circulação da população de rua do Rio de Janeiro. Em síntese, a pesquisa objetivou identificar recursos, mensurar a ordem de grandeza de cada perfil da população de rua e distinguir carências desiguais.

Destacou-se a surpreendente fixação da população de rua aos locais de origem. São menos móveis pela cidade do que se imagina. Ainda que recursos possam ser conseguidos através de um roteiro que cobre vários bairros.

Os pontos de origem em que se trabalha e fixação para pernoite são relativamente próximos ou mesmo dentro do mesmo bairro. Consideradas as zonas a circulação é pequena. Para os que estão permanentemente nas ruas ou pernoitam a imobilidade entre as zonas da Região Metropolitana chega a mais de 80%. O fluxo da periferia para a capital é insignificante em relação à fixação que acontece nas áreas periféricas. Este fato desafia argumentos comuns na administração pública sobre a origem majoritariamente periférica, sazonal é móvel da pobreza de rua. Esta argumentação pressupõe que as áreas centrais da capital não “criam” o problema, mas são invadidas por ele. As conseqüências desta perspectiva, quando aplicada à administração da assistência é a configuração da população de rua como um segmento ainda mais invasivo, cujas origens têm raízes fora do espaço físico da cidade, tanto quanto do seu espaço simbólico.

Tabela 29:

Regiões de trabalho x Regiões de descanso ao longo do dia

Região onde dorme na rua												
		S.Gonçalo Alcântara	Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Centr o do Rio	Niterói	Caxias	SJ Meriti	Nilópolis	Nova Iguaçu	Tota l
Região em que tem ativida des	S.Gonçalo/ Alcântara	00				2						2
	Zona Norte		57	1	1	4		8	3			74
	Zona Oeste			22								23
	Zona Sul		9		62	7						78
	Centro do Rio		4		6	95	3					108
	Niterói	1				2	25					28
	Caxias		2					3				5
	SJ Meriti		6						1			7
	Nilópolis									7		8
	N.Iguaçu										9	9
	Total	1	78	23	70	110	28	12	4	7	9	342

O quadro acima mostra as regiões por onde os indivíduos circulam ao longo do dia e aquelas em que se fixam para dormir. É importante lembrar que não se dorme necessariamente à noite. Se considerarmos que o período de sono é a hora mais vulnerável do dia desta população, podemos supor que as áreas escolhidas são consideradas as mais seguras.

A proximidade das áreas freqüentadas em período de atividade demonstra um aspecto das estratégias de sobrevivência da população de rua que pode ser explicado pela necessidade de demarcar território pela presença física mesmo quando não estão em atividade. A

localização dos pertences próximos aos pontos por onde circulam e dormem é coerente com esta hipótese. De forma conexa, ampliar a área de atuação ao longo do dia dificulta a guarda destas áreas contra indivíduos ou grupos que pretendam concorrer com os recursos ali localizados. As condições de acesso transporte para viagens mais longas são reduzidas para esta população.

Aqueles que possuem referência domiciliar precisam conciliar os retornos eventuais às suas residências com a necessidade de guarda dos territórios onde se abrigam ou trabalham. Em linhas gerais, há territórios demarcados para além dos quais é considerado perigoso circular. Isto acontece por que fora do bairro há grupos rivais que repelem a concorrência pelos recursos. Há relação possível entre a fixação territorial, como em bairros ou em zonas, e o nível de cooperação possível entre os grupos em que os indivíduos se inserem na rua.

Durante o trabalho de campo observamos que os grupos se mantinham em um perímetro restrito. Isto se verificou em diferentes horários com poucas variações.

5.5 Estratégias e Subgrupos da Rua

O objetivo nesta seção é apontar os fatores que possuem associações relevantes e que estruturam as comunicações comuns a todos os grupos de rua de forma a destacar variações em sua utilização.

É relativamente raro que um morador de rua de longa data viva permanentemente isolado. Mesmo quando há doença mental ou quando o adolescente sai do grupo devido à proximidade da idade penal, contatos regulares são rotineiros. Isto ocorre por que mesmo que o indivíduo não aponte um companheiro de estratégia de sobrevivência ou alguém que compartilhe os mesmos espaços de pernoite, há interações diárias entre aqueles que atuam na mesma área, quer se identifiquem como grupo, quer se reconheçam como “vizinhos”. As estratégias mostram que há uma necessidade constante de reafirmar o direito legítimo

sobre uma área e seus recursos. De fato, a maioria dos conflitos apontados entre populações de rua como violentos dizem respeito a disputas pelos recursos de uma área.

Os laços entre a população de rua, mesmo envoltos em desconfiança, precisam ser reatados a todo o momento. Este é um fenômeno correlato à preocupação recorrente com a segurança ou com a violência praticada por outros indivíduos que estão nas ruas²⁶. Confrontadas as respostas, aqueles que se preocupam com trabalho para obtenção de ganhos e segurança, tendem a dar descrições mais detalhadas sobre quais as características de quem deve ser companheiro na rua.

Essa rotina de contatos envolve comunicações que podem ser superficiais, como a simples tolerância à aproximação de um novo indivíduo sob a mesma marquise ou do mesmo lado da rua. Ou mais sofisticadas, como a negociação para pertencer a um mesmo grupo de recebedores de alimento regularmente distribuídos numa série de pontos da cidade por organizações religiosas, ONGs e filantropos individuais.

Os contatos variam em sua forma e tempo de negociação em vista dos recursos a serem partilhados ou perigos a serem evitados. A simples vizinhança em um ponto que ofereça oportunidade de abrigo ou esmola pode ser negociado. O tempo de negociação não segue nenhum padrão significativamente recorrente, mas é notório o destaque que a população de rua dá a características pessoais ou morais que podem ser agrupadas nas categorias capacidade de “saber se portar” e capacidade de “conversar”. A primeira faculdade diz respeito ao potencial agregador dos valores apontados, à disposição subjetiva de agir de forma sociável e cooperativa. A segunda se refere à capacidade de comunicar tal sociabilidade, bem como deixar visíveis outras capacidades interessantes ao grupo. São essas as duas condições primordiais apontadas como características de alguém com quem se pode contar ou conviver na rua.

²⁶ A insegurança é citada na pesquisa de campo como o primeiro mais importante problema de estar na rua por 25,3% das 447 respostas válidas de moradores permanentes ou que permanecem longos períodos nas ruas. O roubo por outros moradores de rua supera a violência policial como preocupação dos respondentes. Se consideradas as frequências como segundo e terceiro maior problema observa-se que 40% da população respondente, independente da ordem de importância do tema, cita a insegurança como problema da vida na rua, superando as condições da fome e do frio.

É em torno dessas duas capacidades básicas que se orientam os contatos e as estratégias definidoras dos grupos entre os diferentes membros da população de rua. As condições como idade, sexo, ter ou não família na rua, ser ou não permanente na rua e ser ou não ex-trabalhador formal ganham sentido em torno das formas como tornam possível articular o “saber se portar” e o “conversar”. Mesmo que nem sempre sejam cooperativos entre si, os segmentos da população de rua decompõem a confiabilidade do potencial aliado em ingredientes socialmente mais importantes no meio onde recursos econômicos são escassos.

É claro que em áreas de maior concentração de recursos e de população de rua como a Zona Sul e o centro da cidade grupos rivalizam e se definem também por oposição. Nesses casos é comum que os grupos de rua se apropriem de designações externas às ruas, mas que lhes garantem respeito e temor frente a outros segmentos competidores. É o que acontece quando grupos de uma certa área se denominam replicando rivalidades entre facções do crime organizado. Exemplo disso é o que ocorre se as calçadas da Cidade Nova são disputadas como área de agrupamento e pernoite nos dias em que há distribuição de alimentos: os membros do grupo se encarregam de se apresentar como Comando Vermelho ou Terceiro Comando, dependendo da facção hegemônica na favela mais próxima ou da designação assumida por algum grupo rival. Essas são autot classificações de pertencimento a coletividades extra-rua porque não há qualquer evidência de atividade de tráfico exercido pela população de rua no Rio de Janeiro.

A droga que está na base da atividade do crime organizado é consumida pelos próprios grupos de rua. Ao contrário do que pode parecer, os traficantes de morros e favelas não mantêm relações freqüentes de cooperação com a população de rua. Os traficantes do Rio de Janeiro, por razões aparentemente mercadológicas, preferiram por vários anos manter distância da população de rua, ou, no máximo tê-los como clientes diferentes do que ocorre em São Paulo e outras capitais, onde traficantes estimulam que a população de rua compre e trafique o crack.

Esta droga é relativamente barata, com alto poder de causar dependência e rápida degeneração física do usuário, já era na época da pesquisa encontrada nos bairros do centro

e Zona Sul da capital do Rio de Janeiro. Ainda assim, a população de rua não se relaciona como agentes do tráfico como regra. Os grupos explicitamente criminosos organizados participam muito mais freqüentemente das causas da ida para as ruas que das estratégias de sobrevivência ali verificadas. De fato a presença de população de rua em áreas destinadas ao tráfico é um obstáculo à venda para clientes de camadas menos pobres e médias. Contemporaneamente há drogas baratas destinadas pelo tráfico à população jovem e mais pobre das comunidades e das ruas, como é o caso do crack.

As características que predisõem a população de rua são enviesadas pela localização dos respondentes, denotando que há uma clara relação entre os recursos disponíveis e o tipo de característica a ser comunicada entre os de rua e os de fora da rua. Exemplo disso é o que ocorre entre 21% dos 203 respondentes que vivem nas ruas da Zona Sul e que identificam a serventia da rua como oportunidade de conseguir trabalho.

Mesmo considerando que a pesquisa de 1999 foi feita no final do outono e início de inverno, quando a baixa temporada turística diminui o interesse pelos recursos das praias da Zona Sul, podemos observar que a característica de “ser trabalhador”, pela qual os informantes preferem ser identificados, é a principal tradução do “saber se portar”. Sendo uma área de especial visibilidade na mídia e exposição das políticas públicas, além de constante mobilização da população para o problema das pessoas vivendo nas ruas, a Zona Sul requer que as associações entre os que estão nas ruas em busca de atividade fixa os apresentem como pobres trabalhadores. Em outras palavras, é preciso parecer merecedor de freqüentar aquele espaço e mostrar que não se propõem a comportamentos invasivos ou anti-sociais.

A negociação dessa identidade vem se tornando cada vez mais importante à medida que políticas públicas têm investido na formalização da atividade de catador. Os critérios de ingresso de trabalhadores e localização física das cooperativas de catadores em diferentes bairros depende fortemente do convencimento de que a atividade possui certa dignidade oposta ao caráter incerto do mendigo não trabalhador. Trabalhadores de cata e reciclagem parece ser a identidade alternativa acalentada pelos que trabalham nas ruas à procura de

inserção formal. Ao se apresentarem e se unirem àqueles mais peritos em veicular a imagem de trabalhador, os que obtêm sustento das ruas esperam cativar tolerância à sua presença tornada útil e não mais piedade.

No exemplo dos trabalhadores em reciclagem mesclam-se os fatores dignidade e solidariedade como decorrência dos esforços comunicativos da população de rua. Dignidade porque podem concretamente manipular identidades e, a partir deste ponto, ações concretas no sentido de passarem de imorais inúteis e invasivos a trabalhadores pobres que exercem um serviço de utilidade pública de alta relevância social e econômica. Muda a forma com que a população de rua toca as vidas das demais classes em consequência de um padrão de associação criteriosamente elaborado para além da segurança física do grupo.

Em condições de recursos escassos a manipulação de recursos simbólicos é ao mesmo tempo valorizada, necessária e a todo tempo cobrada nos contatos mais superficiais. Vejamos algumas características das estruturas mais comuns de agrupamento nas ruas segundo os dados obtidos por entrevistas e pela recorrência das características dos que se abrigam juntos.

5.5.1 Extremos de idade: População de meninos de rua e de idosos

A eleição de características dos potenciais parceiros de grupo é mediada pela eleição do que descreve inimigos ou rivais. Características que ofereçam maior dificuldade de comunicação junto a um grupo diverso tendem a gerar grupos reconhecidos por supostos comportamentos indesejáveis. A população de rua também nutre preconceitos internos. É o que ocorre, por exemplo, quando o subgrupo dos idosos identifica os meninos de rua, seus mais freqüentes rivais, como maior dificuldade de se viver nas ruas. Esses idosos se referem aos mais jovens utilizando-se de descrições muito semelhantes ou coincidentes àquelas com que os velhos abrigados de classes sociais diversas se referem aos mesmos meninos. São chamados “pivetes”, “marginais”, “bandidinhos” e são apontados como

ladrões que não demonstram respeito e por isso não merecem qualquer consideração. Além de roubarem dos mais velhos afastam possíveis doadores e fazem com que uma esquina onde se pode despertar piedade seja objeto de antipatia de moradores e transeuntes. Por outro lado, mesmo sem o mesmo grau de temor, os meninos de rua apontam os idosos por vezes como indesejáveis por que seriam “cagüetes” e “dedos-duros”.

O tipo de recurso ao alcance da população de rua com mais de 60 anos requer que o seu contato seja mais intenso com os que cedem esmola. Isto é, a cooperação entre os mais idosos se dá entre os que exploram a mesma caridade e têm traços reconhecíveis comuns, como a doença real ou representada, a fragilidade e a docilidade. A comunicação mais importante para obter o sustento vai do pobre para o não-pobre, despertando afetos comuns e valores de piedade. A aceitação do idoso, bem como do deficiente entre outros grupos de adultos de rua envolve um elemento de barganha do que importa para a segurança mútua. Foi percebido que quando deficientes e idosos participam de um grupo fixo, sua adoção e defesa pelos demais é paga com a imagem inofensiva que ele possa transferir ao restante de seus companheiros. Isso afasta a antipatia do público no entorno e pode fazer com que um lugar onde se obtenha sustento, mesmo que nem sempre de forma pacífica, possa ser explorado como local de abrigo ao longo do dia. É o que ocorre em áreas como o Largo do Machado e as proximidades de igrejas em geral, onde uma “vocalização pacífica” do espaço pode ser comunicada e reconhecida pela presença de pedintes com debilidade física.

A manipulação da piedade ordena os ciclos de pertencimento dos meninos de rua ao longo do tempo. A solidariedade entre os jovens envolve mais que a divisão de funções para obter dinheiro ou comida. As estratégias e formas de vida dos meninos, conhecida em seu conjunto como “viração”, envolvem até mesmo o fenômeno da “adoção” de meninos mais jovens por meninas mais velhas, suas “mães de rua”. Há entre eles traços genuínos de afetividade e mútuo reconhecimento como se na tentativa de recompor a família na rua, os valores convencionais de autoridade paterna, honorabilidade da mulher e proteção dos mais jovens. É como se estes valores fossem ironicamente celebrados pelos que vieram para as ruas em função das dificuldades de vigência desses valores nas famílias pobres. Assim, jovens mulheres vivendo nas ruas obtêm mais que aliados mais jovens para conseguir

sustento; conseguem honorabilidade e status de liderança. Mas nenhum fator de agregação, mesmo entre jovens que mal iniciaram o processo de socialização, se desvincula dos valores que se espera serem sensibilizadores fora das ruas.

“A viração é um tipo de conduta que se retro-alimenta dinamicamente em relação às definições sobre meninos de rua, as composições de perfil e os vários e, muitas vezes desconhecidos tratamentos com que a sociedade (e nesse caso considerando atores institucionais diversos, assim como a opinião pública de um modo geral) lida com eles. Por que são experiências marcadas por essa dialogia, é necessário escrutinar e descobrir as representações que sobre eles foram e são constantemente elaboradas e difundidas. “

(Gregori, 1997: 21)

A estrutura dos grupos e meninos mais jovens se assemelha àquela adotada pelos adultos mais velhos. É por vezes o desamparo, ou a disposição ao trabalho que buscam aproximar a solidariedade do público. Jovens têm menos experiência, o que não significa que não percebam cedo ou tarde a necessidade de negociar sua presença em vista de expectativas de dentro e de fora da vida nas ruas.

Com o avanço da idade, a mendicância chorosa da primeira infância cede lugar ao roubo em pequenos grupos ou tendo a cobertura de um parceiro. Em ao menos uma estratégia a evocação da piedade aos mais jovens entre os jovens serve de fator de aproximação para ganhos por roubo. Entre os meninos das proximidades do Flamengo e da Praça Saenz Peña há um artifício que envolve a abordagem de um transeunte, em geral mulher ou idoso por um membro mais jovem e frágil do grupo. Este pede esmola no valor de uma moeda de um centavo. Aquele que é abordado ao aceitar dar esmola leva a mão ao bolso onde está o dinheiro ou traz a bolsa ou carteira para frente do corpo, indicando onde está o que merece ser roubado. Neste momento, um menino mais velho passa correndo entre o doador e o pedinte e leva a bolsa ou ataca o bolso por trás, criando a confusão e a surpresa que permitem a fuga.

Dentro de cada grupo de meninos que chegue cedo e passe anos nas ruas um ponto crítico é experimentado: a passagem de comunicador de piedade para a de comunicador de medo e evitação. Em torno dos doze anos de idade, os jovens do sexo masculino tendem a se organizar em grupos mais numerosos em 37 dos 71 dos bairros pesquisados. O novo perfil

de associação parece responder ao problema que vão enfrentando pela dificuldade em compadecer quem lhes dê esmolas. Se uma deficiência física explícita não prorroga o tempo por que esse sentimento pode ser cativado, o adolescente logo passa a ser enquadrado em um conjunto de comportamentos violentos generalizados para os meninos mais ameaçadores. As chances de solidariedade externa ao grupo diminuem significativamente. Passam também a ser tratados como pobres não merecedores, já que o vigor físico em tese lhes disponibilizaria para ganhar o sustento de outra forma que não a caridade pública. A pesquisa não encontrou dados sobre o impacto psíquico dessa mobilidade de status sobre os meninos de rua. O fato é que os grupos ficam mais numerosos. E, e em um grupo onde haja alguns meninos adolescentes e outros na primeira infância, as estratégias de sustento dos adolescentes prevalece e submete os mais jovens como parceiros em expedientes de roubo e furto. Naquelas áreas onde os grupos são mais jovens de idade homogênea ou onde não há competição direta de um grupo rival a violência é um recurso secundário na obtenção de dinheiro. O roubo e o furto são apontados entre outras formas de ganho e mais raramente como atividade principal.

Mesmo com toda a dificuldade de superar os estigmas que os vinculam ao comportamento necessariamente criminoso, não é incomum que meninos adolescentes com longa permanência na rua resistam fortemente ao roubo como expediente de sobrevivência. Na Central do Brasil, por exemplo, meninos entre doze e catorze anos se esforçam para contatar transeuntes que costumam ser abordados por grupos que roubam. São engraxates ou meramente pedintes que procuram se destacar dos demais pela tentativa de demonstrar esforço próprio ou vontade de trabalhar, ou ainda a emergência de saciar a fome para poder fazer tudo isso.

Mais uma vez o “saber se portar” é acionado. Só que o “saber conversar” está posicionando o comportamento em direção à interpretação que o menino acredita orientar aquele que passa e se compadecer. Além disso, em áreas de grande fluxo como rodoviárias e estações de barcas, a população de rua divide sua rotina com camelôs e demais trabalhadores informais bastante pobres. Entre os meninos parece ser importante cativar a solidariedade desses personagens que lhes dão comida ou lanche em troca de tranquilidade para seu

comércio ou por formarem algum nível de companheirismo com os meninos. Esta pode ser uma explicação para o fato de que jovens e mesmo adultos que se fixam em terminais rodoviários e afins, comprem menos. Isto é, usam muito pouco o dinheiro para obter comida ou roupas: Essas necessidades são atendidas por doação.

Muito se considerou acerca das complexas dinâmicas que envolvem o cotidiano de jovens pobres vivendo nas ruas. Realidade esta que é cada vez mais evidente desde a década de oitenta. Entretanto a visibilidade dos meninos de rua no meio acadêmico ainda não atingiu a esfera pública como deveria, não obstante haja esforços verdadeiramente militantes envolvendo pesquisadores e organizações de defesa de direitos humanos.

A visibilidade social dos jovens é especialmente marcada pela reapresentação periódica de interpretações anacrônicas sobre o valor moral do trabalho e da índole da família. Estas interpretações preconceituosas passam da coleção de medos das classes superiores para o plano da ação policial que de alguma forma culpabiliza o pobre de rua por sua condição. É como se, de alguma forma, justamente os mais jovens fossem os mais difíceis de se incorporar à sociedade protegida. Uma barreira à incorporação é mobilização defensiva da população quanto à sua periculosidade. Não é sem razão que os mais jovens encontrem mais dificuldades em formar grupos que possam ser integrados e comunicativos. Seu principal inimigo nas ruas é o próprio estereótipo da violência. Para os jovens, o saber se portar e o saber se comunicar são dificultados e sua interpretação é enviesada pelo medo até em relação aos que dividem as ruas com eles.

A população de rua com menos de dezoito anos de idade pode ser segmentada segundo a frequência e natureza dos contatos com a família. Impelizeri (1995) apresentou uma distinção entre os jovens que estão em contato permanente com suas famílias, estejam elas nas ruas ou não; aqueles que têm contato esporádico com uma família abrigada fora da rua e aqueles que se desvincularam definitivamente da família. A cada segmento um conjunto de vulnerabilidades e atividades se apresenta.

Os meninos de rua com menor contato familiar são mais frequentemente envolvidos em atividades criminosas. Mas entre aqueles que têm família nas ruas ou que têm contato com familiares fora das ruas a atividade que desenvolvem assume caráter complementar ou alternativo no provimento dos ganhos da família. Confrontado com o que a pesquisa de campo em 1999 apontou, vemos que 73,5% (83 casos dos 113 que foram perguntados) dos meninos de rua têm algum contato com membros da família fora da rua ou na rua em outro ponto da cidade. São 4,45 (5 casos) os que têm contato com famílias permanentemente próximas deles nas ruas, igual proporção não respondeu e só 17,5% (20 casos) não mantém qualquer contato com familiares.

O importante é que mesmo aqueles que têm contato com algum membro da família não são completamente autônomos no desfrute dos recursos que acessam. Ou seja, suas estratégias se articulam com estratégias de famílias pobres para seu sustento. Até os meninos sem vínculo familiar ou “autônomos” segundo a descrição de Impelizzieri são agentes inseridos em estratégias coletivas de seu grupo.

Entre os meninos que apontam como causa de sua ida para as ruas os problemas familiares, observamos que 25 casos ou 26,9% dos que responderam à questão mantêm ainda assim contatos com a família. Podemos supor que os motivos que elegeram as ruas como alternativa nem sempre decorrem da ruptura familiar ou de sua impossibilidade moral de socializar os mais jovens. O fato é que famílias pobres têm menor possibilidade de enfrentar, além da carência material, problemas de relacionamento que possivelmente seriam contornados em condições de menor vulnerabilidade econômica.

Para as famílias pobres é preciso lançar mão da ajuda dos mais jovens para conseguir sustento e complementar os recursos. Mesmo quando este não é um intento planejado, são poucos as opções que pais e mães pobres podem oferecer aos filhos que decidirem ativamente se autonomizar ou buscar sustento ao menos para si. É assim que, como mostra a pesquisa de campo, os que vão às ruas para ajudar a família são uma parcela importante dos que seguem tendo contato com familiares.

Mesmo reconhecendo que há uma proporção significativa dos que foram entrevistados e não responderam a questão sobre os motivos de ida para a rua, um contraste com as mesmas variáveis aplicadas aos adultos de rua mostra a importância dos mais jovens na complementação das estratégias familiares.

Entre os adultos, os contatos com a família são também numerosos, não obstante problemas familiares sejam uma importante forma de expulsão para as ruas. A família pode ser contatada ou mesmo viver na rua como um grupo, mas há poucas garantias de que funcione como um núcleo solidário de proteção e provimento. A família consanguínea não oferece vantagem garantida. Conciliar contatos familiares esporádicos com outros contatos na rua parece ser o padrão daqueles que vivem de recursos sem ajuda efetiva da família.

Se a família pouco garante, outros vínculos precisam ser chamados à cena para a formação dos grupos e suas estratégias. O fundamental neste aspecto é a capacidade de potencializar o efeito comunicativo da imagem de trabalhador. Isto é especialmente significativo quando observamos que entre os que estão na rua e conseguem ganhos inferiores a participação em grupos é menos freqüente. Embora a freqüência a uma coletividade não cresça proporcionalmente aos ganhos em dinheiro, entre os que recebem menos de R\$ 5,00 diários há uma associação significativa entre isolamento e poucos ganhos.

Há atividades em que a imagem de trabalhador, como vimos, facilita a permanência em áreas onde normalmente a população de rua não é bem-vinda. A dispersão dos grupos de atividades por reconhecimento público desses grupos fez com que a cata de latas de alumínio se tornasse uma espécie de ocupação emergente. Relativamente abundantes, as latas envolvem indivíduos e grupos, e os que praticam a atividade se distribuem em diferentes faixas de ganho.

O significativo é que, novamente os que apresentam a cata como trabalho fixo e não como ocupação transitória e os que se articulam em grupos de catadores são os que mais conseguem ganho. Os que prestam serviço também são numerosos e obtêm ganhos nas maiores faixas de obtenção de dinheiro por dia. Mas este é um caso interessante em que os

contatos dos vendedores e “prestadores” de serviços nas ruas se associam a outros segmentos pobres como camelôs e informais. Levam recados, vigiam a aproximação da repressão policial, lavam carros ou guardam vagas de estacionamento em vias públicas, receptam e passam adiante objetos roubados. A formação de grupos é nestes casos mais heterogênea.

A divisão do trabalho envolve o contato entre desiguais. A facilidade de comunicação é lida como desembaraço e a confiança na descrição é ainda mais importante. Os prestadores de serviço são um grupo mais diversificado também. Incorporam adultos, jovens, mulheres e idosos sem significativo destaque proporcional a um ou outro perfil. Uma atividade análoga é a que se designa por biscate fora da rua. Biscates são, neste caso, atividades em construções ou ocupações esporádicas sem continuidade. Seus agentes são, sobretudo homens adultos que agem individualmente.

Considerações finais : A nova exclusão de sempre

A pesquisa sobre população de rua do Rio de Janeiro buscou evidenciar perfis e criar uma base pela qual a leitura teórica sobre exclusão, trabalho e condições de classe pudesse dialogar com referências empíricas sobre a pobreza em condições extremas.

Neste ponto é importante debater as conexões com o debate teórico acerca de classes e exclusão. Parte do que vimos nas ruas ganha sentido a partir dos argumentos sobre a necessidade de atualização de um conceito de classe para a atualidade. Mas há também aspectos negligenciados pelo próprio caráter abstrato e generalizante do embate entre modelos de análise. A seguir apontamos os itens em que o debate da teoria de classes toca a realidade das ruas e aqueles em que a observação empírica pode relativizar as generalizações que ligam trabalho, exclusão e classe, temas apresentados no capítulo 4; bem como as repetições de princípios e abordagens da teoria da marginalidade tratada no capítulo 2.

No debate envolvendo teoria de classes, o tema mais proximamente ligado ao da população de rua é a dinâmica que envolve a formação das *underclasses*. Penso que neste tema estão tratados os limites da coesão social orientados pelo trabalho. O problema sociológico diz respeito à crescente instabilidade que resulta da transformação dos mecanismos de incorporação. A possibilidade de ter um lugar na sociedade inclusiva é tornada uma tarefa difícil e de resultados incertos, notadamente pela instabilidade característica do trabalho formal protegido, da família nuclear solidária, da possibilidade de ação política e da presença do Estado.

É verdade que o sentido do trabalho se revela menos acessível para os mais carentes e mais vulneráveis na corrida por credenciais. Mas, no contexto brasileiro, a rotina da desigualdade definiu uma relação entre as classes diversas daquela que sente as instabilidades citadas acima:

1) O estado de Bem Estar Social nunca vigorou de forma comparável ao Well Fare dos países capitalistas avançados. Os trabalhadores tiveram de conviver com a desproteção e

com a incerteza. A vulnerabilidade participa dos projetos de famílias pobres e é negligenciada pela ação do Estado no capitalismo periférico brasileiro.

2) A família pobre teve de assumir a condição de rede fundamental de garantias e desenvolveu estratégias precárias que fizeram da informalidade uma marca da nossa sociedade. A informalidade ajudou a amortecer conflitos e a desenhar uma classe trabalhadora ora descrita como pólo marginal, reflexo da economia marginal, ora como massa excedente sem funcionalidade para o mundo do trabalho (Nun Apud Kowarick, 1977). Em outras palavras, a brusca ruptura percebida pelos autores envolvidos na polêmica sobre o declínio ou vigência da classe não foi tão repentina no Brasil. Não é uma questão de tempo cronológico, mas de conformação à negligência a que o trabalhador foi relegado.

A constituição de alguma consciência neste cenário não favorece que seja uma consciência de classe, no sentido de uma definição de identidade baseada na percepção da “sina coletiva” da exploração salarial. São as redes informais, ao lado da família, que oferecem proteção aos marginalizados. Os vínculos de classe envolvem um segmento de pobres trabalhadores que historicamente coexistiu com os inúteis para o trabalho no Brasil, bem antes da derrocada do Estado de Bem Estar.

3) No Brasil, as underclasses, em que se pode localizar a pobreza de rua, gerou relativamente pouca percepção no que se refere à agenda pública. Este é um ponto importante que qualifica o problema da miséria como problema social no Brasil. A pobreza extrema dos não empregáveis não chega a ser pauta de um projeto de sociedade inclusiva. Se é que este projeto existiu em alguma sociedade, ele ainda parece menos provável em uma sociedade que criou formas de convívio com grandes desigualdades.

A população de rua, como a underclass, tende a ser tangível como sobredeterminada pela estrutura de dominação do capitalismo tardio no Brasil. É um ponto importante em que a dimensão de poder, resgatada pela teoria de classes, pode qualificar o processo de exclusão no Brasil.

4) Em comum com a underclass, a população de rua sofre com a possibilidade de que no debate público haja redução do problema ao plano da inadequação inata ao mercado e ao plano da incapacidade psicológica de introjeção da disciplina do trabalhador. Isto faz com que os pobres de rua sejam vistos antes de tudo como ameaça à ordem e como criminosos. O imperativo da ordem pública não é a inclusão. Em vez disso a relação que negligencia a pobreza como elegível para o acesso a direitos favorece e naturaliza a sua exclusão.

5) A cultura da dependência, que foi objeto de críticas ao Estado de Bem Estar está, no Brasil, enraizada em outras dinâmicas. A ligação aqui é com o populismo instituído.

6) O trabalho do pobre nas ruas é característico de sua dimensão civil precária. Em outras palavras, a expulsão do emprego é contundente e danosa. Mas a regularidade do trabalho não é necessariamente projeto entre os mais pobres brasileiros. Seu cotidiano é o da fluidez. Termos usados pela população de rua como “viração” traduzem o que é a rotina dos excluídos em seu cotidiano de informalidade: virar-se é a regra. Para cumpri-la, a estratégia é diversificar contatos. Tal plano de ação é imperativo. A pulverização de contatos na formação de novas redes de apoio acontece mesmo que o processo se caracterize pela substituição de laços de proteção estreitos e duradouros, como emprego formal protegido, família nuclear e pertencimento à coletividade de classe por vínculos circunstanciais mais frouxos como trocas de favores, serviços informais, conhecimento e negociações pessoais circunstanciais.

Vínculos inclusivos estáveis e formalizados cedem vez a laços informais, temporários como as ocupações em biscates. O que a população de rua nos mostra é que as estratégias de êxito envolvem tentativas de recriação de rotinas e de eventuais laços solidários imediatamente impossíveis fora da rotina das ruas. Procuram as ruas em busca de recursos materiais e vínculos sociais que nem o Estado nem a classe anunciam possíveis.

A exclusão tem sido apresentada como uma grande torrente desumanizadora. Esse processo parte da desvinculação do trabalho e assume diferentes dimensões negativas. Mas argumentos diversos sobre exclusão retomam o dualismo tão criticado pela teoria social

brasileira que abordamos no segundo capítulo. Inclusive e fundamentalmente, aquela que se desenvolveu na esteira dos estudos da teoria da marginalidade. A ruptura do trabalho gera a ruptura com as possibilidades de desenvolver vínculos com outros segmentos sociais, de adquirir direitos e de ter suas perspectivas entendidas fora de alguma reedição da distinção entre pobres merecedores versus não merecedores.

Entre as populações de rua seria de esperar que os indivíduos sofressem de uma forma generalizada de enfraquecimento dos vínculos sócio familiares e de desqualificação social. Não está claro como e se esses processos são mais intensos agora do eram quando foram chamados de marginalização. A noção de exclusão supõe que um modo de organização da vida coletiva ruiu e expulsou parte do núcleo funcional de sua reprodução social e econômica.

A visita às ruas do Rio de Janeiro sugere que tamanha apartação não se deu da mesma forma para todos. Nem no nível do sistema que gera inclusão e exclusão sob a mesma lógica com que gerou marginalidade e integração. Não se trata ainda de discutir sobre se é perceptível alguma funcionalidade dos pobres das ruas para o sistema econômico e social vigente. Economicamente eles são. Isso se dá de forma análoga à que fez da informalidade uma faceta constitutiva de nossa sociedade. Ainda permitem que estratégias precárias reproduzam uma possível força de trabalho. A importância da cata de material reciclável vincula a população de rua aos setores dinâmicos da economia formal e é pauta emergente de preocupações sociais como a viabilidade da gestão de recursos recicláveis. Seu significado extrapola a mais valia que podem proporcionar.

A miséria, ainda que como individualismo negativo, oferece um referencial moral: o mendigo é a condição para a qual nem o trabalhador de rua deve decair. A base prescritiva deste referencial ainda preside muito do que qualifica a ética dos incluídos.

Como observou a tradição antidualista da sociologia da marginalidade, é preciso perceber a multiplicidade dos processos que geram e reforçam distâncias sociais. A identificação do que caracteriza o fenômeno das ruas não será alcançada pela reapresentação automática das

mesmas premissas que deram origem à teoria da marginalidade. A razão de uma teoria da diferença pelo conceito de exclusão é a mesma da teoria da marginalidade.

A experiência dos trabalhadores mendigos e sua economia da miséria nos obrigam a perceber que onde os laços de pertencimento social parecem mais tênues é onde pode haver ainda grande potencial de geração de comunicação. A sociedade aprendeu ao longo do tempo a conviver com os miseráveis loucos e bêbados. A mesma sociedade vai ter de aprender a conviver com os miseráveis trabalhadores. Sua existência proclama o risco e a injustiça disponível em algum grau para toda a sociedade abrangente.

Finalmente, é preciso observar que a validade do debate vai além do aspecto descritivo e analítico. Não se pode repetir a fé dos vitorianos Booth e Mayhew, ou dos positivistas brasileiros que acreditaram que o problema da pobreza poderia ser gerido e presidido por uma forma de “engenharia social”, voltada para a realização do progresso pela restituição de ordem funcional. O que a ciência social hoje faz da idéia de exclusão tem fundamentos éticos e políticos. O enquadramento que se pretende ao se relacionar a exclusão como um processo característico da modernidade não pode negligenciar a dimensão da exclusão como evidência crítica do conflito. O tema da exclusão é crítico porque proclama a necessidade de uma ordem justa e ética.

A população de rua não espera o emprego protegido que nunca foi garantido. Flexibiliza-se como todo trabalhador qualificado ou não. Por isso, a proximidade entre os “de dentro” e os “de fora” parece ser mais importante que a reprodução do individualismo negativo das explicações sobre perda de vínculos sem que os agentes sistêmicos de exclusão sejam inteiramente nomeados. O que esta pesquisa sustenta é que há mais proximidade entre os extremos que em qualquer momento das manifestações da pobreza no Brasil. Ter em vista a dimensão ética dessa comunidade de riscos talvez permita superar o perigo do degrado.

A pobreza é móvel e dinâmica, é o que mostram os perfis e subgrupos que se caracterizam pela ocupação nas ruas. A comparação entre os resultados da pesquisa e levantamentos anteriores de pesquisadores e poder público mostram três lentes diversas, três planos de

(in)visibilidade das redes sociais na rua: Stoffels (1977), Martins (1993), Escorel(1999); Fundação Leão XIII(1983, 1989, 1998). O que afeta a percepção da pobreza desigual nas ruas do Rio de Janeiro é a heterogeneidade com que é nomeada. Frequentemente esses nomes não têm respaldo empírico e obscurecem a novidade representada pela economia da miséria.

Merece estaque a insustentável defesa do argumento da homogeneidade definidora da população de rua. A mobilidade é a chave interpretativa na tarefa de distinguir a pobreza abrigada da que se move sem concentração definida como tipicamente ocorreu com as favelas.

A vida nas ruas está sujeita à transitoriedade dos usos que determinados grupos fazem dela . Estes usos participam de uma especialização de estratégias e formação de identidades que é afetada pela origem e recursos anteriores dos indivíduos. O caráter móvel, mesmo em um âmbito restrito como o bairro ou vizinhança, é compreendido também como movimentação e formação de territórios pelos usos ao longo do dia. A condição específica da mobilidade e heterogeneidade da população de rua é oportuna para o debate com a teoria de Escorel, segundo a qual a desvinculação sócio familiar seria o eixo definidor e comum a cada agrupamento de mendicantes, maloqueiros ou biscateiros de rua. Laços familiares são chamados às redes que se formam nas ruas, alguns dos quais como casamentos, “adoções” e obrigações de provimento são definidos entre os que se conhecem na rua e estabelecem regras de convívio e tarefas econômicas e morais. Uma das idéias bases da tese de Escorel é o argumento de Da Mata, segundo o qual a subversão do espaço da casa pela rua ou do privado pelo público, faria com que o uso do espaço definisse o ocupante. Como vimos, a pesquisa parece confirmar esta perspectiva no caso do Rio de Janeiro.

Regras de incorporação e formação de redes de apoio reproduzem ou criam versões dos laços inclusivos fora das ruas. O capital social anterior à ida para as ruas continua sendo acionado e gerando referências para comunicação entre segmentos pobres ou não. Mais que conhecedores e personagens ativos, os que vivem nas ruas são peritos na composição e

negociação das regras que participam da ecologia de seu meio. Sendo frouxos e transitórios os laços, a frequência e variedade das negociações são mais intensas.

Aqui se aplica a hipótese de que um número limitado de laços sociais fortes e permanentes é substituído por uma grande variedade de vínculos superficiais e transitórios. E que esta substituição normativa tem sua eficácia para além das estratégias de subsistência material. Ela atualiza as relações de forma dinâmica e obriga a comunicação entre indivíduos peritos. Além dos padrões subjetivos de estratificação a mobilidade novamente explica o tempo e a natureza das redes que se formam nas ruas e como elas mudam ao longo do tempo.

O debate sobre exclusão pode padecer de uma re-edição do que marcou a crença no mito do marginal. De fato esse mito parece ter sete vidas, como demonstra o debate atual sobre exclusão no Brasil.

O tema é fortemente influenciado pelo que deu plausibilidade ao mito da marginalidade nos anos 50 a 70. As referências para o debate são Perlman (1968), Zaluar (1982), Nascimento (1993), Castel (1998), Mingione (1998). A medida em que o excluído reedita o personagem do marginal é referido ao debate de Mingione sobre a pobreza nas sociedades industriais e a hipótese da desfiliação sustentada por Castel. Esses autores são a referência dos inúmeros esforços adaptativos do conceito de exclusão para a realidade brasileira. Tais esforços sugerem que o processo de exclusão fomentaria o que, na verdade, pode ser descrito como uma “inclusão marginal” de minorias políticas definidas pela fragmentação do mundo do trabalho.

A pergunta que fica é “Por que se acreditou no mito da marginalidade e a que públicos ele fala hoje”. Proponho a análise das atualizações do tipo ideal marginal de como as pesquisas sobre o significado da pobreza, como a de Zaluar (1994), abrem espaço para uma definição que parte do agente para a estrutura.

Além de uma nova roupagem para a leitura da pobreza que necessita do tipo ideal, a proposta desta pesquisa é que doravante se aborde a transição do espaço que contém o significado da pobreza urbana da favela para as ruas.

Há um paralelo entre a crença na favela como sobra do arcaico na cidade moderna com a crença na exclusão pela miséria como sobra do mundo do trabalho imaturamente desenvolvido no terceiro mundo. É como se o primitivo capitalismo periférico oferecesse uma sociedade de classes propensa a tornar-se uma sociedade de castas. A mudança da vocação da favela de espaço da pobreza para espaço da violência parece transferir para as ruas um cenário muito mais dramático para a pobreza que só se caracterizaria pela destituição e ruptura de vínculos.

As “prioridades sociais” e a própria “questão social” emergem desenhando a figura do pobre como uma composição entre as formas como instituições e o imaginário do Brasil tradicionalmente vêem a pobreza e personagens que habitam o debate sobre guetificação (Wacquant, 1995), etnicidade, homeless e exclusão nas sociedades pós-industriais.

O ponto de vista dos atores tomados por marginalizados ou excluídos e a subjetividade respondendo as macrotendências são abordadas à luz do debate proposto por Bourdieu (1997) e por Sennet (1999). O que estes autores apresentam é original no sentido que evidenciam que o processo de marginalização não se dá apenas no plano econômico. Aspectos subjetivos relativos à organização pessoal do tempo e a comunicação de experiências de uma geração para outra são dilemas generalizados mesmo entre camadas médias ou por aqueles que não chegaram a integrar nem mesmo o chamado exército industrial de reserva. A flexibilização e a “demissão do Estado” de que falam Sennet e Bourdieu revelam que há um golpe significativo nas instituições onde estavam representadas formas de solidariedade social importantes não apenas para a classe trabalhadora.

A quebra do monopólio normativo do mundo do trabalho é um fenômeno global mas que afeta cada segmento em suas fragilidades tão diversas quanto seus tênues laços de

pertencimento remanescentes. Pertencimento a quê e que laços vigoram são pontos chaves para a percepção do caráter da nova pobreza urbana. O que chama atenção no caso do Rio de Janeiro é o fato de que a pobreza de rua “tradicional” é apresentada a um fluxo recente de novos pobres impelidos pela impossibilidade de inserção no trabalho formal a que anteriormente estavam vinculados. Nestes casos, o “amortecedor social” representado pela economia informal perde poder de alocação social ou ao menos redimensiona a forma de obtenção de recursos para o espaço das ruas.

Tradicionalmente os trabalhadores formais teriam ainda uma estação na informalidade antes de desembarcarem no que seria o espaço da miséria urbana absoluta. As ruas são mais que fonte de recursos econômicos. Indivíduos e famílias estão certamente menos isolados da sociedade abrangente vivendo nas ruas que se estivessem vivendo nas favelas mais pobres. Isso explica porque a população de rua do rio de Janeiro não seja exclusivamente formada por sem-tetos. O teto freqüentemente existe, a referência domiciliar ou uma origem favelada também. Mas não são suficientes nem para sustento de indivíduos e famílias de baixa renda nem para alocar socialmente esses personagens. As carências são múltiplas. Mas a união entre uma população de rua composta pelo lumpem e que passa a conviver com pessoas em busca de ocupação e reconstrução de laços é historicamente relevante para o entendimento de como a pobreza desigual pode ser cooperativa ou segregadora.

A reconstrução de referenciais definidores das múltiplas carências e formas de intercâmbio expõe fronteiras subjetivas, as muitas formas por que a pobreza é desigual e as costuras da “cidade partida”.

As especificidades da ecologia das ruas tornadas visíveis pelo trabalho de campo podem ser interpretadas à luz das rotinas e trajetórias recorrentes de seus personagens. Os valores, medos e planos que comunicam referências não específicas da pobreza devem ser abordados como parte de uma gramática torna comunicantes o espaço urbano e suas camadas sociais mais do que os separa.

Pretendi aqui aproveitar um pouco do que descreve tipos e rotinas da população de rua. Esses valores e referências fugazes ou duradouros são as costuras dos segmentos desiguais. Participam das estratégias de fechamento e acesso, fomentam planos preventivos de mobilidade descendente. Procurei desenvolver uma problematização do “mendigo” como identidade, no sentido de Escorel. Em verdade o mendigo participa como referência de status indesejável muito mais que como identidade reivindicada. O que é lógico, uma vez que a imagem do mendigo é a daquele que não tem recursos para pôr em troca, garantias a oferecer, qualidades morais que assentem a sociabilidade. A vida nas ruas se caracteriza justamente pelo oposto: por uma constante oferta, criação ou reciclagem de recursos subjetivos constantemente negociados e atualizados cotidianamente.

A rua é fonte de recursos criativos. A exclusão dos que para ela migram acelera a formação de uma grande energia criativa que se reflete em vínculos que precisam ser atualizados diariamente e estratégias, cuja oportunidade e segurança precisam ser sempre reforçados a partir da constante avaliação reflexiva do seu ambiente.

No ambiente da incerteza, a reciclagem do que em algum momento foi útil e valioso aparece como metáfora que liga o meio de sobrevivência material ao meio de sobrevivência simbólica e social dos que vivem das ruas: é a reciclagem da vida no degredo a promover a recriação de rotinas, recriação de vínculos, remendos nas redes sociais puídas, invenção de pertencimentos a algo como uma comunidade que guarda a memória do trabalho e da classe.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Os Despossuídos: Crescimento e pobreza no país do Milagre. Rio e Janeiro , Zahar, 1985.

ABREU, Maurício. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IplanRio, 1989.

ANDERSON, Nels. Le Hobo. On Hobo and Homelessness. Chicago & London. The University of Chicago Press, (1928), 1998.

ALVITO, Marcos. As Cores de Acari. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

BECK, Ulrich. Um Nuevo Mundo Feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona, Paidós, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira passos: Um Haussmann Tropical. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1990.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BIVAR, Wasmália Socorro Barata. Aspectos da Estrutura do Desemprego: composição por sexo e duração. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, PUC, 1991.

BOURDIEU, Pierre (org). A Miséria do Mundo. Petrópolis, Vozes, 1997.

BOOTH, Charles. (1902) A portrait of the poor at the turn of the Century drawn from his life and labour of people in London. Harmondsworth, Penguin Books, 1971.

- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.
- CARDOSO, Irede et alii. "Metrópole: S. A. dos Excluídos" in: Espaço e Debates, São Paulo, n° 12, 1984. pp. 95-102.
- CARCHEDI, Guglielmo. "Class and Class Analysis" in The Debate on Classes. Cambridge, Blackwel, 1996. pp.105-125
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo. Paz e Terra. 1999.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1948, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COLLEMAN, James S. " Social Capital in the Creation of Human Capital" in: American Journal of Sociology. V. 94, Supplement, 1988,pp. 95-120.
- COLLINS, Randall. The Credential Society: An historical sociology of education and stratification. London. Academic Press, 1979.
- CROMPTON, Rosemary. *Class and Stratification*, Cambridge: Polity Press, 1993.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

_____. A Casa e a Rua, Rio de Janeiro Zahar, 1982.

EDER, Claus. The New Politics of Class – Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies. Sage Publications, Londres, 1997.

ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores – Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).

ESCOREL, Sarah. Vidas ao Léu- trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000.

_____. “Conceitualizando e Contextualizando a Exclusão Social”. Temas CODEPLAN. 2: 13-30, 1998.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, Difel, 1986.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX. Salvador, EDUFBA-Hucitec, 1996.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Perfil da População de Rua da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Mimeo. 1991.

_____. Perfil da População de Rua da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Mimeo. 1997

GERMANI, Gino. El concepto de marginalidad: significado, raíces históricas y cuestiones teóricas, con particular referencia a la marginalidad urbana. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.

GIDDENS, Anthony. Para Além da Esquerda e da Direita. São Paulo, Unesp, 1996.

- GREGORI, Maria Filomena. Meninos nas Ruas: A experiência da Viração. Tese de doutoramento. Programa de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.
- HAGENAARS, Aldi & DE VOS, Klaas. "The Definition and Measurement of Poverty" in The Journal of Human Resources- Education Manpower and Welfare Policies, vol. 23. no. 2, Madison, Universidade de Winsconsin, 1988.
- HIMMELFARB, Gertrude. Poverty and Compassion: the moral imagination of late victorians. New York, Alfred Knopf, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1995.
- HUACO, George A. "The Functionalist Theory of Stratification: Two Decades of Controversy" in TUMIN, Melvin M. Readings on Social Stratification, 1967.
- IBASE/MNMMR/NEV/USP. Vidas em Risco: Assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio- Econômicas), NEV/USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo), 1991.
- IMPELIZIERI, Flávia. Crianças de Rua e ONGs no Rio. Rio de Janeiro, IUPERJ/Amais, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- LEAL, Ana Christina Darwick Borges. No Olho da Rua: representações da ociosidade na consolidação de uma ética do trabalho. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

- LEWIS, Oscar. La Cultura de la Pobreza. Barcelona, Editorial Anagrama, 1972.
- LEVINSON, David. "Skid Row in Transition" in: Urban Antropology. V 3 (1), 1974.pp.79-93.
- LOPES, Juarez Brandão. A cultura política do mando: subserviência e nossas populações pobres. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. N. 25. ano 9, junho de 1994. pp. 38-41.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, Itatiaia. (1820)1975.
- MARTINS, Ana Lúcia Lucas. Livres Acampamentos da Miséria. Rio de Janeiro, ed. Obra Aberta, 1993.
- MAYHEW, Henry. (1861) London labour and London poor. Harmondsworth, Penguin Books, 1987.
- MOYNIHAN. D. P. The Negro Family: The case for national Action. Washington DC. Office of Policy Planning and research, US. Department of Labor. 1965.
- MINGIONE, Enzo. Urban Poverty and The Underclass. Cambridge, Blackwel, 1996.
- MURPHY, Raymond. Social Closure: The theory of monopolization and exclusion. Oxford, Clarendon Press. 1988.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Novos Personagens do Espaço Urbano – A Respeito dos Efeitos da Desigualdade Social no Brasil. Brasília: mimeo, 1995.

-
- "Projetos Nacionais e Exclusão Social" in Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IPEA, 1993. pp. 91-116.
- OFFE, Claus. O Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Jane Souto de & MARCIER, Maria Hortense. "A palavra é: favela" in: Um século de Favela. (Alba Zaluar e Marco Alvito – orgs). Rio de Janeiro. FVG. 2000.
- PAES DE BARROS, HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil pp. 21-48. in HENRIQUES, Ricardo (org.) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, 2002.
- PAES DE BARROS, & MENDONÇA, Rosane. Welfare, inequality, poverty and social conditions in Brasil over the last three decades: na overview. Ipea. 1992.
- PAKULSKI, Jan & WATERS, Malcolm. "Life After Class" in The Death of Class. London, Sage, 1996.
- PARKIN, Frank. "Social closure as exclusion" in: Marxism and class theory: a bougeois critique. London, Tavistok, 1979.
- PARK, Robert. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- PASTORE, José, ZYLBERSTAJN, Hélio & PAGOTTO, Carmem Silvia. Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970 - 1980: O que Ocorreu com a Família Brasileira. São Paulo, Editora Pioneira - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

- PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo. Edusp. 1979.
- PELIANO, Ana Maria. O mapa da fome: subsídios á formulação de uma política de segurança alimentar. IPEA, Documentos de Política, no. 14. março, 1993.
- PERLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade – Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977.
- PERO, Valéria. Tendências da mobilidade no Rio de Janeiro. Tese de doutorado em economia. UFRJ. 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Imperialismo y "marginalidad" en América Latina. Lima: Mosca Azul Editores, 1977; United Nations. Economic Commission for Latin América Bibliografía sobre marginalidad social, *Santiago de Chile, La Biblioteca*, 1973
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- REIS, Elisa P. Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 15. No. 42, fev. 2000. pp 143-152.
- RIZZINI, Irene. Filantropia e repressão: a dimensao social da infancia no projeto de construcao nacional do Brasil. Rio de Janeiro,Iuperj. Tese. 1997.
- ROCHA, Sônia. Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Mimeo, 1988.
- _____. Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil. IPEA/INPESD, mimeo, 1998.

----- . Tendência Evolutiva e Características da Pobreza no Rio de Janeiro. Texto para discussão no. 536, Rio De janeiro, IPEA, 1997.

ROSSI, Peter, WRIGHT, James D., FISHER, Gene A. & WILLIS, Georgianna. The Urban Homeless: Estimating Composition and Size. In Science, vol 235. march. 1987. pp. 1336- 1341.

SALES, Teresa. "Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 25, ano 9, junho de 1994. pp. 26-37.

SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DE SÃO PAULO. População de Rua: Quem é, como vive, como é vista. São Paulo, Hucitec, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório Perfil da população de rua. Mimeo.1986.

SENNET, Richard. A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, Record, 1998.

SILVA FILHO, Dario de Sousa e & RODRIGUES, José Augusto. Perfis e Mapeamento de Populações de Rua do Rio de Janeiro: Padrões de Sociabilidade e Funções Sócio-espaciais dos Usos da Rua. Relatório de Pesquisa. FAPERJ_UERJ/QUANTIDADOS. Novembro de 1999.

SILVA, Hélio R.S. & MILITO, Cláudia. Vozes do Meio Fio. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 1994.

SILVA, Nelson do Vale & HASENBALG, Carlos. Estrutura social, mobilidade e raça. Rio de Janeiro, IUPERJ. 1988.

SNOW, David & ANDERSON, Leon. Desafortunados- Um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis, Vozes, 1998.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. Os Mendigos na Cidade de São Paulo. São Paulo. Paz e Terra,1977.

TELLES, Vera da Silva. "A pobreza como Condição de Vida: Família, Trabalho e Direitos entre Classes Trabalhadoras Urbanas". São Paulo em Perspectiva, vol. 4, no. 2, abril/junho, pp. 37-45.

_____. A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família de trabalhadores urbanos em São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1992.

TOLOSA, Hamilton. "Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80" in VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) , A Questão Social no Brasil. São Paulo, Nobel, 1991.

TOWNSEND, Peter. The International Analysis of Poverty. New York/London Harvester Wheatsheaf 1992.

TUMIN, Melvin M. "Some Principles of Stratification: a Critical Analysis". In: American Sociological Review, Vol 18, pp. 387-94. 1953.

TURNER, B. Equality. London. Tavistock, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. Cem Anos Pensando a Pobreza(urbana) no Brasil. In BOSCHI, Renato R. (org.). Corporativismo e Desigualdade: A

construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ; Rio Fundo Ed. 1991.

VALLADARES, Licia do Prado; FREIRE-MEDEIROS, Bianca Estela. Olhares Sociológicos sobre o Brasil Urbano: o Projeto Urbandata-Brasil. Texto apresentado no Seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ago. 2001.

VALLADARES & PRETECEILLE. Edmond. A Desigualdade entre os Pobres – favela, favelas. pp. 459-486, in: HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

WACQUANT, Loïc J. D. “L’ ”Underclass” Urbaine dans l’imaginaire Social et Scientifique Americain”. Universidade da califórnia/Berkley, 1995.

WEBER, Max. (1922). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília, EdUnb. 1991.

WILSON, Willian Julius. The Truly Disadvantaged. The inner city, the underclass and the public policy. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.

WRIGHT, Erik Olin. Classes. London, Verso. 1985.

_____. Varieties of marxist conceptions of class structure. In GRUSKY, David B. Social Stratification in sociological perspective: Class, Race & Gender. Westview Press. Boulder, San Francisco, Oxford. 1994.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense 1994.

PNAD 1996 -IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>> set.1999. PNAD1999-IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/default.shtm>. fev 2007.

Anexo 1:
Questionário

QUESTIONÁRIO NO. 000001

data ___/___/99 Hora _____

ENTREVISTADOR _____

Bairro _____ Rua _____ Praça _____ Viaduto _____

Número total de pessoas no local _____

Observe e anote sem perguntar [diga quantos em caso de grupo]

1 - Sexo

() Homem _____ () Mulher _____

Características aparentes: **[diga quantos em caso de grupo]**

Em caso de trabalhadores sexuais:

() Travesti _____ () Prostituta: _____ () Michê _____

Características aparentes de Saúde:

1- com doença de pele

2- com doenças em geral

3- doente psiquiátrico

4- alcoolizado

5- drogado

6- grávida

8- AIDS (sarcomas aparentes)

9-OUTRAS _____

Pertences no local (panelas, roupas, formas de

abrigo): _____

5.1 [para os que disseram sim na anterior]

Onde o sr/ a sra mora? (diga o bairro)_____

() Não Respondeu

6.Onde dorme quando está na rua?

_____, _____, _____, _____

Respondeu

() Não

7. Que documentos o sr/sra tem?

() carteira de identidade () título eleitoral () certidão de nascimento

() certidão de casamento () cic/cpf () carteira de trabalho

() Não Respondeu

OUTROS_____

8 Quais documentos estão com o senhor/ a senhora?

_____, _____, _____, _____, _____,

() Não Respondeu

9.Há quanto tempo vive ou trabalha na rua ?_____

10. Qual a sua ocupação antes de vir para a rua?_____

11. [Perguntar só para os que já trabalharam] Tinha carteira assinada? ()sim () não

() NR

12. Em que trabalha hoje?_____ () NR

13. O sr tem estudo?

() Sim () Não () Não Respondeu

[Perguntar,só pra os que responderam sim na anterior]

13.1. Até que série estudou? _____ () Não Respondeu

14. Ainda estuda? () Sim () Não () Não Respondeu

15. Como faz para conseguir?

Dinheiro [qual a atividade?]

Comida _____

Roupa, sapato _____

Remédio, hospital _____.

Banho _____

() Não Respondeu

16. O sr/sra tem família? () sim () não () Não Respondeu

17. Há membros de sua família na rua? () Não () Sim caso sim, quais? _____

() Não Respondeu

18. Quem mais está com os sr/sra. Aqui? () ninguém () companheira/o

() amigos quantos _____ () família: Quantos? _____

quem? _____

() Outros _____

19. Quais os membros de sua família que **não** estão na rua?

_____, _____, _____

() Não Respondeu

20. Tem uma casa em outro lugar (que não seja na rua)? () sim () não () Não

Respondeu

21. A última casa em que morou fora da rua ficava onde? _____

bairro: _____ () Não Respondeu

22. A casa era de quem?

() sua () pais, () companheira/o, () irmãos, () amigos, () abrigo ()

OUTROS _____

() Não Respondeu

23. No último ano quais os problemas de saúde que você teve?

_____, _____, _____, _____ () Não Respondeu

24. Por que escolheu este local para ficar? _____ (

) N R

25. Já teve problemas com a polícia ou guarda municipal alguma vez? () Sim () Não ()

NR

26. [perguntar só para os que reesponderam sim na anterior] Caso tenha tido problemas
quais foram?

27. Por quais instituições o sr/sra. Passou?

28. Quais são os principais problemas de morar na rua?

29. Tem contatos com familiares? () sim () não () Não Respondeu

30. Quanto dinheiro costuma conseguir por dia?_____ () Não Respondeu
31. [se a resposta for “varia” pergunte como varia e por quê] _____
32. Quanto gasta?_____ () Não Respondeu
33. Quanto em dinheiro é o mínimo para uma pessoa ou um grupo como o seu viver por um dia?
_____ () Não Respondeu

34. Como comprou/ganhou a comida que comeu hoje?_____ () Não Respondeu

35.[Perguntar só para os que venderam ou fizeram algum serviço] De quem recebeu?
_____ () Não Respondeu

36. Qual a sua cor?_____ () Não Respondeu

37. Onde nasceu? _____ () Não Respondeu

38. Há quanto tempo está usando a rua para
Trabalhar?_____ () NR () Não se Aplica
Para morar_____ () NR () Não se Aplica
Para outras atividades?_____ () NR () Não se Aplica

39. Por que lugares passou **antes** de vir para a rua?

lugar / o que fazia

() Não Respondeu

40. O que fez o sr./a sra. vir para a rua?_____ ()

NR

41. Que áreas são perigosas e você não pode ir na rua?

_____, _____, _____, _____ () Não
Respondeu

42. Por que são perigosas? _____ ()NR

43. Diga como é uma pessoa de quem o sr./sra pode ser colega na rua [caso a resposta seja “igual a mim” insista na descrição] _____
_____ () NR

44. Quais seus planos para o futuro? _____ () NR

45. Pretende continuar a morar na rua?

() não

() sim . POR QUE? _____ () NR

46. Há alguma coisa que eu não tenha perguntado e o sr/sra gostaria de dizer?

Observações no verso

Anexo 2: Foto

